XII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos Em Homenagem a Othon Moacryr Garcia

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (de 25 a 29 de agosto de 2008)

Cadernos do CNLF Vol. XII, N° 08

TEXTOS:

PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Rio de Janeiro CiFEFiL 2009

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor	
	Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-Reitora	
	Maria Christina Paixão Maioli
Sub-Reitora de Graduação	
	Lená Medeiros de Menezes
Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pe	esquisa
Monica a	la Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-Reitora de Extensão e Cultura	
-	Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretora do Centro de Educação e I	Humanidades
	Glauber Almeida de Lemos
Diretor da Faculdade de Formação de Professores	
	Maria Tereza Goudard Tavares
Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores	
	Catia Antonia da Silva
Chefe do Departamento de Letras	
	Leonardo Pinto Mendes
Sub-Chefe do Departamento de Let	ras
	Eduardo Kenedy Nunes Areas
Coordenador de Publicações do Departamento de Letras	
	José Pereira da Silva

<u>Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos</u> Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ <u>eventos@filologia.org.br</u> – (21) 2569-0276 – <u>www.filologia.org.br</u>

DIRETOR-PRESIDENTE	
	José Pereira da Silva
VICE-DIRETORA	
	Cristina Alves de Brito
PRIMEIRA SECRETÁRIA	
	Délia Cambeiro Praça
SEGUNDO SECRETÁRIO	
	Sérgio Arruda de Moura
DIRETOR CULTURAL	
	José Mario Botelho
VICE-DIRETORA CULTURAL	
	Antônio Elias Lima Freitas
DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICA	S
	Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚ	BLICAS
	Maria Lúcia Mexias-Simon
DIRETORA FINANCEIRA	
	Ilma Nogueira Motta
VICE-DIRETORA FINANCEIRA	
	Carmem Lúcia Pereira Praxedes
DIRETOR DE PUBLICAÇÕES	
	Amós Coêlho da Silva
VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES	
	Alfredo Maceira Rodríguez

XII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de 25 a 29 de agosto de 2008

COORDENAÇÃO GERAL

José Pereira da Silva Cristina Alves de Brito Delia Cambeiro Praça

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

Amós Coêlho da Silva Ilma Nogueira Motta Maria Lúcia Mexias Simon Antônio Elias Lima Freitas

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

José Mario Botelho Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto Silvia Avelar Silva

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

0-	Apresentação – José Pereira da Silva07
1.	A conjuntura editorial e o estudo do código bibliográfico dos contos de Machado de Assis – <i>Fabiana da Costa Fer-raz Patueli</i>
2.	A filologia textual: o revelar de aspectos da história – <i>Maria da Conceição Reis Teixeira</i>
3.	A importância da página direita na escritura de Pedro Nava – Edina Regina P. Panichi
4.	Documentos jurídicos como fonte de investigação filológica – <i>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>
5.	Ecdótica: disciplina pós-moderna? – Mario César Newman de Queiroz
6.	Edição e estudo de um documento manuscrito do Arquivo Histórico da Cidade do Salvador – <i>Gilberto Nazareno Telles Sobral</i>
7.	Linguística Textual x produção de texto na escola: uma combinação possível? – <i>Marcilene Oliveira Sampaio</i> 61
8.	O texto como documento social e histórico: por uma análise filológica – <i>Rosa Borges dos Santos</i>
9.	Os textos da culinária portuguesa revelando os costumes medievais – <i>Celina Márcia de Souza Abbade</i>

10. Produção textual: de Othon Moacyr Garcia à <i>Tania Maria Nunes de Lima Camara</i>	
11. Relação do Maranhão ou certidão de nascimer necessidade de uma edição crítica – Expedito menes	o Eloísio Xi-
12. Tranformações da ecdótica com o advento da trônica – Raquel de Castro	,

Temos o prazer de apresentar-lhe doze textos resultantes dos trabalhos apresentados no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia em agosto de 2008, relativos ao tema "Textos: Produção e Edição", conforme a síntese abaixo apresentada:

No primeiro texto são discutidas as condições editoriais que influenciaram na transmissão da obra de Joaquim Maria Machado de Assis por meio do estudo dos seus volumes de contos.

No segundo, discute-se a contribuição do trabalho executado pela Filologia Textual para desvendarem alguns aspectos relacionados a questões históricas ainda mal documentadas.

O terceiro discute a importância da construção da página direita, no processo criativo da escrita de Pedro Nava, em sua obra memorialística.

No quarto, apresenta-se um estudo do vocabulário utilizado pelo judiciário para persuadir ou não as vítimas do delito, a partir da edição de dois autos de defloramento do início do século XX.

O quinto trabalho aprofunda as indagações sobre as bases teóricas que fazem da ecdótica uma disciplina necessária para os estudos textuais contemporâneos, mesmo agora, quando se fala que o texto se libertou do livro. A situação não deixa de apresentar certa ironia da história, confirma o autor, visto que dispomos de possibilidades de produção de maior quantidade edições críticas muito mais rigorosas e com tal rapidez que há 20 anos era absolutamente impensável.

No sexto, apresenta-se a edição de um documento do Arquivo Histórico da Cidade do Salvador, com um estudo dos processos argumentativos nele presentes, para revelar alguns comportamentos dos administradores daquela cidade durante o período colonial.

O sétimo apresenta as contribuições da Linguística Textual para a compreensão do processo de produção escrita na escola.

O oitavo discute o papel da filologia no estabelecimento de relações com outros campos teóricos, no sentido de desenvolver suas análises, avançando-se para além da atividade editorial.

No nono, considerando o conceito de filologia como ciência que estuda a língua dos textos, a culinária portuguesa medieval e outros costumes e hábitos da época são estudados a partir do texto que se torna pretexto para os estudos filológicos e lexicológicos.

O décimo estabelece um paralelo entre o que é considerado relevante em relação à produção textual e as reflexões consagradas por Othon Moacyr Garcia, considerando que a produção textual tem sido tema de grande relevância entre os estudiosos da língua portuguesa ultimamente.

O décimo primeiro trata do mais antigo texto escrito sobre o Ceará, intitulado "Relação do Maranhão", demonstrando a necessidade de reunir todos os testemunhos a seu respeito para se fazer um estudo comparativo e a sua edição crítica, considerando isto um desafio a ser enfrentado pelo autor. O retorno acadêmico-cultural dessa empreitada será grande, seguramente, principalmente para o reestabelecimento de fontes para história do Ceará.

Por fim, no décimo segundo, apresentam-se algumas considerações acerca do que se modificou na arte ecdótica, a arte e técnica de corrigir um documento escrito, com advento de equipamentos computacionais e programas especializados em edição de textos.

Todos os textos deste volume estão disponibilizados na página www.filologia.org.br/xiicnlf/textos completos.htm para que sejam utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas quem não deixem de citar o autor e o lugar de onde foi extraído qualquer fragmento, para valorizar os seus autores.

Pede-se também a colaboração com a crítica sincera relativamente aos pontos negativos da edição para que a possamos melhor em nova possível tiragem.

Rio de Janeiro, março de 2009.

José Pereira da Silva

A CONJUNTURA EDITORIAL E O ESTUDO DO CÓDIGO BIBLIOGRÁFICO DOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS

Fabiana da Costa Ferraz Patueli (UFF). patueli@click21.com.br

[...] Avulsos são êles mas não vieram para aqui como passageiros que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família que a obrigação do pae fez sentar à mesma mesa (Assis, 1882; I).

As próximas linhas têm a pretensão de discutir sobre as condições editoriais e contratuais, bem como a influência dessa conjuntura na organização editorial dos contos e demais textos de Machado de Assis publicados nos seguintes volumes *Contos Fluminenses* (1869), *Histórias da Meia-Noite* (1873), *Papéis Avulsos* (1882), *Histórias Sem Data* (1884), *Várias Histórias* (1896), *Páginas Recolhidas* (1899) e *Relíquias de Casa Velha* (1906).

No século XVIII na França, havia discussões sobre a questão da perpetuidade da transmissão das obras literárias dos seus autores ao editor-livreiro. Denis Diderot em memorial que foi redigida em 1764 e publicada em 1861, denominada *Carta Sobre o Comércio do Livro*, endereçada ao Diretor do Ofício dos Livreiros, Antoine Gabriel de Sartine, que só a recebeu depois de algumas modificações e alterado o título pela comunidade dos livreiros para o seguinte: *Carta histórica e política endereçada a um magistrado sobre o comércio do livro, sua condição antiga e presente, seus regimentos, seus privilégios, as permissões tácitas, os censores, os vendedores ambulantes, a travessia das pontes do Sena e outros temas relativos à política literária.*

A perpetuidade da transmissão literária foi um dos pontos defendido por Denis Diderot. Acreditava que esse tipo de contrato mantinha a ordem comercial e garantia a sobrevivência dos livreiros que corriam o risco econômico. Prática costumeira que até mesmo sobre as obras livres de direito recebiam uma menção do seu editor-

livreiro que garantia um acordo tácito de privilégio de publicação. Além do mais, defendia que o autor não conseguiria ser também o editor de suas obras, enfastiaria-se do processo editorial e a da sua distribuição comercial.

Ainda no século XIX, a prática da transmissão perpétua das obras literárias era uma prática indiscutível em que Machado de Assis também participara. Realizou por meio de termo escrito, a venda e transmissão perpétua da propriedade de suas obras. Mas será que esse tipo de contrato dá permissão para o editor H. Garnier a inserção de palavras ou gralhas tipográficas às obras transmitidas?

Em 16 de janeiro de 1899 passaram a integrar perpetuamente como propriedade os seguintes volumes de contos: *Contos Fluminenses, Histórias da Meia-Noite, Papéis Avulsos, Histórias Sem Data e Páginas Recolhidas.* Várias histórias a transferência se deu em 27/05/1902 e *Relíquias de Casa Velha* em 09/03/1905, sob os seguintes termos:

[...] 1º O Snr Joaquim Maria Machado de Assis como autor vende ao Snr H Ganier como editor que acceita a propriedade inteira e perpetua da sua obra intitulada "Relíquias de Casa Velha" mediante as seguintes condições[...] 3º O Snr Joaquim Maria Machado de Assis obriga se a não publicar nem mandar fazer publicar outra obra sobre o mesmo ou idenitico assumpto ou titulo que o da obra objecto do presente contracto [...] (Assis, 1939, p. 193).

A venda e a transferência perpétua de suas obras a François Hippolyte Garnier como editor de fato aconteceu, mas somente como editor e não como co-autor, posição tomada em muitas publicações pelos editores, principalmente W. M. Jackson Inc. Por isso, concorda-se com J. Galante de Sousa sobre o estranhamento que causa ao se ler [...] nos volumes de organização póstuma, os dizeres: Propriedade Literária de W. M. Jackson Inc.". Em que contrato se menciona tal propriedade?" (1955, p. 39).

É fato que tanto a venda e a distribuição dos livros no Brasil não era tão fácil. Primeiro, o índice de analfabetismo era grande, segundo acompanha a esse índice alto a parcela da população de renda baixa, incapaz de comprar livros que em média custavam 2\$ a 10\$. Esse valor rateado por Ubiratan Machado em *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*, nota-se que "[...] Uma costureira cobrava 5\$ pela confecção de um vestido" (2001, p. 73).

No início do século XIX, para se superar todas essas dificuldades de distribuição e comercialização, houve diversas iniciativas de movimentações desse mercado editorial. Ofereciam brindes e bônus na livraria pela preferência de compra. Havia também um sistema de assinatura anual de livros que dava direito ao assinante ao seu recebimento em quantidade proporcional aos meses do ano.

Nesta mesma época notou-se uma crescente produção literária. No entanto, ainda era pesado e caro era o processo editorial, mal eram pagos, e nem sempre eram pagos os autores. Quando esses não custeavam todo processo editorial de suas obras literárias.

O autor tinha essa ocupação por gosto, não era profissão, mantinha-se por herança ou se ocupando em outros afazeres. Era uma prática também na França, comentada por Roger Chatier em prefácio a *Carta Sobre o Comércio do Livro* de Denis Diderot, de admissão aos cargos de governos e confiança aos poucos autores que se consagravam, citando-o: [...] quaisquer que sejam a bondade e a munificência de um príncipe amigo das letras, elas não se estendem mais que aos talentos conhecidos (2002, p. 21). Dessa maneira que Machado de Assis de simples revisor, jornalista, crítico, e autor, também passa a funcionário público.

Diante desta conjuntura favorecedora às editoras, explicasse o descaso percebido com muitas redações literárias, inclusive as de Machado de Assis. São vários os problemas observados por José Galante de Sousa acerca das publicações de Machado de Assis que extrapolam a mera organização dos seus textos e interferem na integridade dos mesmos:

As edições feitas em vida do autor já se vão tornando raras no mercado, e, apesar de inçadas de erros tipográficos, são ainda preferíveis, porque as que têm sido feitas posteriormente à sua morte (tanto as da antiga casa Garnier, como as de W. M. Jackson Inc.) não merecem fé (Sousa, 1955, p. 39).

A falta de credibilidade citada por José Galante de Sousa das edições publicadas após a morte de Machado de Assis se deve às modificações estabelecidas conscientemente ou por negligência dos editores e revisores, como por exemplo: a "[...] falta de vocábulos e de frases, intromissões de palavras alheias ao texto de origem, trocas,

substituições, truncamento, enfim... colaboração literária dos editores!" (Sousa, 1955, p. 40).

Hipoteticamente, poderia se pensar quais motivações derivam da conversão de signos textuais é a busca do correto até mesmo da boa forma, ao texto criativo e livre do autor, "[...] pois com frequência procura-se fazer com que o texto editado se encaixe nas normas das gramáticas tradicionais" (Cambraia, 2005, p. 33).

Dentro dessas edições, as de 1937 de W. M. Jackson Inc. acentuam essas intromissões e modificações nos textos e seus elementos de significação. E que se tornaram vulgatas¹ para as demais publicações de muitos textos de Machado de Assis, por isso ganham importância as modificações e as inclusões inseridas por seus editores, cujas contribuições não se limitaram a trechos ou frases inteiras que já não são mais frutos das motivações do escritor e da sua época, mas da própria reorganização dos textos ou da inclusão de outros por motivações editoriais que vão trazer consigo novas interlocuções.

Contudo, as variações dos planos textuais foram piores e mais devastadoras indo de encontro com o que Machado de Assis havia publicado, baseado na liberdade favorecida por um contrato perpétuo.

O volume *Histórias da Meia-Noite*, datado por 10 de novembro de 1873 em advertência pelo autor, chama atenção ao leitor às páginas "desambiciosas", fazendo crer que a escolha de um texto a outro não foi realizada aleatoriamente.

Vão aqui reunidas algumas narrativas, escritas ao correr da pena, sem outra pertenção que não seja a de ocupar alguma sobra do precioso tempo do leitor. Não digo com isto que o gênero seja menos digno da atenção dele, **nem que deixe de exigir predicados de observação e de estilo** [grifo meu]. O que digo é que estas páginas, reunidas por um editor benévolo, são as mais desambiciosas do mundo. (Assis, 1975, p. 45)

Outra herança da transmissão editorial da W. M. Jackson Inc. encontrada apenas na análise desse prefácio foi a troca na edição de 1957 da palavra **pertenção** por **pretensão**, cuja variação vocabular se deu pelo pouco uso da primeira, mas que infelizmente tal mudança não originou sequer uma nota dos editores. Até mesmo os *Contos Fluminenses* guardam em si uma literatura moralizante, um conjunto

_

³Edições que divulgam e que criam um ramo de transmissão de uma determinada obra.

representativo de um gênero, resguardado o conto "Miss Dólar" que é introduzido de forma particular que prenunciaria o grande escritor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, segundo Jean-Michel Massa (1971).

Seguindo as pistas externas deixadas por Machado de Assis, como a carta a Joaquim Nabuco de 14 de abril de 1883, referente à publicação de *Papéis Avulsos*, os contos que constituem esta obra "Não é propriamente uma reunião de escriptos esparsos, porque tudo o que alli está (excepto justamente a *Chinella Turca*) foi escripto com o fim especial de fazer parte de um livro [...]" (Assis, 1944, p. 40), verifica-se que *Papéis Avulsos* se trata de uma composição una e não papéis espaçados que tomam o aspecto de um livro. O autor também confirma esta unidade aos seus leitores na parte intitulada como ADVERTÊNCIA da própria obra publicada em 1882. Por sorte neste volume se conservou o plano textual autorizado por Machado de Assis.

O mesmo não ocorreu com *Páginas Recolhidas* cuja publicação se deu em 1899 e 1900 pelo editor H. Garnier com a seguinte composição: "O caso a vara"; "O dicionário"; "Um erradio"; "Eterno!; Missa do Galo"; "Ideias de canário"; "Lágrimas de Xerxes"; "Papéis velhos"; "A estátua de José de Alencar"," Henriqueta Renan"; "O velho senado"; "Tu, só, tu, puro amor"; "Entre 1892 e 1894".

Tal composição autorizada pelo autor foi modificada em 1937, mostrando o desrespeito comercial em notas de editores ao que o autor compôs anteriormente: "[...] supprimos na presente edição os capítulos "Heriqueta Renan", "Tu, só tu, puro amor" e "Entre 1892 a 1894". O primeiro acha-se incluido no volume *Critica Literária*; o seguindo no *Theatro* e o terceiro (seis chronicas) em *A Semana* [...]" (Assis, 1937, p. 5). E recebeu de *Relíquias de Casa Velha* o texto "Gonçalves Dias" pertencente a "Páginas de criticas e comemorativas", nas publicações da editora W. M. Jackson Inc. Contradizendo o seguinte esforço que determinava a organização que o autor havia dado justificado da seguinte forma:

Enfim, alguns retalhos de cinco annos de chronica na Gazeta de Noticias que me pareceram não destoar do livro, seja porque o objeto não passasse inteiramente, seja porque o aspecto que achei ainda agora me

fale ao espírito. Tudo é pretexto para recolher folhas amigas (Assis, 1900, p. VIII).

Quanto às intromissões editoriais, verificam-se muitos barbarismos. Além dos lapsos e gralhas tipográficas, as edições em especial de W. M. Jackson Inc. de 1937, expurgou textos que compunham o livro escolhidos inicialmente pelo autor, inserindo outros por conta própria. Por elegância e cordialidade algumas vezes avisou aos leitores que alguns textos escolhidos pelo próprio autor iriam compor outros volumes, em "Nota dos Editores" contradizendo as notas do autor que considerava os contos que ali estavam "relíquias". E, ainda, publicou um segundo volume sob o mesmo título com contos diversos de Machado de Assis, resignificando-os, pois Machado de Assis considerava os textos de *Relíquias de Casa Velha*, "relíquias" de uma casa:

Uma casa tem muita vez suas reliquias, lembranças de um dias ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Suppõe que o dono pense em as arejar e expôr para o teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas se o dono tiver cuidado, póde extrair uma dúzia dellas que mereçam sair cá fora. (Assis, 1937, p. 7)

Foram desmembrados desse volume organizado pelo autor, por critérios e motivações editoriais os seguintes textos: "Gonçalves Dias", "Eduardo Prado", "Um livro", "Antônio José" do capítulo "Páginas de criticas e comemorativas"; "Não consultes médico"; e "Lição de botânica".

Para substituir estas eliminações, incluímos no presente volume os contos Identidade, Jogo do bicho, Viagem á roda de mim mesmo, Só!, O escrivão Caminha, As rosas, já recolhidas para Mário de Alencar, em Outras Reliquias; e mais os seguintes, pela primeira vez enfeixados em volume: O caso do Romualdo, Pobre Cardeal! O caso Barreto, Um sonho e outro sonho e Um quarto de século. (Assis,1° v., 1937, p. 7).

As escolhas de um conto a outro pelo autor Machado de Assis, definitivamente, não foram aleatórias, ora porque se observa um esforço em suas advertências em compor explicação sob os títulos dados e as escolhas que comporiam os seus planos textuais, como se exemplifica com as seguintes palavras acerca dos volumes de *Várias Histórias e Histórias Sem Data*, respectivamente:

As várias histórias que formam este volume foram escolhidas entre outras, e podiam ser acrescentadas, se não conviesse limitar o livro às

suas trezentas páginas. É a quinta coleção que dou ao público. [...] O tamanho não é o que faz mal a este gênero de histórias, é naturalmente a qualidade; mas há sempre uma qualidade nos contos, que os torna superiores aos grandes romances, se uns e outros são medíocres: é serem curtos (Assis, 9° v., 1975, p. 56).

De todos os contos que aqui se acham há dous que efetivamente não levam data expressa: os outros a tem [...] Supondo, porém, que o meu fim é definir estas páginas como tratando, em substância, de cousas que não são especialmente do dia, ou de certo dia, penso que o título está explicado [...] (Assis, 1975, p. 56).

Das análises sob os planos textuais propostos pelo autor e a organização literária dada durante a transmissão editorial ao longo do tempo. Por motivação mercadológica ou pedagógica inicialmente foram justificadas, ou ao menos comunicado em "notas dos editores" endereçado ao publico leitor que já não se encontram.

Na verdade, o que se acha nas prateleiras das livrarias são unidades de contos publicados separadamente, ressalvando as poucas edições preocupadas com a sua utilização pedagógica faz referência a sua origem, todas as outras desconsideram o esforço do título e da composição, e até mesmo da unidade dos seus textos escolhidos para serem publicados em um mesmo volume, seja por nada terem de esparsos, seja por serem "folhas amigas" e "relíquias".

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFIA

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 265 p. v. 1. (Edições Críticas de Obras de Machado de Assis).

- ———. *Histórias da meia noite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 226 p. v. 4. (Edições Críticas de Obras de Machado de Assis).
- ———. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 104 p. v. 5. (Edições Críticas de Obras de Machado de Assis)
- ———. *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 263 p. v. 11. (Edições Críticas de Obras de Machado de Assis)

Várias histórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. 197 p. v. 9. (Edições Críticas de Obras de Machado de Assis)
ASSIS, Machado de. Correspondência. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1944.
Exposição de Machado de Assis. Centenário do nascimento de Machado de Assis. 1839-1939. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.
Páginas recolhidas. Paris: H. Garnier, 1900.
Páginas recolhidas. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1937.
Papéis avulsos. Rio de Janeiro: Lombaerts &C, 1882.
Papéis avulsos. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1937.

——. Relíquias de casa velha. Paris: H. Garnier, 1906.

——. Relíquias de casa velha. 1º volume. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1937.

——. Relíquias de casa velha. 2º volume. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1937.

BLECUA, Alberto. Manual de crítica textual. Madrid: Castalia, 1983.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Prefácio de Roger Chartier e trad. de Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. Coleção Bibliomania, vol. 3.

MACHADO, Ubiratan. A vida literária no Brasil durante o Romantismo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis. 1839-1870.* Trad. de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SOUZA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: MEC, Instituto Nacional do Livro, 1955.

A FILOLOGIA TEXTUAL: O REVELAR DE ASPECTOS DA HISTÓRIA

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB/SALT) conceicaoreis@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Acreditam os especialistas que o termo filologia tenha sido cunhado pelos gregos, não se sabe ao certo quando de sua origem, apenas apontam os filósofos gregos Platão e Aristóteles como os primeiros a documentarem por escrito o seu emprego. Tomando-se a palavra na sua acepção etimológica, têm-se dois radicais gregos *phílos* e *lógos*, que significam, respectivamente, 'amigo' e 'ciência'. Daí ter sido entendida como a ciência 'amiga da palavra', ou seja, ramo do saber que estuda a palavra, especialmente a palavra escrita e, por conseguinte, filólogo seria o profissional que estuda, pesquisa a linguagem e a literatura a partir do texto.

Uma busca do seu significado nos dicionários, nas enciclopédias e nos manuais especializados, aponta para uma divergência quanto à sua acepção, abrangência e objeto de estudo. O *Diccionario de Términos Filológicos* de Lázaro Carreter (1990) traz a seguinte acepção "[...] ciência que estuda a linguagem, a literatura e todos os fenômenos de cultura de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos escritos." A *Enciclopédia e Dicionário*, de Koogan e Houaiss (1994, p. 375), definem como:

Estudo de uma língua através de seus documentos escritos, que visa não só a restauração, fixação e crítica dos textos para o conhecimento do uso linguístico e sua história, mas também à compreensão da globalidade dos fenômenos culturais, especialmente os de ordem literária, a que ela serve de veículo.

Gladstone Chaves de Melo (1971, p. 20), em *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, diz que o objeto é a forma de língua atestada por documentos escritos. Heinrich Lausberg (1974) comunga da mesma ideia, pois assinala, em *Linguística Românica*, que o objeto de estudo da filologia são as 'obras' ou 'textos', e esclarece que os filólogos trabalham com os textos de uso pragmáticos bem como os textos de uso repetido, ou seja, literários.

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

17

Quanto à sua abrangência, alguns especialistas normalmente apontam o estudo histórico e comparativo entre as línguas, buscando descobrir as relações de parentesco entre aquelas e os processos evolutivos por que passaram algumas línguas ou formas de uma dada língua. Outros reclamam para a filologia a atividade de crítica textual, isto é, reunião do conjunto de versões e testemunhos de uma obra a fim de restituir a sua autenticidade, genuinidade.

Dentre os primeiros, pode-se citar Bakhtin (2004), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, por exemplo, que diz que a filologia se preocupava com o estudo das línguas mortas conservadas em documentos escritos. Afirma ainda que:

[..] O filologismo é um traço inevitável de toda a linguística europeia, [...]. Por mais que voltemos os olhos ao passado para traçar a história das categorias e dos métodos linguísticos, sempre encontraremos filólogos. Os Alexandrinos eram filólogos, assim como os romanos e os gregos (Aristóteles era exemplo típico). Também a Índia possuía seus filólogos. (Bakhtin, 2004, p. 97)

Entre os segundos, aponta-se aqui Lausberg (1974, p. 2), o qual afirma que à filologia compete "[...] a tarefa da crítica textual, interpretação de textos e a integração superior dos textos". Erich Auerbach (1972), em seu livro *Introdução aos Estudos Literários*, não descarta do campo de atuação da filologia o estudo histórico-comparado das línguas, mas assevera que "Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica e até hoje considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos." (Auerbach, 1972, p. 11). Comungamos com aqueles que concebem a filologia como uma ciência ampla, a qual abarca tanto a matéria da comumente denominada linguística histórica quanto o da crítica textual.

Como se pôde perceber da discussão empreendida, nos parágrafos anteriores, em torno das definições apontadas, a filologia, ao longo de sua trajetória, firmou-se como ciência do texto, mas quanto à sua abrangência, muito ainda se discute. Não há consenso entre os especialistas, entretanto, há certa unanimidade ao reconhecerem a sua importância para todas as áreas do saber. Em certa medida, a filologia nasceu como ciência histórica cujo objeto é o conhecimento das civilizações passadas cujo registro está nos documentos escritos. E, por esta razão, somente através do labor filológico, seja através do

estudo linguístico ou da crítica textual, que é possível ao homem contemporâneo compreender e explicar as sociedades antigas.

Tanto na direção da Linguística Histórica como na da Filologia Textual, o trabalho do filólogo pode ser comparado com o do arqueólogo, pois enquanto este procura conhecer as civilizações da Antiguidade através dos vestígios materiais aquele estuda os testemunhos escritos a fim de desvencilhar a história das civilizações que sobejai dos materiais escritos deixados por aquelas.

No presente artigo, pretende-se discutir a contribuição do trabalho executado pela Filologia Textual no concernente ao desvendar aspectos relacionados a questões históricas ainda lacunares.

HISTÓRIA E LITERATURA

A relação entre história e literatura é antiga. Aristóteles, no capítulo nove da *Poética* (1996), traz a distinção entre poesia e história. Diz que a poesia imita o universal; a história, o particular. Daí pode-se depreender que interessa ao poeta não os fatos em si, mas a estrutura deles e interessam ao historiador os fatos em sua singularidade. Por esta razão, é comum se afirmar que o historiador copia o que aconteceu já o poeta copia o que poderia ter acontecido.

Os elementos com os quais o historiador trabalha são mentalidades, sociedade, memória coletiva ou eventos pontuais e, por esta razão, funcionam para o historiador como personagens de um enredo, de uma narrativa. Conforme é sabido, a narrativa articula os traços da experiência temporal, isto é, o tempo só se mostra inteligível para o homem na medida em que ele é pensado de modo narrativo.

Cabe ressaltar aqui que a narrativa histórica se distingue da literária. Enquanto o romancista imagina seus acontecimentos e personagens, o historiador baseia-se em provas, isto é, em vestígios do passado que não podem ser forjados pelo historiador. Essas provas não são reflexos da realidade e, por conseguinte, não são verdades absolutas; no entanto, elas constituem o elemento empírico de que necessita o historiador para construir sua narrativa. Entretanto, história e literatura convergem em diversos aspectos no que se refere ao

estatuto narrativo de ambas, a historiografia não avançará muito, caso se engaje nas "experiências literárias".

Roger Chartier (1994, p. 110), em *A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas*, ao tratar da relação entre história e literatura, ressalta que mesmo que o historiador escreva de uma forma 'literária', ele não faz literatura, e isso em decorrência de sua dependência ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio.

Toma-se aqui o discurso histórico como sendo caracterizado pela unidade de tempo e pluralidade de ação e o discurso poético, pela mobilidade de tempo e unidade de ação.

Dentro desta perspectiva, vale lembrar que os textos literários recriam fatos do cotidiano, narrando acontecimentos que marcam uma determinada época, deixando desenhados nas suas narrativas perfis sociais, políticos e culturais de um povo, de uma região, particularizando-a, singularizando-a, distinguindo-a dos demais povos ou regiões.

Tecidos estes breves comentários a respeito da relação da história e da literatura, é mister destacar que tanto a história como a literatura carecem do labor filológico; da mesma forma que outras áreas do saber também necessitam do trabalho do filólogo do texto.

Conforme referido anteriormente, a história tem como matéria-prima de seu labor as mentalidades, a sociedade, a memória coletiva e os eventos pontuais. Como ter acesso a este material, quando este não se refere mais ao tempo presente, mas ao tempo pretérito das civilizações? Como penetrar nestes meandros, decifrando os seus mistérios?

Para desvendar aspectos das civilizações antepassadas de forma mais objetiva possível é necessário adentrar nos documentos lavrados nas diferentes épocas, sejam eles notariais, sejam literários. Ressalta-se que qualquer olhar sobre o presente ou sobre o passado sempre será subjetivo, porque aquele será mediado pelos discursos internalizados de quem lança o seu olhar. E, conforme Bakhtin (2004, p. 95), "[...] a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico vivencial." Portanto, a objetividade do historiador será sempre relativa, porque será mediada pelas ideologias que perpassam o sujeito que lança o olhar sobre determinado fato ou a-

contecimento, inclusive porque a escolha por este e não por aquele acontecimento já implica em subjetividade, foi condicionada pela forma de ver e conceber o mundo e dos discursos que engendraram e constituíram o discurso deste sujeito.

Depois de centenas de milênios transcorridos da história da humanidade será que ainda existem aspectos ainda lacunares? Os homens nas diferentes civilizações não fizeram estudos históricos que elucidaram a sua própria história e de seus antepassados? Quais aspectos da história que ainda se encontram lacunares? Em que sentido a filologia textual poderá contribuir na escrita ou rescrita da história?

HISTÓRIA SÓCIO-POLÍTICA, CULTURAL, LITERÁRIA E LINGUÍSTICA: A GUISA DE EXEMPLO

História Social, Política e Cultural do Brasil

Muitas foram as transformações por que passaram as sociedades humanas ao longo do tempo. E, levando-se em consideração que o objeto de estudo da história é tudo aquilo que é representado como tendo existido até agora, muitos aspectos da história das civilizações ainda estão por ser desvendados. O que se sabe sobre a 'verdadeira' história da evolução do pensamento político na Bahia, por exemplo?

A pesquisa em periódicos do século XIX tem revelado que os jornais funcionavam como tribuna para diversos seguimentos da sociedade expor suas opiniões sobre os mais variados assuntos. Era, por exemplo, comum o debate entre os republicanos e os liberais, entre os abolicionistas e os escravocratas, entre 'os machistas' e 'as feministas'. Mas, como saber o que pensava um e pensava o outro? Quais os seus ideais? Quais seguimentos da sociedade faziam parte deste ou daquele grupo? Existia alguma rede cooperativa entre os escravocratas e/ou entre os abolicionistas?

A recolha dos textos veiculados nos jornais que circularam nas províncias baianas e brasileiras, preparando-lhes edições, permitirá aos homens contemporâneos compreender, decifrar estas e outras

questões que marcaram a história política, econômica e social do país. É neste sentido que o labor da Filologia Textual é imprescindível para se decifrar as histórias engendradas nos textos escritos pelos diferentes povos dos vários períodos da história da humanidade.

Com o objetivo de exemplificar a qualidade dos textos veiculados nos periódicos brasileiros do século XIX para elucidar questões históricas, transcreve-se um trecho de uma carta datada de 10 de janeiro, de autoria, recolhida do jornal *Diário da Bahia*, publicada na seção "Noticiário". Depreende-se da leitura do trecho da referida carta que o Senhor Barão Simão Dias alforriou 63 escravos, mas estes permaneceriam em sua fazenda trabalhando e receberiam como remuneração parte da produção de café.

Assim os 63 libertos [...] achãose todos na fazenda; receberão a noticia da alfor[-] ria a principio com sorpresa e depois com enter[-] necimento tocante que fazia chorar; estão con[-] tentes e trabalhão em commum, não me cabendo do producto do trabalho senão a meiação do café

Dei lhes todo o mantimento que se achava nos armazens bem como a roupa que, segundo o costume, devião receber n'este mez.

Os que me servião em casa não quizerão pre[-] valecer-se do direito que, como homens livres tem hoje de procurarem collocação onde lhes aprouver; declararão que me acompanharáô (sic) até a morte, independentemente de qualquer salario, eaté (sic) agora têm servido de modo irre[p]rehensivel. Os doentes continuão a ser tratados por minha conta, como outr'ora.

Estou, emfim, como entre bons amigos. Os meus libertos não tiverão ainda uma rixa e trabalhão bem, consci[o]s de que trabalhão para si e de que sou incapaz de prejudical-os. Se quizer verificar por si mesmo tudo isto, dê um passeio até esta sua casa para interrogal-os, conhecer de suas disposições e vel-os no trabalho. Como isto é bom! E' a minha consolação suprema no leito onde me acho e no qual apenas posso subscrever esta carta (*Diario da Bahia*, 1884, p.1).

História Literária

O desenvolvimento de uma cultura leitora em terras ameríndias contava com muitos empecilhos. Nos fins do século XV, enquanto na Europa a difusão do saber ganhava grande impulso com o advento do texto impresso, utilizando-se os tipos móveis de chumbo fundido, no Brasil o acesso ao texto escrito era privilégio de poucos. Durante o Brasil colonial, as pessoas precisavam importar o texto impresso de Portugal, enfrentando, com isso, uma série de trâmites burocráticos, os custos do transporte e a censura da metrópole.

A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil leva à mudança deste estado de coisas. Em 13 de maio de 1808, D. João VI fundou a Impressão Régia, a princípio, com único objetivo de divulgar toda a Legislação e Papéis Diplomáticos do serviço real. Mas, meses depois, em função da necessidade e da falta de outra tipografia, foi permitido em seus prelos a passagem de textos literários e de conhecimento gerais.

Pouco a pouco, o texto impresso tornava-se objeto conhecido. As tipografias foram surgindo, livreiros estrangeiros foram se estabelecendo, mas não o suficiente para atender à demanda das criações literárias produzidas em nosso país. Até o século XIX quase todos os grandes romancistas da literatura brasileira divulgaram as suas primeiras obras em capítulos publicados semanal ou quinzenalmente em folhetim, que alguns jornais faziam circular, inicialmente, nas grandes cidades e, depois, nas pequenas e longínquas províncias.

Acredita-se que, em terras brasileiras, a divulgação de romances em folhetim inicia-se com o Romantismo e se estende até o Naturalismo. Como acontecera além-mar, entre nós essa prática gradativamente foi se generalizando em diversos jornais que circulavam em várias cidades, principalmente nos grandes centros. Os nossos periódicos se encarregavam tanto de publicar traduções de romances estrangeiros como de divulgar textos nacionais. Por esta razão, muitos escritores que fazem parte do cânone literário tiveram seus primeiros romances publicados quinzenal, semanal ou diariamente em folhetins.

Diferentemente do que muitos pensam, várias cidades pertencentes às províncias distantes dos grandes centros também fundaram

seus jornais e se encarregaram da prática da publicação do romance folhetim de autores brasileiros ou estrangeiros. Muitos são os que tiveram a sua obra circunscrita nos limites locais e, que, infelizmente, são desconhecidos até os dias atuais.

O resgate da produção literária veiculada nos periódicos com aplicação dos procedimentos metodológicos da Filologia Textual representa a integração na história literária bajana e brasileira, cumprindo com um dos deveres que a filologia tem com o patrimônio espiritual produzido por uma comunidade, permitindo não só reconstruir a vida cultural local, mas, principalmente, contribuir para a (re)escritura de um capítulo da historiografia literária baiana, inserindo o nome de escritores que tiveram uma produção expressiva e significativa, mas que não receberam o devido valor.

História Linguística

Não podemos perder de vista que os textos literários recriam fatos do cotidiano, narrando acontecimentos que marcam uma determinada época, deixando desenhados nas suas narrativas perfis sociais, políticos e culturais de um povo, de uma região, particularizando-a, singularizando-a, distinguindo-a dos demais povos ou regiões. Com frequência os autores utilizam fatos de suas vidas como matéria de literatura, produzindo as chamadas obras confessionais. entretanto, os fatos pessoais são apenas partes da matéria literária, ou seja, o ponto de partida. Mesmo nas obras não confessionais a realidade, o mundo a sua volta constituem em matéria prima para o escritor. Entre o que o autor viveu ou sentiu e a obra existem todas as mediações da imaginação, da invenção. Por esta razão, alguns críticos literários afirmam que o texto literário é uma representação da realidade.

Entende-se que a linguagem é condição sine qua non para a assimilação dos padrões culturais e, consequentemente, sem o seu uso seria impossível desenvolver a essência da cultura. Cada língua está adequada à cultura em que se desenvolve, por essa razão, a língua, meio de comunicação entre os componentes de um grupo, é essencial para a formação da cultura. E o léxico, sendo o nível da língua que sempre se encontra em constante processo de renovação e o

meio através do qual a sociedade pode ver o mundo, – deixando transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas em uma sociedade – é o melhor meio de se conhecer ou de se fazer inferências a respeito dos fatores que condicionaram e condicionam a formação de um grupo sociolinguístico-cultural.

Fato é que a influência de outras culturas fica marcada, de forma significativa, na própria língua. E, em seu sentido prático, a língua é inseparável do seu conteúdo ideológico, ou relativo à vida. Muitas questões sobre a sócio-história da língua portuguesa implantada em solo brasileiro ainda carecem de serem esclarecidas.

Os documentos constantes nos acervos públicos e privados do Brasil, quando trazidos à tona pelo filólogo, poderão contribuir para se traçar a verdadeira história da língua no Brasil, possibilitando aos pesquisadores das diferentes linhas teóricas identificarem nas estruturas da língua aqui falada quais elementos são resultantes do contato mantido entre as línguas existentes durante o período do Brasil colônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É só na história que o homem existe e a literatura nada mais é que o discurso da existência humana, das suas várias possibilidades, sendo a história o seu desdobramento no tempo. É necessário ressaltar que o discurso é a manifestação textual das formações ideológicas, supõe o conjunto das relações sociais que o constituem e está preso a uma série, a um domínio, a processos discursivos específicos. O discurso histórico e o discurso literário interagem, interrelacionando-se com os demais discursos, dos quais se apropriam, construindo-se, cada um em seu domínio.

Através do resgate da obra e da recuperação do texto, o filólogo estará contribuindo para a compreensão do período em que os textos foram lavrados e, por conseguinte, para desvendar alguns aspectos da história sócio-política, cultural, literária e linguística de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11^a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3ª ed. corr. Madrid: Gredos, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

HOHLFELDT, Antonio. *Deus escreve direito por linhas tortas*: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 a 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KOOGAN / HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário*. Rio de Janeiro: Delta, 1994.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1974.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

LUCAS, Fábio. Literatura e História: história da literatura. *Revista Letras*, São Paulo, nº 22, p. 80-89, 1982.

A IMPORTÂNCIA DA PÁGINA DIREITA NA ESCRITURA DE PEDRO NAVA

Edina Regina P. Panichi (UEL) juliana.barbosa@londrina.pr.gov.br

Os originais dos livros do memorialista Pedro Nava apresentam uma característica que coloca em evidência a sua forma de conceber o texto. O autor datilografava numa folha de papel almaço, sem pauta, utilizando apenas o lado esquerdo da página. O lado direito era reservado para as correções e/ou acréscimos posteriores que eram feitos através de um balão que ele puxava para a referida página. Dessa forma, é possível acompanhar a primeira escrita, aquela que sai de um primeiro jato, e a escrita posterior, ou seja, aquela que merece, por parte do autor, acréscimos, supressões ou substituições. Os datiloscritos de Nava conservam a história da produção de seu texto, ou seja, conservam a memória da tessitura de sua escrita, uma vez que a variante "por mínima que seja, reescreve uma história que conduz até ela — inscreve-se como história e numa história que ela constitui ao mesmo tempo" (Willemart, 1999, p. 202).

A partir da Crítica Genética o texto passa a ser estudado como um objeto estético. Há um deslocamento dos estudos literários de uma noção estática do texto, para uma noção dinâmica de processo. No ato da escritura as ideias surgem, às vezes, num turbilhão e precisam ser apreendidas de imediato daí o esforço a que o autor se entrega às rasuras sucessivas até atingir ou julgar atingir o texto ideal. Um texto pronto, ou "uma página literária não mostra geralmente vestígios destas etapas, só os rascunhos nos permitem seguir este tateamento" (Cressot, 1980, p. 56). Outras vezes, há uma espécie de congelamento das ideias. A trajetória não é linear, característica típica dos processos de criação. Esses movimentos são detectados através de transformações do texto durante o processo criativo de Pedro Nava na elaboração da obra Baú de Ossos – memórias 1, nosso objeto de análise, que alia em seus estudos a Crítica Genética e a Estilística.

Ao escrever seus originais o autor adota determinados procedimentos. Indagado a respeito, em entrevista concedida a Edina Re-

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

27

gina P. Panichi, no dia 08/09/83, no Rio de Janeiro, o autor assim se posicionou:

Eu escrevo, geralmente, uma só vez, a máquina. Escrevo em folha dupla, quer dizer, folha de papel almaço. Coloco o ponto que se dobrou para a direita, de modo que, quando eu abro aquelas duas folhas de papel, na minha direita há uma folha em branco. Quando faço substituições, acréscimos e, de certa forma, quando eu acho uma frase muito ruim, aquela eu tiro fora do texto, escrevo separado. Geralmente a escrevo a mão, a lápis e procuro corrigir, ver onde é que está o 'enguiço' ali.

Esse depoimento faz ver o grau de serenidade com que o autor ultrapassa as etapas mais difíceis de organização do pensamento e atinge o da formulação verbal com suas sucessivas reorganizações.

Acompanhando o raciocínio de Nava, vamos perceber em sua escritura vários movimentos, ou seja, substituições, acréscimos e eliminação de palavras, ou ainda, substituição de trechos inteiros para o alcance de seu objetivo. O trecho a ser analisado corresponde à primeira página do datiloscrito, ou seja, os três primeiros parágrafos do primeiro capítulo que originaram uma página e meia da obra publicada, como se pode observar a seguir:

DATILOSCRITO

egfow I IIIECTEIAO



Ilustração da página direita dos datiloscritos de Pedro Nava

O texto publicado é o que segue:

CAPÍTULO I

Setentrião

Eu sou um pobre homem da Póvoa de Varzim... (Eça de Queiroz: Carta a Pinheiro Chagas)

Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois a Rua Direita da Cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 179, em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos.

A primeira é o rumo do mato dentro, da subida da Mantiqueira, da garganta de João Aires, dos profetas carbonizados nos céus em fogo, das cidades decrépitas, das toponímias de angústia, ameaça e dúvida – Além Paraíba, Abre Campo, Brumado, Turvo, Inficionado, Encruzilhada, Caracol, Tremedal, Ribeirão do Carmo, Rio das Mortes, Sumidouro. Do Belo Horizonte (não esse, mas o outro, que só vive na dimensão do tempo). E do bojo de Minas. De Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos dos seus filhos. A segunda é a direção do oceano afora, serra do Mar abaixo, das saídas e das fugas por roiças e restingas, angras, barras, bancos, recifes, ilhas – singraduras de vento e sal, pelágicas e genealógicas – que vão ao Ceará, ao Maranhão, aos Açores, a Portugal e ao encontro das derrotas latinas do mar Mediterrâneo.

Além de dar assim leste e oeste para a escolha do destino, a Rua Direita é a reta onde cabem todas as ruas de Juiz de Fora. Entre o Largo do Riachuelo e o Alto dos Passos, nela podemos marcar o local psicológico da Rua do Sapo, da Rua do Comércio, da Rua do Progresso, da Rua do Botanágua, com a mesma precisão com que, nos mapas do seu *underground*, os logradouros de Londres são colocados fora de seu ponto exato, mas rigorosamente dentro de sua posição relativa. É assim que podemos dividir Juiz de Fora não apenas nas duas direções da Rua Direita, mas ainda nos dois mundos da Rua Direita. Sua separação é dada pela Rua Halfeld.

Como se pode perceber, Pedro Nava inicia suas memórias dividindo a sua cidade natal, Juiz de Fora, em dois lados antagônicos, o conservador e o revolucionário. Com o título Setentrião, vento que sopra do Norte, o primeiro capítulo gira em torno da genealogia do autor. A epígrafe que abre o capítulo traz um trecho de uma carta en-

viada por Eça de Queiroz ao escritor João Pinheiro Chagas onde se lê: "Eu sou um pobre homem da Póvoa de Varzim..." No datiloscrito podemos perceber que Nava, num primeiro momento, havia optado por omitir o nome do meio do destinatário. Observa, depois, que a denominação *Pinheiro Chagas* era a mais adequada, pois correspondia àquela pela qual o escritor era conhecido.

A linha que inicia o texto é uma retomada das palavras de Eça, num jogo intertextual. A epígrafe parece ter sido utilizada como um pretexto do autor em recuperá-la para iniciar as suas memórias, fazendo das palavras do escritor português, as suas: "Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais".

As linhas a seguir, registradas no datiloscrito, trazem a seguinte versão: "Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues pois ao menos da sua variante aberta pelo velho Halfeld e que na sua travessia pelo arraial do Paraibuna seria chamada rua Principal depois rua Direita da Cidade do Juiz de Fora". O texto publicado toma a seguinte feição:

Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que na sua travessia pelo arraial do Paraibuna tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois, a Rua Direita da Cidade do Juiz de Fora.

A eliminação da conjunção pois da primeira versão tem razão de ser, uma vez que não desempenha, na oração, nenhuma função lógica. Assim também a eliminação do possessivo sua em da sua variante, que já aparece indicado, à frente, em na sua travessia. A construção verbal seria chamada, um futuro do pretérito composto que indica algo provável ou possível é substituída pela forma verbal do pretérito perfeito que indica algo certo como em tomou o nome de. O advérbio depois, isolado na frase da primeira versão, ganha maior visualidade com a complementação da forma verbal ficou sendo depois uma vez que, ao lado do verbo principal, o gerúndio "exprime uma ação simultânea que tem o valor de advérbio de modo" (Faraco & Moura 1999, p. 352), pois a Rua Direita desempenhará importante papel nas memórias de Pedro Nava.

O datiloscrito continua registrando a passagem da seguinte forma:

Nasci nessa rua, no numero 179, sobrado em frente à Mecânica, onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por esta que é hoje a Avenida Rio Branco oscilou a minha vida. A de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos.

O texto publicado é o que segue:

Nasci nessa rua, no número 179 em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por esta que é hoje a Avenida Rio Branco, hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos.

A rasura da palavra *sobrado* e o seu deslocamento deve-se à preocupação do autor em eliminar uma ambiguidade, pois a avó era a rainha do *sobrado* e não da *Mecânica*, como a primeira versão fazia supor. A substituição da forma verbal *oscilou* por *hesitou* justificase. Pedro Nava nasceu no lado conservador de Juiz de Fora, numa família extremamente recatada, mas a irreverência do lado oposto da cidade o atraía, uma vez que a Rua Direita abria-se para "dois mundos".

Em continuação, o registro do datiloscrito é o que segue:

A primeira é a direção do mato dentro, da serra da Mantiqueira, da garganta de João Aires, dos profetas nos céus em fogo, das cidades barrocas, das toponímias de angústia, ameaça e dúvida: Caracol, Ribeirão do Carmo, Rio das Mortes, Brumado, Inficionado, Encruzilhada, Tremedal, Turvo, Além Paraíba, Abre Campo. E de Belo Horizonte na dimensão do tempo. E de Minas toda de ferro.

O texto publicado, assim se apresenta:

O primeiro é o rumo do mato dentro, da subida da Mantiqueira, da garganta de João Aires, dos profetas carbonizados nos céus em fogo, das cidades decrépitas, das toponímias de angústia, ameaça e dúvida – Além Paraíba, Abre Campo, Brumado, Turvo, Inficionado, Encruzilhada, Caracol, Tremedal, Ribeirão do Carmo, Rio das Mortes, Sumidouro. Do Belo Horizonte (não esse, mas o outro, que só vive na dimensão do tempo). E do bojo de Minas. De Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos dos seus filhos.

A substituição da palavra *direção* por *rumo* tem por objetivo manter igual significação, sem repetir a mesma palavra que norteia o fechamento do primeiro parágrafo. A opção por *subida* da Mantiqueira, em lugar de *serra*, justifica-se por ser essa serra bastante conhecida e independer de nomeação. Já o acréscimo de *carbonizados*

31

para caracterizar profetas e a substituição de cidades *barrocas* por cidades *decrépitas* fazem menção àquela parte de Minas cuja toponímia se caracteriza por nomes associados a emoções negativas e impressões obscuras. A alteração na ordem das cidades, na versão final, tem por objetivo agrupá-las a partir da enumeração dada pelo autor, ou seja, toponímias de *angústia*, *ameaça* e *dúvida*.

Além-Paraíba, através do advérbio além, remete à ideia do desconhecido, aquilo que vem depois da morte, ou seja, sensações de imprecisão, próprias da angústia. A cidade de *Abre Campo* também traz essa mesma sensação, pois fica localizada num ponto em que terminam as montanhas e se inicia uma região descampada, paisagem não habitual aos mineiros acostumados com formações rochosas. *Brumado* e *Turvo* remetem á ideia de obscuridade em que o fonema /u/, por simbolismo sonoro, "reforça os valores semânticos de tristeza e luto, sentimentos que se revestem das conotações de tons escuros" (Monteiro, 1991, p. 131)

A ideia de *ameaça* esta presente nos nomes Inficionado, Encruzilhada, Caracol e Tremedal. O primeiro, pela própria acepção, traz em si elementos de intimidação. *Encruzilhada* indica o ponto onde se cruzam diversos caminhos e onde geralmente se fazem trabalhos de magia negra. *Caracol* lembra caminhos em espiral ou zigue-zague que podem esconder imprevistos. *Tremedal* é lugar pantanoso. Todos os nomes, como se pode perceber, são expressivos e já contêm em si o elemento de caracterização que o autor buscou ressaltar.

A sensação de *dúvida* presente em *Ribeirão do Carmo* pode estar ligada à sua história. Os primeiros desbravadores de Minas deslumbravam-se com o que iam descobrindo pelo caminho. Por falta de criatividade ou por fé excessiva, iam batizando cada recanto descoberto ao sabor dos calendários, homenageando os santos do dia. Ribeirão do Carmo não fugiu a esta regra. O nome se deve ao dia de consagração de Nossa Senhora do Carmo².

Já a designação *Rio das Mortes* apresenta duas versões. Em Minas, a estação de São João Del Rei, juntamente com a linha férrea,

² Disponível em: http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/Mariana/port.apresent.asp.
Acesso em 22 de abril de 2008

foram inauguradas em 1881 pelo então Imperador do Brasil D. Pedro II, e recebeu o nome de Estrada de Ferro Oeste de Minas. O rio que corta o caminho até Tiradentes chama-se Rio das Mortes, cujo nome tem origem no século XVIII com o estabelecimento de Tomé Del Rei nesta região, que tomou a decisão de iniciar a cobrança de pedágio para a travessia do rio. Aparentemente, o Rio das Mortes era tranquilo, mas a sua correnteza era muito forte. Pelo fato de muitas pessoas terem morrido na tentativa de atravessar o rio a nado para não pagar o pedágio estabelecido por Tomé Del Rei, o rio passou a ser conhecido como Rio das Mortes. Há também uma segunda versão originada da Guerra dos Emboabas, acontecida nessa região, quando ocorreu o chamado Capão da Traição, que é o momento em que os paulistas foram encurralados, desarmados e cruelmente assassinados. Com o grande número de mortos nesse episódio, o rio teria sido batizado com o nome atual. Paira, aí, a dúvida a respeito de sua denominação3.

Sumidouro também apresenta duas versões. Pode ter surgido pelo fenômeno comum, em Minas, do desaparecimento repentino de um rio através de uma abertura no terreno e o seu reaparecimento em outros locais mais baixos. Pode ainda ter seu nome ligado ao seguinte fato. Por volta do final do século XVIII, a região hoje ocupada pelo município de Sumidouro teria surgido como rota alternativa para o escoamento de ouro e pedras preciosas, das Minas Gerais para a Corte, como uma forma de fugir do fisco português. Sumidouro ficava, então, numa localização estratégica na rota clandestina do "ouro ilegal", ou por assim dizer, do "ouro sumido".⁴

O trecho que trazia a primeira versão, ou seja, em que a ordem dos nomes das cidades mineiras não correspondia à sequência desejada pelo autor foi totalmente preenchido com tinta preta, mas que possibilita a leitura quando colocado contra a luz. Em substituição, Pedro Nava reorganiza as ideias num balão puxado para a página direita onde, além de dar uma sequência lógica aos nomes, segundo sua visão, também complementa as ideias como se pode apurar na versão final. Assim, pode-se perceber que a criação é "um projeto

³ Disponível em: <u>www.qeocities.com/tazinha/Historia/Tiradentes.htm</u>. Acesso em 22/04/2008.

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

Disponível em: www.sumidouro.rj.gov.br/portal/municipio/historia.asp?ildMun=100133084. Acesso em 23/04/2008.

que está sempre em estado de construção, suprindo as necessidades e os desejos do artista, sempre em renovação" (Salles, 2006, p. 59).

Dando sequência ao datiloscrito, podemos registrar a primeira versão da passagem subsequente:

A segunda é a direção do oceano afora, da descida da serra do Mar, da saída e das fugas pelas angras, pelas restingas, pelas ilhas, pelas rotas que vão ao Ceará, ao Maranhão, aos Açores, a Portugal, e aos caminhos latinos do mar Mediterrâneo.

A versão final assim se apresenta:

A segunda é a direção do oceano afora, Serra do Mar abaixo, da saída e das fugas por rios e restingas, angras, barras, bancos, recifes, ilhas – singraduras de vento e sal, pelágicas e genealógicas – que vão ao Ceará, ao Maranhão, aos Açores, a Portugal e ao encontro das derrotas latinas do mar Mediterrâneo.

A eliminação da expressão da descida da serra do Mar, substituída por Serra do Mar abaixo teve por objetivo não repetir a estrutura que inicia esse mesmo parágrafo (da subida da Mantiqueira) evitando, assim, um paralelismo sintático. O acréscimo de novos elementos, passíveis de possibilitar rotas de fuga pela água, demonstra um apurado conhecimento, por parte do autor, dos vários acidentes geográficos que enumera: rios e restingas, angras, barras, bancos, recifes, ilhas. Para complementar o raciocínio, o autor puxa para a página direita um balão onde também enumera, segundo o seu ponto de vista, as formas de navegação que o levariam aos seus antepassados não só no Brasil, mas também na Europa: singraduras de vento e sal, pelágicas e genealógicas. A substituição de aos caminhos latinos por ao encontro das derrotas latinas do mar Mediterrâneo vem corroborar a ideia da rota marítima a ser seguida em busca de seus ancestrais.

O terceiro parágrafo apresenta a seguinte versão primeira:

Além de dar assim o leste e oeste para a escolha do destino, a rua Direita é uma reta onde cabem todas as ruas de Juiz de Fora. Entre o Largo do Riachuelo e o Alto dos Passos podemos marcar o local psicológico da rua do Sapo, da rua do Comércio, da rua do Progresso, da rua do Botanágua com a mesma precisão com que os logradouros de Londres são colocados fora de seu local exato mas rigorosamente dentro de sua posição relativa nos mapas do underground. Nesse sentido podemos dividir Juiz de Fora não mais em duas direções da rua Direita mas em dois mundos da rua Direita. Sua separação é dada pela rua Halfeld.

A versão definitiva é a que segue:

Além de dar assim leste e oeste para a escolha do destino, a Rua Direita é a reta onde cabem todas as ruas de Juiz de Fora. Entre o Largo do Riachuelo e o Alto dos Passos, nela podemos marcar o local psicológico da Rua do Sapo, da Rua do Comércio, da Rua do Progresso, da Rua do Botanágua, com a mesma precisão com que nos mapas de seu *underground*, os logradouros de Londres são colocados fora de seu ponto exato, mas rigorosamente dentro de sua posição relativa. É assim que podemos dividir Juiz de Fora não apenas nas duas direções da Rua Direita, mas ainda nos dois mundos da Rua Direita. Sua separação é dada pela Rua Halfeld.

A substituição do artigo indefinido *uma* reta pelo definido *a* reta, justifica-se. A utilização do artigo definido, tem por objetivo "lançar sobre a representação mais visualidade e mais familiaridade" (Lapa, 1998, p. 114). Com efeito, a Rua Direita não era uma rua qualquer. Na paisagem urbana de Juiz de Fora, ela representava o ponto principal e o mais importante marco da cidade, pois era *nela* que as demais ruas poderiam ser visualizadas e delimitadas da mesma forma como na cidade de Londres as suas ruas, praças e avenidas podem ser demarcadas nos mapas do seu *underground*. Juiz de Fora, dessa forma, não poderia ser dividida apenas em duas direções da Rua Direita, mas ainda nos dois mundos da Rua Direita.

Buscamos, com essa análise, compreender os movimentos da tessitura textual em Pedro Nava. Esses movimentos foram detectados através da observação das mudanças efetuadas durante o processo criativo e documentadas na elaboração da terceira fase da escritura do autor, ou seja, na elaboração dos originais. Pudemos perceber rasuras, substituições, acréscimos e reelaboração de partes do texto, o que nos indicou caminhos de leitura mais exatos e fiéis ao projeto original do escritor. Um manuscrito, ou datiloscrito, no nosso caso, pode conter inúmeras surpresas, além do processo criativo em si.

A presente análise revela-nos uma grande sensibilidade de Pedro Nava no que diz respeito à percepção do poder evocativo das palavras. Assim, a intenção criativa mantém uma estreita relação com a escolha da matéria a ser explorada. A sensível percepção de Pedro Nava para captar sensações de toda ordem, leva-o a transmitir ao leitor impressões sensoriais através das interpretações sugeridas pela própria linguagem. A exploração dos elementos estético-informativos contidos nos nomes escolhidos pelo autor para se refe-

rir à toponímia das Gerais, seja no nível semântico ou sonoro, realçam os princípios definidores de sua concepção de arte, dirigida para uma tentativa de utilização máxima do potencial que o idioma oferece. A seleção dos nomes explorados pelo autor parece ter sido feita tendo em vista a representação conceitual já existente dentro dos campos semânticos dos nomes. Podemos perceber, assim, que onde quer que haja uma verdadeira reação emocional aos objetos do mundo exterior, haverá também uma grande percepção sensorial e a intensidade da percepção é a garantia da autenticidade da emoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESSOT, M. *O estilo e as suas técnicas*. Trad. Madalena Cruz Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

FARACO, C. E. & MOURA, F. *Gramática*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTEIRO, J. L. A estilística. São Paulo: Ática, 1991.

NAVA, P. *Baú de ossos*: memórias 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

SALLES, C. A. Redes da criação. São Paulo: Horizonte, 2006.

WILLEMART, P. Bastidores da criação literária. São Paulo: Iluminuras, 1999.

DOCUMENTOS JURÍDICOS COMO FONTE DE INVESTIGAÇÃO FILOLÓGICA

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS) ritaqueiroz@e-net.com.br

INTRODUÇÃO

Estudar documentos, de quaisquer naturezas, representa um ato de preservação e conservação da memória coletiva, pois, segundo Le Goff (1996), com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva foi profundamente transformada. Grandes civilizações, como as da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América précolombiana usaram a memória escrita como símbolo de progresso evolutivo. Para Olson (1998, p. 203) "[...] a história da escrita é em parte o aprendizado da construção de documentos que possam incorporar o sentido e servir-lhe de árbitros".

Uma das atribuições da escrita é impedir a perda, pois está intimamente relacionada ao mundo de papel, com toda sua força e suas limitações. Neste sentido, afirma Chartier (2007, p. 9): "[...] a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos, perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição [...]."

Há no Brasil uma grande variedade de documentos, sejam estes político-administrativos ou eclesiásticos. Toda essa documentação foi manuscrita (séc. XX) até a introdução no Brasil das máquinas de escrever e, posteriormente, dos computadores. Toda essa massa documental, relacionada tanto com as camadas de pessoas cultas e/ou abastadas quanto com as camadas de pessoas mais modestas, encontra-se hoje em museus, bibliotecas, arquivos e acervos particulares em todo o território brasileiro. No entanto,

O testemunho colhido a *posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente. Ele leva à criação de uma fonte singular na medida em que destinada desde o início seja a formar um arquivo, no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo –, seja a alimentar uma pesquisa específica. (Rousso, 1996, p. 87)

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

Contudo, no que se refere à preservação do patrimônio documental, os pesquisadores que lidam com os documentos históricos, sejam estes manuscritos ou não, sabem que o acervo da maioria dos arquivos nacionais encontra-se em situação lastimável. Segundo Vera Acioli (2003, p. 2):

Todos que lidam com documentos manuscritos no Brasil, sabem que o quadro é desolador na maioria dos estados. É necessário que sejam conscientizados os poderes públicos responsáveis, como o Judiciário, o Ministério da Fazenda, a Igreja, etc., para desenvolverem, a curto prazo, uma política de conservação e restauração dos documentos que ainda restam.

Mesmo com todo o estado precário de conservação da massa documental, esta ainda se faz de grande relevância para os estudos filológicos, linguísticos, históricos, literários, dentre outros. Nesta perspectiva, foram selecionados dois autos de defloramento, um no Arquivo Público Municipal de Santo Amaro – BA e o outro no Centro de Pesquisa e Documentação – CEDOC, sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. Pois, segundo Neves (2007, p. 16-17):

Uma fonte histórica pode, desse modo, se constituir no meio de acesso ao conhecimento de ações e condutas de agrupamentos humanos pretéritos e se caracterizar como o próprio fato histórico ou linguístico, no caso do texto ser tomado como objeto da análise historiográfica ou filológica, como discurso ou forma de se expressar de uma comunidade numa determinada época.

OS AUTOS DE DEFLORAMENTO

O Auto de Maria José

Trata-se de um documento jurídico lavrado entre os anos de 1902 a 1903, pertencente ao Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC, núcleo da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia – Brasil, assim descrito: processo-crime – subsérie: sumário. Escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta, em 19 fólios, sendo todos no recto e no verso apenas nos seguintes: 2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Contém numeração a partir do fólio 4, sendo registrada a partir do número 1. Bom estado de conservação.

A vítima de defloramento é a menor Maria José de Oliveira, filha de Maria Gertrudes. O delito ocorreu próximo a sua casa, em 23 de outubro de 1902. O acusado do crime é identificado como Laudelino de Tal, que fora noivo da vítima.

O auto de Maria Juliana

Trata-se de um documento jurídico, lavrado entre os anos de 1903 a 1915, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Santo Amaro – Bahia – Brasil, assim descrito: série: Defloramento, seção: Judiciária, escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta e azul, em sessenta fólios. O texto do documento apresenta grafias distintas, comprovando que foi escrito por escrivões diferentes.

A vítima de defloramento é uma menor de catorze anos, de nome Maria Juliana, filha de Maria Maximiana. O delito ocorreu entre 7 e 8 horas da noite, quando a vítima retornava da igreja para sua casa. O acusado de ter cometido o defloramento é identificado como Bento da Rocha Doria, pessoa conhecida da vítima e que já vinha fazendo todo tipo de promessa a fim de seduzir Maria Juliana.

O VOCABULÁRIO E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA

O léxico é um dos contextos linguísticos em que se manifestam muitos traços da cultura. Podem ser verificadas as mudanças semânticas, as origens e as diversidades linguísticas de uma determinada comunidade. De acordo com Oliveira e Isquerdo (1998, p. 7), "[...] o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. [...] na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura." Sendo assim, o léxico é o patrimônio vocabular de qualquer língua natural em sua constituição sócio-histórica.

O estudo do léxico pode ser feito a partir de diversas perspectivas. Segundo Abbade (2006, p. 216): "No século XX, os estudos lexicológicos se diversificaram, aliados às várias correntes linguísticas em vigor [...]". De acordo com a teoria estruturalista, o léxico é formado por estruturas nas quais os conjuntos de palavras formam

subconjuntos, sendo estes ligados a aqueles por diversos laços. Para a teoria gerativista, o léxico é um conjunto de elementos lexicais articulados por traços fonéticos, semânticos e sintáticos. Segundo a teoria funcionalista, o léxico de uma língua é uma das partes em que os usuários podem se comunicar.

O homem, ao nomear objetos e seres, buscou fazer uma relação com as circunstâncias históricas, com as variáveis culturais, com os anseios espirituais e com o mundo concreto. A atividade da nomeação pode ser considerada como uma das primeiras desenvolvidas pelo homem em direção ao seu conhecimento do mundo. Para Bakhtin (2004), o nascimento e o desenvolvimento do signo estão relacionados com os fluxos sociais, culturais e históricos. Entretanto, a constituição do sujeito que nomeia ocorre através do discurso, este entendido como um conjunto de estratégias que fazem parte das suas práticas sociais.

A construção do discurso está relacionada com as escolhas lexicais que o sujeito faz. Neste sentido, os sujeitos envolvidos nos autos de defloramento seguiram essa tendência, pois cada palavra do vocabulário utilizado tinha uma intenção, pois, para Citelli (2005, p. 32): "[...] a palavra em estado de dicionário vive em situação de neutralidade, ao se contextualizar, passa a expressar valores e ideias, transitando ideologias, cumprindo um amplo espectro de funções persuasivas e de convencimento."

O vocabulário dos autos

O vocabulário referente aos autos de defloramento aqui apresentados foi constituído a partir do que foi dito anteriormente. As escolhas lexicais obedeceram a uma intenção: a de convencer o interlocutor sobre a culpabilidade do crime.

No auto de Maria Juliana, os agentes judiciários tentam persuadir ao auditório utilizando expressões que levem à dúvida quanto à inocência de Maria Juliana: ela realmente é vítima ou culpada pelo ato de violência que sofreu? Será que houve mesmo defloramento ou ela se deixou seduzir? Por que não pediu socorro quando seu agressor a interpelou? Estas são algumas das questões colocadas no auto de Maria Juliana concernentes a aquilo que desejavam os agentes judiciários: provar se a vítima era idônea e se de fato teria ocorrido o

defloramento. Vejamos nos seguintes trechos as palavras utilizadas com este fim.

Perguntada como se dêo o facto constante da petição de folhas duas?
Respondeo que as sete para as oito horas da noite do dia vinte e dous de maio proximo passado vindo ella da Igreja, a sos, encontrara-se em um lugar deserto na estrada dos Carros, com Bento da Roxa Doria, que levara-a para o mato e empregando força a deflorara; promettendo-lhe deitar casa e sustentala.

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 6r)

Perguntado se quando Bento da Roxa Doria a agredira estava munido de armas e se usara de alguma? Respondeo que Bento não estava armado e que apenas a subjugara por meio da força:

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 6v)

Perguntada por que rasão não pedio socorro contra a agressão de Bento da Roxa Dorea? Respondeo Responde que deixou de faselo por ser o lugar onde foi agredida muito distante das casas, de modo que os seos gritos não serião ouvidos:

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 6r e 6v)

O mesmo não ocorre no auto de Maria José, pois ela agiu de maneira bem distinta de Maria Juliana. Observemos:

Perguntada quaes as pessoas que prezenciaram este acto, ou mesmo ouviram os gritos de socorro que diz ella quando foi surpe=hendida por Laudelino.
Respondeo que sabem disso, Ma noel Borges, Maria Martinha, Barbara Maria de Jesus, Arcelino fogueteiro, o Inspector Re ginaldo de Andrade, Luiza de Pedra Grande:

(Auto de defloramento de Maria José, f. 10)

Perguntada como se deu o facto de ser ella deflorada?
Respondeo que a quatro annos mais Laudelino a pedira em casa mento e ella offendida, não acceitou pelo que Laudelino ficou de mal com ella offendida e [...]
[...] provem que a quinse dias prin cipiou Laudelino a procural-a es praiando-a no Caminho da fonte e na quarta feira passando pela por ta della offendida, dissera-lhe que lhe tinha uma pergunta a fazzer-lhe [...]

(Auto de defloramento de Maria José, f. 9r, l. 20-33)

O que se pode constatar é que as atitudes dos agentes judiciários são diferenciadas, até mesmo quanto à descrição do exame de corpo delito. Vejamos:

Verificarão ser completa a delaceração, dando passagem franca ao dedo endicador que penetrou facilmente em toda a vagina. Convem no tar que não encontraram [...] vestigios de violencia. Pelo que passarão a responder aos quesitos
Ao 1º affirmativamente. Ao 2º naturalmente a penis Ao 3º Afirmamente.
Ao 4º Não podem affirmar por não emcontrarem vestigios: Ao 5º fica prejudi cado pela resposta acima Ao 6º tambem prejudicado pela mesma resposta [...]

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 7v)

Em consequencia passaram os peritos a fazer os exames e investigações ordenadas e as que julgavão necessarias; concluidas as quaes declaravam o seguinte: - Delaceração do delaceração da membrana hymen pelo que respondem ao 1º Quesito Sim; ao 2º membro viril; ao 3º Sim, é de prezumir ao 4º não, ao 5º preju dicado. E são estas as declarações que em suas consiencias e sobre o com promisso prestado tem a fazer.

(Auto de defloramento de Maria José, f. 8r e 8v)

Outra questão a ser apontada é quanto à cor da pele e à estrutura física. Essa informação só aparece no auto de Maria Juliana e não no auto de Maria José. Por quê? Qual a intenção dos agentes ao fazerem constar isso? Será que eles desejavam relacionar a conduta de Maria Juliana com a cor de sua pele e sua condição física? Estes são questionamentos cujo esclarecimento não se restringe apenas ao vocabulário utilizado, sendo necessários outros estudos para isso. Observemos o trecho a seguir:

Que em cumprimento de determinado no auto supra passarão a proceder o exame na pessoa de Maria Julianna, que é uma rapariga de *cor preta*, de quinze annos mais ou menos, de fisionomia agradavel, corpo regular, *constituição forforte*, [...]

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 7r)

Na direção contrária ao que sugerem os agentes judiciários está o discurso da mãe de Maria Juliana, que acusa o réu de ser o causador de diversos atos iguais ao que praticou contra a sua filha, sendo ele o grande culpado.

Infelizmente não poderam os cuidados preser val-a da pessonha desse *ladrão da honra*, que em dias do mez de Maio proximo findo, quan do a infeliz Maria voltava da Igreja do Rosario das 7 para as 8 horas da noite, em procura de casa, inopinadamente surgio o denuncia do *que a condusio para uns mattos proximos*, *onde a defloro*, *abandonando-a em seguida*.

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 2r)

E é corrente que o denunciado, affeito á pratica do crime pelo qual o denuncio a mais de uma infeliz tem atirado ao lodaçal da prostituição [...]

(Auto de Defloramento de Maria Juliana, f. 2r)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do léxico se faz importante na medida em que, através dele, são descortinadas as mudanças comportamentais, espirituais, filosóficas e linguísticas das sociedades. Pode-se ver isso claramente nos autos aqui apresentados, pois no início do século XX a sociedade brasileira esta passando por profundas mudanças em suas estruturas: da pública à familiar.

A persuasão que ocorre nos discursos se dá por meio de inúmeras possibilidades. Da escolha das palavras até a organização das frases há uma estreita relação entre signo, ideologia e construção do discurso.

A maior parte dos discursos que fazemos nas relações com os nossos semelhantes é discurso de persuasão. Temos necessidade de persuadir e ser persuadido. O discurso persuasivo, em si mesmo, não é um mal; só o é quando se torna o único trâmite da cultura [...]. (Eco, 1972 *apud* Citelli, 2005, p. 95)

Analisando-se o vocabulário dos dois autos pode-se constatar que os sujeitos envolvidos procuraram escolher bem as palavras, empregando-as em contextos que pudessem fazer com que os interlocutores avaliassem quem realmente tinha sofrido defloramento ou apenas sedução. Isso tudo apoiado em ciências como o Direito e a Medicina.

Investigar documentos públicos, os autos de defloramento, e os discursos neles contidos confere aos estudos da linguagem um caráter privilegiado para a compreensão de como se formam as atitudes e os significados dentro de uma comunidade.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O Estudo do léxico. **In**: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita e Cássia R. de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 213-225.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia*: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2ª ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2003.

44

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Prefácio Roman Jakobson, apresentação Marina Yaguello, tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *No-*cões de paleografia e diplomática. Santa Maria: UFSM, 1991.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar*: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16ª ed. rev. e atual. 2ª imp. São Paulo: Ática, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Prefácio. **In**: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão:* edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007, p. 13-19.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico:* lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Para que editar? A filologia a serviço da preservação da memória baiana. **In**: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita e Cássia R. de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.) *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 141-157.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91. 1996.

ECDÓTICA: DISCIPLINA PÓS-MODERNA?

Mario César Newman de Queiroz (UFRJ; EPSJV-FIOCRUZ, UFF) mcnqsofocles@terra.com.br

À querida mestra Marlene Mendes

INTRODUÇÃO

Nestes tempos em que, por força de novas mídias, se fala que o texto se libertou do livro e que a vontade autoral, por força das teorizações literárias e discursivas, figura como peça despropositada no arranjo das leituras, qual o lugar da ecdótica? Ainda é possível falarmos em importância da ecdótica, quando fundamentos que lhe são tão caros são tão duramente atacados? Ou poderemos e deveremos falar que a ecdótica adquire uma nova dimensão? Poderemos falar de importância da ecdótica a partir de uma perspectiva que a valorize mais como disciplina descritiva que normativa?

A situação não deixa de apresentar certa ironia da história, pois, tecnicamente, com os *softwares* e processos de editoração eletrônica atuais, dispomos de possibilidades de produção de edições críticas rigorosas em rapidez e quantidade como há 20 anos apenas ainda era impensável. Mas nesse momento *partis pris* teóricos de bases românticas da ecdótica – "vontade autoral", "originalidade autoral", "texto original", "texto definitivo"—, que a tornavam uma disciplina necessária às investigações literárias, históricas e textuais em geral, são profundamente revistos e mesmo postos de lado. É irônico, pois a mesma *internet* que nos propicia descobrir onde podemos encontrar as diversas edições e variantes de um texto faz com que se transforme a ideia do que seja um texto.

Aprofundar as indagações sobre as bases teóricas que fazem a ecdótica ser uma disciplina necessária para os estudos textuais contemporâneos, pensar a ecdótica nas dimensões das novas circunstâncias de leitura, de novas concepções sobre interpretação, sobre o que é um texto e das estratégias de abordá-lo, é o que intentamos aqui.

Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos TEORIA LITERÁRIA E ECDÓTICA

A TL e a ecdótica assumiram nos últimos anos uma espécie de estranho divórcio, a nosso ver, improdutivo para ambas as partes. Os profissionais da ecdótica parecem, em sua prática, infensos a toda e qualquer teorização, por um lado. E os profissionais da TL, por sua vez, não parecem mais dar importância a esse aspecto tão crucial para os estudos literários que é o estabelecimento dos textos a serem tomados pelos estudos literários. Há inclusive, de ambas as partes, uma espécie de repulsa a priori pelo trabalho uns dos outros.

A nossa posição aqui busca superar esse abismo inexplicável. Como já apresentamos em comunicação e artigo anteriores, a ecdótica não deve se ater em pressupostos românticos como "vontade autoral" na fixação de textos. Por sua vez, os estudos literários em geral têm sempre muito a aprender com o trabalho da ecdótica, pois o trabalho central da ecdótica, estabelecer textos, no modo como pensamos essa disciplina, propicia uma ampla reflexão sobre a vida dos textos literários em sua formação e difusão.

Do mesmo modo que a filosofia contemporânea de Deleuze e Guattari, por exemplo, faz a crítica à subsunção da diversidade ao um, o pensamento que move a ecdótica tradicionalmente tende ao mesmo procedimento. O fato é por demais interessante, pois, dentre as disciplinas que pensam o texto, é a ecdótica que sempre se deparou com o texto como diversidade. É a ecdótica que sempre se deparou com o fato que cada texto pode ser uma pluralidade de textos. E o exercício da ectódica sempre foi o de trazer a pluralidade ao uno.

Como dizem Deleuze e Guattari, in *Mille Plateaux*, a tradição ocidental sempre pensou o texto como árvore, ramos e galhos, e raízes que sempre se reportam a um mesmo tronco, a uma mesma unidade orgânica, como tão bem o Padre Antonio Vieira em seu famoso Sermão da Sexagésima apresentou. Deleuze e Guattari queriam pensar o texto em sua pluralidade rizomática, raiz de capim que se multiplica pela capacidade de não possuir um centro a que o todo se refira. É de igual modo que pensamos a riqueza da ecdótica em seu esforço de produzir edições críticas. Uma ecdótica sem a pretensão de apresentar a "lição" sobre o texto, sem a arrogância do crítico de pressupor a verdade sobre a forma do texto. Fato que, muitas vezes, resulta em criação de uma nova vertente do texto, de produção de

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

47

uma nova variante, em vez de estabelecimento de um texto definitivo. Analisaremos um caso desses mais adiante. Importa agora buscar refletir sobre alguns pontos dentro da disciplina ecdótica.

AS REALIDADES DO TEXTO E A VONTADE AUTORAL.

A concepção que temos da ecdótica contrapõem-se àquela definição primeira da disciplina, conforme apresentam Bárbara Spaggiari e Maurizio Perugi, por exemplo, "a tarefa da crítica textual é, precisamente, a reconstituição de um texto que se aproxima o mais possível do original perdido ('constitutio textus')" (Spaggiari; Perugi, 2004, p. 32.).

E traz como consequências mais evidentes para a disciplina as seguintes considerações:

- Evitar o "iudicium", ainda mais a pretensão de afirmar uma lição como a correta.
- O "stemma codicum" passa a ser mais importante para a ecdótica que o estabelecimento de um texto fidedigno.
- Descrever a história da difusão de um texto em sua vibração rizomática torna-se mais importante que a atitude prescritiva da lição correta e do texto definitivo.
- As "variantes de tradição", compreendidas como as formas históricas que um texto veio a público, tornam-se mais importantes que a ideia de um texto "original" que nunca foi publicado. Talvez fruto de uma interpretação editorial e crítica.
- Bédier afirmava que o original não é atingível. Grande parte da briga com os lachmanianos nasce em tal afirmação. A questão, porém, não está no grau de atingível, mas na própria ideia de original. Contrariamente a Bédier, porém, tender-se aos "códices plurimi".
- Lachmaniana, talvez, mas sem proeminência autoral, sem pretensões a resgatar um texto original.

DOIS CASOS

Luz Mediterrânea

Avaliemos duas situações de autores modernos. Ambas de poetas que, por falecerem cedo, deixaram apenas um livro em uma

edição: nada parece mais fácil de ser resolvido para um crítico textual que os casos de uma única edição publicada em vida. No entanto, avaliemos as duas situações. O primeiro caso é o de *Luz mediterrânea*, de Raul de Leoni. Trata-se de um livro que, embora marginal ao cânone, alcançou desde sua publicação em 1922, uma edição a cada dois ou três anos, constituindo-se num verdadeiro fenômeno.

No entanto, as edições mais difundidas, as da Livraria Martins de São Paulo, apresentam a supressão de um ponto de interrogação no título do poema "Superstição?", além de gralhas que perduraram como "brocardos" erradamente, em vez de "brocados", no poema "Florença" e de "crepúsculos" erradamente, em vez de "escrúpulos", no soneto "Platônico". Todas são falhas editoriais que alteram substancialmente a compreensão, produzem sentidos diferentes, logo, recepções possivelmente distintas dos textos. Mas foi exatamente com essas variantes que a poesia de Raul de Leoni obteve maior recepção. Longe, portanto, de torná-las proscritas é interessante tê-las sempre em nota.

Por outro lado, embora recentemente tenham surgido edições em que seus organizadores demonstram-se muito preocupados com o texto original, nenhuma edição de *Luz Mediterrânea* reproduziu novamente a primeira, a única em vida de Raul de Leoni, a que deve ser tomada como texto base, nem as recentes e bem cuidadas edições organizadas por Fernando Py (Pirilampo, 1987), por Edith Marlene de Barros e César Olímpio Ribeiro Magalhães (Academia Petropolitana de Poesia Raul de Leoni, 1995), por Pedro Lyra (Topbooks, 2000) e por Sérgio Alcides (Martins Fontes, 2001), nas quais as falhas das sucessivas edições da Livraria Martins são sanadas⁵.

Pois todas as edições desconsideram o aspecto de sucessivos casulos em que se inserem os poemas. O livro não é poema após poema passando-se de página em página. A apresentação em casulos-poemas havia escapado de mim também quando elaborei minha dissertação de mestrado sobre *Luz mediterrânea*. Nele cada poema, por

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

ter dado a isto valor significativo na composição do livro.

_

⁵ Nas edições feitas pela Livraria Martins, de São Paulo, as mais difundidas, da 4ª (1946) à 12ª, o título do poema no índice e no texto está sem o ponto. Quanto à questão da posição dos títulos encimando os poemas ou isolados em página própria, não passou despercebida por Pedro Lyra, conforme podemos ver em sua "Nota sobre as edições e o texto" mas parece não

menor que seja, é precedido de uma página em que consta apenas o título do poema. Depois do poema segue-se, também numa página, isoladamente, uma pequena vinheta, um pequeno desenho fechando o "casulo". Ao que se seguirá uma nova página contendo apenas o título do poema seguinte, a formar um novo casulo. Uma composição bastante antieconômica de um livro. Mas uma forma muito significativa na elaboração de um livro que se compõe por poemas que instauram uma luta entre correntes de pensamento antagônicas (epicurismo, platonismo, nietzchianismo etc.).

Eu e Outras Poesias

A edição das obras completas de Augusto dos Anjos pela prestigiosa editora Nova Aguilar (1994) trouxe, como já mapeei anteriormente, em texto constante no site do CiFEFil, intitulado "Teorizar a ecdótica: a questão teórica da morte do autor inviabiliza a ecdótica?", no esforço de fixar o texto definitivo do soneto "O último número", ditado por Augusto dos Anjos em seu leito de morte, uma nova variante.

Em sua primeira publicação, na *Gazeta de Leopoldina*, um dia depois do falecimento do poeta, em 1914, aparece no 12° verso a palavra "antogênica", "Pois que a minha antogenica Grandeza". Já na segunda publicação do poema no *Almanaque do Estado da Para- iba* de 1917, a palavra era substituída por outra, vindo agora "antagônica", talvez por ser mais familiar que o primitivo "antogênica". A publicação posterior em livro, organizada por Órris Soares, retornava à forma de 1914, "antogênica".

Nas edições da Livraria São José, estabelecidas por Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, os organizadores fizeram uma opção por um vocábulo identificado com o cientificismo da época do poeta, vocábulo de fácil localização na obra de Ernest Haeckel, tantas vezes citado pelo poeta e de tanta importância na sua obra como analisamos em tese de doutorado, trocaram então a palavra "antogenica" por "ontogênica" em ortografia atualizada.

Mas, antes ainda da lição estabelecida por Houaiss e Assis Barbosa, antes mesmo daquela publicada em 1917, à ocasião da morte do poeta, publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro,

em dezembro de 1914, Antônio Torres em seu louvor ao poeta intitulado "O poeta da morte" trazia o poema com outra variante "autogenita", confirmada por Humberto Nóbrega, em estudo de 1962. E, a tirar pelas duas edições da Bedeschi que consultamos, a 19ª de 1952 e a 25ª de 1952, é provavelmente a variante constante no maior âmbito de difusão da obra (a Bedeschi editou da 6ª em 1934 à 28ª em 1961, sempre trazendo o texto de Antônio Torres como introdução) com "autogênita".

Porém, uma nova variante surge na edição da *Obra completa* de Augusto dos Anjos da Editora Nova Aguilar, estabelecida por Alexei Bueno e explicada em nota ao fim do volume (sem indicações no corpo do texto). Após descartar a variante "antogenica" por não fazer "nenhum sentido" e "antagonica" pelo mesmo motivo, o editor ressalta a variante "autogênita" que é um neologismo que faz sentido, "mas que se afasta muito da forma da primeira publicação, pois exige a mudança de duas letras... ou seja, a troca de n e c por u e t" (Bueno, 1995, p. 832.). A seguir comenta de forma favorável sobre a variante apresentada por Houaiss e Assis Barbosa, com relação aos aspectos semânticos e estilísticos, conclui dizendo: "apesar de a troca de um o por um a no início da palavra não ser dos erros mais corriqueiros, embora rigorosamente possível". Condena a fixação do texto feita por Zenir Campos Reis – muito embora este tenha procedido absolutamente dentro das normas de apresentação de uma edição crítica, tanto na fixação do texto quanto no tratamento das variantes por ser excessivamente fiel à "lição inaceitável da Gazeta de Leopoldina e da 2ª edição do Eu". Para logo a seguir apresentar a sua lição.

> Finalmente chegamos à presente lição, com a qual julgamos reencontrar, após oitenta anos de equívocos, a forma original do verso:

Pois que a minha autogênica Grandeza

Tendo o mesmo sentido da forma *autogênita*, mas alterando apenas uma letra da palavra original, em vez de duas, não sendo como esta um neologismo incomum, e explicando facilmente o surgimento da forma *antogênica*, pelo tradicional erro tipográfico da troca do *u* pelo *n*, letras do mesmo formato que se distinguem pela posição na vertical, julgamos probabilíssimo ter sido esta a palavra usada pelo poeta.

Essa nova variante já frutifica em novas edições como podemos ver na 45ª edição do *Eu*, pela editora Bertrand Brasil, de 2002, igualmente com a variante "autogênica", que embora bem cuidada

por Ivaldo Pio de Azevedo traz, como vimos acima no caso do "Recife" sucedido por ponto ou por vírgula, uma nota da editora afirmando serem as edições de 35 a 42 (pela Civilização Brasileira) reproduções *ipsis literis* do texto da 31ª edição (pela Livraria São José) e a edição em pauta (a 45) utilizar como texto base o da 42. Mas novamente ocorre aqui o que já apontáramos. A julgar pela 35ª edição, onde encontramos o poema em questão com a palavra "antogênica" e não "ontogênica" como deveria se reproduzisse a 31ª edição com a lição de Houaiss e Assis Barbosa.

O que parece saltar aos olhos no caso do estabelecimento de texto deste poema é que todas as variantes apresentadas podem ser legitimadas por uma análise que leve em conta como salientou Antônio Torres o caráter hermético, ocultista do poema.

A solução encontrada por Alexei Bueno parece não levar em conta (e não por ignorá-las) as condições de aparição do poema. O poeta tísico, no leito de morte, já sem condições de escrever, talvez entre ataques de tosse e apoplexia, dita o poema para alguém que o transcreve. Depois o poema manuscrito é levado para a redação do jornal da pequena cidade mineira de Leopoldina, em que residia àquela altura o poeta, e ali tem sua primeira publicação. Tem-se assim a possibilidade da compreensão da palavra menos corriqueira do poema já ter sido corrompida na escuta de quem o transcreveu, tornando o critério ecdótico, como o quer entender Alexei Bueno, "o da maior probabilidade de determinados erros tipográficos" (Bueno, 1995, p.832), infrutífero para, em seus termos também, "reencontrar" a forma "original do verso" e estabelecer a lição corretora de oitenta anos de equívocos.

A "lição" de Alexei Bueno parece-nos apontar não para uma fixação definitiva do texto do poema de Augusto, mas para o caráter rizomático da máquina poética de Augusto dos Anjos. A capacidade de trazer para si o leitor para que ele também ali desenvolva essa potência rizomática da poesia em traçar linhas de fuga, mesmo quando ele, o leitor, pensa estar definindo o caminho significante do poema. A resposta que Antônio Torres dá às suas próprias indagações sobre o que seria o último número, parece aqui também ter sua eficácia, "Pode não ser nada disso e pode ser tudo isso ao mesmo tempo..." O soneto de Augusto à beira da morte está ainda vivo, plástico, se

transformando ainda em sua matéria significante por sobre a matéria da morte, sugerindo-nos que nós o produzamos ainda mais, ainda mais uma vez. Participemos da obra desse autor com nossa autoria, entremos na máquina literária de Augusto dos Anjos.

Fato, porém, de suma importância para nós hoje, aqui, nesta Semana, somente através do acompanhamento crítico das edições podemos chegar aos desenvolvimentos a que um texto se entrega às diversas re-escritas que ele sofre, os diversos desejos de autoria que tentam se apossar do texto. A lição definitiva a que chegou Alexei Bueno, longe de apontar para uma vontade autoral, fala-nos, exemplarmente, que a vontade do autor será sempre uma nova articulação autoral do leitor.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Acreditamos que a ecdótica encontra lugar como disciplina reflexiva e de grande interesse na contemporaneidade, desde que certas bases de sua constituição crítica sejam alteradas. Mais ainda que o advento de novos meios e suportes vêm dar novo ânimo e nova configuração ao trabalho da ecdótica. Para uma nova ecdótica que trabalhe mais com a ideia do texto como rizoma do que como árvore. Sem as pretensões de restituição do texto ao original ou em conformidade com qualquer suposta "vontade autoral".

Como observa Jean Clément, sobre as novas possibilidades das edições críticas e genéticas adquirirem formatos que lhe são mais propícios.

Com o hipertexto e as múltiplas janelas das telas, a operação se torna fácil e provoca um modo novo de ler. O prototexto se torna parte integrante do texto, que surge assim mais como um processo em curso de elaboração do que como uma obra definitiva. De resto, as novas capacidades de armazenamento modificam o estatuto da nota de roda pé e das referências cruzadas. Não há mais necessidade de buscar o texto citado pelo autor em uma edição que se tornou inencontrável. Pode-se ter acesso a ela diretamente e ler grande trechos, ou até mesmo – por que não? – sua integralidade. (Clément, 2004, p.32.)

Hoje um cd-rom pode disponibilizar um poema, simultaneamente, em diferentes janelas, nas suas diversas variantes integrais. A edição a ser trabalhada por um profissional de ecdótica assume uma

53

nova e instigante dimensão. Como sugere o mesmo Jean Clément, um DVD pode oferecer uma peça de Shakespeare em diferentes encenações.

Citando J Jouët, ainda com Jean Clément, esses novos objetos, DVD, cd-rom, MP4, Internet etc., exigem "a participação do usuário, não mais na simples decodificação das mensagens, mas também no funcionamento operacional do sistema técnico" (p. 35). Há, pois, uma revolução nos nossos hábitos intelectuais em andamento, cabe à ecdótica apropriar-se dessas novas e ricas possibilidades. Por isso a queremos mais como disciplina "descritiva" que prescritiva.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, Alexei. **In**: ANJOS, Augusto dos. *Obra completa de Augusto dos Anjos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 832.

CLÉMENT, Jean. Do livro ao texto: as implicações intelectuais da edição eletrônica. **In**: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia. *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 2000.

SILVA, José Pereira da. Ecdótica: arte e técnicas de edição de texto. **In**: www.filologia.org.br/anais/anais%20III%20CNLF39.html

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

EDIÇÃO E ESTUDO DE UM DOCUMENTO MANUSCRITO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DO SALVADOR

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB / FIB)

gsobral@uneb.br

55

INTRODUÇÃO

O interesse pela edição de documentos manuscritos tem sido cada vez maior, tendo em vista que, além da sua preservação material, mantém viva a memória de um povo. Pretende-se, neste trabalho, apresentar a edição de um documento do acervo do Arquivo Histórico da Cidade do Salvador e um estudo dos processos argumentativos nele presentes, a fim de revelar alguns comportamentos dos administradores desta Cidade, durante o período colonial, a partir dos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação: a nova retórica, proposta por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca.

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DO SALVADOR

Inaugurado em 10 de abril de 1932, com o objetivo de guardar toda documentação do antigo Senado da Câmara, no período colonial, à atual Câmara Municipal, o arquivo municipal tem um grande acervo, que representa a memória político-administrativa da cidade do Salvador. Por ser, em sua maioria, uma documentação antiga, o estado de conservação é bastante precário. São livros de requerimentos, atas, declarações de compra e venda de escravos, cartas, posturas, doações de terras, descrição de escravos etc.

Em 2001, iniciou-se uma pesquisa com as cartas do Senado enviadas a Portugal, na segunda metade do século XVIII. Atualmente o estudo também é realizado com outros manuscritos como requerimentos, descrição de escravos, além de cartas datadas do século XVII ao século XVIII, permitindo conhecer e preservar fatos determinantes na formação e desenvolvimento da Cidade do Salvador. Para este trabalho, selecionou-se uma carta, da segunda metade do sé-

Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009

culo XVII, cuja edição e estudo da argumentação apresentam-se a seguir.

DESCRIÇÃO DO MANUSCRITO

A carta é composta de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicavam o destinatário da carta, o rei de Portugal – D. Pedro II -, e o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto, iniciado pelo vocativo Senhor, e a exposição do que seria requerido com os argumentos que os camaristas julgavam necessários à adesão do Rei de Portugal. Concluindo o documento, há o escatocolo, composto por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da Câmara. O documento é composto pelos fólios 35 v, 36 r e v e 37 r. Todos os fólios trazem, à margem superior direita, sempre no recto, a rubrica do escrivão, cuja interpretação torna-se difícil devido ao traçado normalmente acompanhado de cetras, laçaria caligráfica acrescentada a uma firma, muito comum em documentos notariais da época.

Enviada em 11 de julho de 1698, a carta trata de taxa aplicada ao preço do açúcar comercializado na colônia.

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A TRANSCRIÇÃO

Para a edição, adotaram-se os seguintes critérios:

- 1. reproduziu-se com fidelidade o texto (grafia, pontuação, acentuação etc.);
 - 2. indicou-se o número dos fólios, à margem direita;
 - 3. o sinal indicador de nasalização foi representado pelo til (~).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos A EDIÇÃO DO DOCUMENTO

f. 35 v

Registro de huma Carta escrita por este Senado a Sua Magestade sobre o preço dos Assucares// Senhor= Estando os moradores deste Estado em especial os donos dos engenhos em que se fabricaõ os Assucares eos Lavradores delles gozando ha muitos annos afaculdade de os vender livremente

f. 36 r

a sua avença sem taixa alguma no preço delles e havendo a Vossa Magestade assim mandado por Carta sua de vinte ehum de Dezembro do anno de mil seis centos e sessenta esete, cuja copia se achará nos Livros dos Registros de seu Conselho Ultramarino, foi agora servido por ordem mandar, que para mais breve expedição das frotas, se taixassem nesta Praça os preços detodos os Assucares que nella sevendessem e se embarcassem para esse Reino enaõ sendo as vendas dos ditos Assucares ofariao de haver Alguma demora nas Frotas por acontecer esta ou das Invernadas que muitas vezes se levantaõ, onde chegarem tarde os Navios e estarem inda fora da Cidade os frutos que nelles sehaõ de carregar expoem se este Estado ahuma grande Ruina sem utilidade alguma deVossa Magestade porque supposto que naõ

f. 36 v

Seja a avença das partes aque dá maior ou mesmo preco a os ditos Assucares, fora comtudo a prohibiçam della aliberdade do Comercio, epode dahi Resultar que falte quem lavre os ditos Assucares, por ser a Lavoura dellas digo a Lavoura delles amais Custoza que há em todo Brazil, e seos maiz generos delles se vendem sem taixa alguma paresse também justo, que não haja este gravame nos ditos Assucares, enotem po prezente com mais Razam por terem levantado todas as drogas que na terra se vendem tanto as que vem de fora como as que nella seproduzem com mais de cincoenta por cento a cujo respeito fica sem comparação maior o despendio com que os taes Assucares se fabricao com que semopreco delles houver a taixa que nos mais generos nao há poderão as pessoas que até aqui aslavraraõ empregar-se em outras Lavouras em que com menos trabalho gozem mais liberdade, ema-

f 37 r

emaiores lucros do que se seguirá com grande Ruína de todo o Estado muita diminuição nas Vendas dos Direitos Reaes de Vosas Magestade assim nos Dízimos desta Cidade como na Alfandega dessa Corte: Pelo que prostrados a seus pez lhes pedimos queira mandar suspender a execução da dita ordem permittindo que os ditos Assucares sevendão livremente a avenssa das partes ficando-nos emtudo como obedientes Vassallos sugeitos as Reais Ordens de Vossa Magestade que Nosso Senhor Guarde por muitos annos. Bahia e Camara onze de

58

Julho de mil seis centos e noventa eoito Joao de Couro, Carneiro asobscrevi// Joze da Costa Correia // Sebastiao da Rocha Pitta// Joao Velho Brandão// Manoel Soares
Ferreira //_____//____//____//

UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]2000, p. 4) definem o objeto de sua teoria da argumentação como "o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento".

Na carta em análise, tem-se um orador coletivo, os membros da Câmara, também conhecidos como homens-bons, isto é, os ricos proprietários a quem cabiam os rumos políticos das vilas e cidades.

No Tratado da argumentação, os autores ([1958]2000, p. 22) demonstram uma grande preocupação com o auditório, definido como "o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação". No *corpus* analisado, o orador buscava a adesão de um auditório particular, o Rei de Portugal, à seguinte tese: a livre comercialização do açúcar sem aplicação de novas taxas. É importante ainda ressaltar o destaque dado pelos autores à necessidade de um acordo prévio entre o orador e o auditório, o qual está relacionado ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos e que é expresso nas premissas da argumentação. O acordo ocorre a partir de um contato intelectual, cujas condições básicas são a existência de uma linguagem comum, o desejo de dirigir a palavra e de ser escutado e a valorização da adesão do interlocutor.

Observa-se que o orador utiliza o lugar da quantidade como objeto do acordo, isto é, a satisfação de moradores, donos de engenhos e lavradores. Uma carta do rei que estabelecia o livre comércio do açúcar, reforçada pelo marcador de temporalidade *há muitos annos*, é utilizada como argumento de autoridade para referendar a solicitação. Evidencia-se ainda o caráter pragmático de toda a argumentação, pois a não manutenção da maneira como era comercializado o produto em questão desestimularia os lavradores, bem como uma nova taxa acarretaria perdas financeiras para a cidade.

59

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adesão de um auditório a uma determinada tese depende não apenas dos argumentos de que dispõe o orador. Saber adaptá-los a cada situação, hierarquizando-os a partir da força argumentativa que representam, é uma estratégia para o alcance do objetivo almejado.

A edição do manuscrito e o estudo argumentativo nele realizado permitem o conhecimento de mais um fato que marcou a vida da sociedade soteropolitana, comprovando a importância do acervo documental à preservação da memória de um povo.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia*: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2ª ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal. vol. 9/10.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação*: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: M. Fontes, 2000.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. *A relação colônia-metrópole no século XVIII*: edição semidiplomática das cartas do senado e estudo da argumentação. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LINGUÍSTICA TEXTUAL X PRODUÇÃO DE TEXTO NA ESCOLA: UMA COMBINAÇÃO POSSÍVEL?

Marcilene Oliveira Sampaio (UFES/UNEB) mao_sampaio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A investigação do processo de produção textual tem sido foco de discussões e tem gerado inúmeras produções científicas e pesquisas nesta área. No entanto, o que motiva este trabalho são as produções escritas no âmbito escolar, as conhecidas *redações escolares*. Motivados por inúmeras causas, muitos professores de posse destas redações costumam declarar: *os alunos não escrevem corretamente; este texto está incoerente; essa redação está sem sentido* etc.

Este artigo visa apresentar a importância do acesso aos novos conhecimentos no campo da Linguística, sobretudo, aos recentes estudos da Linguística Textual no Brasil que dão ênfase ao caráter sociocognitiva-interacionista do texto. Objetiva mostrar que a Linguística Textual pode oferecer ao professor subsídios indispensáveis para a realização do trabalho com o texto em sala de aula.

LINGUÍSTICA TEXTUAL: TRAJETÓRIA E FINALIDADE

A Linguística do texto passou por inúmeras fases e orientações heterogêneas (estruturalista, gerativista, funcionalista) que são até os dias atuais amplamente discutidas em artigos e livros que abordam a sua trajetória.⁶

A partir da década de 60, surgiram na Europa Central os primeiros estudos abordando o texto oral e escrito bem como os fatores que levam à sua produção, compreensão e recepção. Mas, inicialmente, os estudos estavam centrados nas análises transfrásticas que surgem a partir da observação de que certos fenômenos no texto não

_

61

⁶ Trabalhos publicados no Brasil a partir da dec. 80: Linguística Textual: introdução (Fávero & Koch, 1983), Linguística Textual: o que é e como se faz (Marcuschi, 1983) e Introdução à Linquistica Textual (Koch, 2004).

poderiam ser explicados apenas pelas teorias vigentes na época (Estruturalismo e Gerativismo) por ultrapassarem os limites da frase simples e complexa: a co-referenciação (anáfora); a correlação de tempos verbais; o uso de conectores interfrasais; a pronominalização; a ordem das palavras; a seleção dos artigos e o uso de elementos indefinidos.

A necessidade de considerar o conhecimento intuitivo do falante na construção do sentido global do enunciado e no estabelecimento das relações entre as sentenças e o fato de vínculos coesivos não assegurarem unidade ao texto conduzem à construção de outra linha de pesquisa. Nessa nova linha, procurou-se considerar o texto não apenas como uma sequência de frases, mas um todo, dotado de unidade própria.

Surgem então as chamadas Gramáticas de Texto. Apesar dos avanços, cabe reconhecer alguns problemas na formulação das Gramáticas Textuais. O primeiro é a conceituação do texto como uma unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua. Outro problema é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso).

Como lembra Marcuschi (1998), no final da década de setenta, o enfoque deixa de ser a competência textual dos falantes e passase a considerar a noção de *Textualidade*, estabelecida por Beaugrande e Dressler (1981) como: "modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos".

A partir da década de 90, os estudos linguísticos tomaram novos rumos, com o surgimento do interaciosnismo, que abrangeu os diversos segmentos da Linguística como a Sociolinguística, a Pragmática, a Análise da Conversação, a Análise do Discurso e a Linguística Textual. De acordo com Morato (2004, p. 316), a noção de interação em Linguística se coloca numa perspectiva de abordagem de alguns fenômenos como o processo de produção textual que passa a ser resultado de uma atividade interacional.

A Linguística Textual, neste momento, assume nitidamente uma feição interdisciplinar e passa considerar o texto como resultado

do processo de interação de uma rede de elementos sociais, cognitivos e linguísticos. Surge, portanto, a sua mais nova fase: sociocognitivo-interacionista em que o processamento textual só se configura:

Em sua inter-relação com outros sujeitos, sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, as convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sócio-culturais. (Koch, 2003, p. 10)

O TEXTO NA ESCOLA: PRODUTO OU PROCESSO?

Por muito tempo os professores de Língua Portuguesa encaravam o texto do aluno, a famosa redação escolar, como um produto fechado e os caberia, em face deste objeto, corrigi-lo, analisando o seu grau de coerência ou incoerência, legibilidade ou ilegibilidade, reduzindo o processo de produção textual num mero exercício de escrita com fins avaliativos.

O advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, no final da dec. de 90, provocou inúmeras mudanças no universo escolar que foram sentidas tanto nas práticas pedagógicas quanto na elaboração de livros didáticos. Entre os diversos temas abordados pelo documento está o enfoque na questão da leitura e escrita articuladas às novas concepções de língua, linguagem, texto e gêneros discursivos que se configuraram.

É notável como os estudos linguísticos da época, sobretudo, os estudos da Linguística Textual influenciaram os postulados dos PCN's de Língua Portuguesa. Neste período, os estudos da LT pontuaram questões de ordem social, cognitiva e, também, linguística que não haviam sido amplamente discutidos, mas que constituíram o pano de fundo para a sua mais nova fase, a sociocognitivista-interacionista.

O texto que fora visto enquanto produto a ser avaliado levando em conta os fatores macro, micro e superestruturais; relevância e legibilidade; coesão e coerência; passa a ser encarado enquanto processo/ação/interação. O pressuposto adotado é o de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem sociocognitiva-interacional. Como afirma Koch (2004):

Os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso. Essa atividade é motivada por fatores de ordem social e interativa, há um que dizer diante de uma situação posta e há conhecimentos que são partilhados ou construídos no ato dessa interação.

A partir da noção de que o texto constitui um processo de caráter cognitivo, Heinemann & Viehweger (1991) definem quatro grandes sistemas de conhecimento, responsáveis pelo processamento textual: linguístico, enciclopédico ou de mundo e interacional: ilocucional, comunicacional, metacomunicativo, conhecimento acerca de superestruturas ou modelos textuais globais. Estes conhecimentos são ativados pelos escritores/falantes e leitores/ouvintes no ato da produção e recepção dos textos. O ato de ativação dos mesmos se dá pelo uso das estratégias de processamento textual: cognitivas, sociointeracionais e textuais.

Se, portanto, a escola não compreende esta rede de fatores que corroboram para a produção de texto, nunca terá os instrumentos necessários para avaliar o texto de um aluno, muito menos para orientá-los. Compreender um texto ou avaliar o seu grau de coerência implica saber que todo o seu processamento depende não só de suas características internas ou superficiais, mas dos diversos conhecimentos dos usuários, pois são esses conhecimentos que definem as estratégias a serem utilizadas na sua produção.

ANÁLISE DO TEXTO ESCOLAR: PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Como a proposta deste artigo, evidenciada desde o seu título, é destacar a importância dos estudos da Linguística Textual à compreensão da produção de texto escolar, propõe-se neste instante, através da análise de um texto produzido por um aluno da Educação de Jovens e Adultos⁹, mostrar como os postulados da LT podem ofe-

64 Cadernos do CNLF, Vol. XII, Nº 08

⁷ Heinemam & Viehweger (1991) e van Dijk (1989) abordam acerca desse sistema de conhecimentos, ambos são citados por Koch (2004, p. 22-24).

⁸ As estratégias de processamento de texto são amplamente discutidas na Linguística Textual pelos autores: van Dijk & Kintsch (1983) e ampliadas por Koch (2003).

⁹ O texto é de um aluno de escola pública da rede estadual de ensino de Vitória da Conquista, interior da Bahia.

recer mecanismos/procedimentos que permitem ultrapassar a leitura e avaliação superficial do texto, saindo da ponta do *icerberg* ¹⁰ para então se chegar a sua estrutura mais 'profunda' e, com isso, promover a valorização da atividade de produção de texto enquanto processo dinâmico, social, cognitivo e linguístico.

Observe, então, o texto:

Falta de cultura
Norela, BG BROTHER, PAGODE, APPROCHA, FAITA DE CUITURA
em Topas as formas possiveis, Musicalmente Tec-
nologicamente todas as formas.
Ninovem LE, minovemplesquisa, a juventude
esqueceu quem ela é e mão querem saber quem
FORTH SEUS Pais, Frós e Ansestrais. A TV perimia
SER uma forma de mostrar a cultura, mas a
CUITURE DE TV é uma moca mechendo a binda
e o sexo & violência que importa pra muitos
E & 200: Encid.
A juventupe é omissa e Hilack-ity, assim
lomo muitos alustos que quenem ser jovens
mesmo nesse ponto. Albuns mão Tem cultura
PELS PAITS DE MESOS DE MESOME CHEGAL TE
Elas Cusiumismo, raidape, E60ismo ETC.
Nimbuém se interect sabe quem fortim os
neces os indios, I cranca que nos deixaram.
o que fai à OTIDANA, lama fai a pospe milita
Como foi a Historia Em Geral, E o Sécula VinTe
E um & 1 nova cra, um novo momento
words modes de ven as coisa movas maneinas
DE PENSAR, EXPRESSA, 16in, GER & FAZER
Mão Há uma possivel solução um possivel Albumonto
Inalfabetos for ofcão, burnos for escolha, pobres
QE CUITURD. E iSSO PROVOCA VARIOS FETONES, POITICOS
A Solveão É alugar o Brasil ///
A 2004 do E dIVERT O DESIL !!!
- TOUG FREE !!!

¹⁰ A metáfora do icerberg é sugerida por Dascal (1992), para o autor o sentido do texto só é compreendido na medida em que se mergulha no mais profundo da sua produção, nas suas partes submersas, op cit. Koch (2002)

Falta de cultura Novela, Big Brother, pagode, arrocha. Falta de cultura 1. 2. em todas as formas possíveis, musicalmente e tec-3. nologicamente, todas as formas. 4. Ninguém lê, ninguém pesquisa. A juventude 5. esqueceu quem ela é e não querem saber quem foram seus pais, avós e ancestrais. // A TV deveria 7. ser uma forma de mostrar a cultura, mas a cultura da TV é uma moça mexendo a bunda, 8. 9. é o sexo e a violência. O que importa para muitos 10. é a audiência. 11. A juventude é omissa e hipócrita, assim como muitos adultos que querem ser jovens 12. mesmo nesse ponto. Alguns não tem cultura 13. 14. pela falta de meios da mesma chegar até 15. eles. Consumismo, vaidade, egoísmo etc. 16. Ninguém se interessa em saber quem foram os 17. negros, os índios, a herança que eles nos deixaram, 18. o que foi a ditadura, como foi o golpe militar, 19. como foi a história em geral. // E o século vinte 20. e um é a nova era, um novo momento, 2.1. novos modos de ver as coisas, novas maneiras 22. de pensar, expressar, agir, ser e fazer. 23. Não há uma possível solução, um possível argumento. 24 analfabetos por opção, burros por escolha, pobres 25. de cultura. E isso provoca vários fatores políticos 26. e etc. 27. A solução é alugar o Brasil !!! É tudo free!!!

Na tentativa de avaliar a produção de sentido no texto "Falta de Cultura" adotar-se-á os atuais pressupostos de análise da Linguística Textual. Primeiramente, evidenciará as estratégias sociocognitivo-interacionistas e, posteriormente, destacará como as estratégias textuais colaboram para a compreensão mesmo que parcial da intenção comunicativa do autor do texto.

Neste contexto têm-se os seguintes constituintes da situação comunicativa (produção e recepção do texto):

Contexto de produção: contexto imediato – sala de aula, aula de língua portuguesa, atividade de produção de texto; contexto social – escola da rede pública de ensino do município de Vitória da Conquista, interior da Bahia. Modalidade EJA (projeto destinado à clientela específica, com currículo e carga horária especial); Aluno/autor: 42 anos, trabalhador do comércio informal, pai de adolescentes, alu-

no participativo que frequentemente suscita determinadas discussões em aula.

- 2. Aluno (produtor/planejador) viabiliza o seu projeto de dizer a partir do que lhe é proposto em sala: produção de um texto com gênero livre a partir de temáticas diversas extraídas de um texto-disparador: "Os males da sociedade moderna", de José Arcanjo. Para tal, o aluno-autor mobiliza seus conhecimentos prévios: linguísticos, textuais e de mundo, bem como recorre a uma série de estratégias de organização textual orienta o leitor, por meio dos sinalizadores textuais (indícios, marcas, pistas), para a construção dos (possíveis) sentidos do texto.
- Texto (redação escolar): organizado estrategicamente de dada forma em decorrência das escolhas feitas pelo aluno entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece e das quais ele tem conhecimento.
- Leitor Inicial: professor único interlocutor do texto que a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído e das sinalizações que lhe oferece avaliará como coerente ou não.

Para análise deste texto, não se deterá apenas na situação imediata (co-texto), mas, sobretudo, na situação mediata (entorno sócio-político cultural) e o contexto sociocognitivo do aluno que subsume os demais.

Nota-se que o aluno/autor ao processar o seu texto mobilizou uma série de conhecimentos armazenados na memória:

- a. **conhecimento linguístico** (língua escrita e suas regras e língua em uso), o autor faz seleção e combinação lexical, mas procura obedecer às regras já preestabelecidas no sistema gramatical de sua língua;
- b. **conhecimento enciclopédico** (*scripts*, *frames*), o aluno recorre ao seu conhecimento de mundo: episódico ou declarativo sobre a *juventude*, *TV*, *história*, *música*, *cultura*, etc.
- c. conhecimento da situação e suas 'regras': o aluno/autor está inserido numa situação de produção de texto e a compreende na medida em que procura atender à proposta avaliativa dada pela professora.
- d. conhecimento metatextual e metagenérico: apesar da proposta de redação apresentada pela professora não sugestionar nenhuma tipologia ou gênero textual, o autor do texto mobilizou o seu conhecimento superestrutural, adotando a superestrutura argumentativa num gênero escolarizado: dissertação.
- e. **conhecimento de outros textos:** além de utilizar trechos do textochave, parafraseando-o, ao final da redação percebe-se claramente que o

autor mobiliza um trecho da música 'Aluga-se', de Raul Seixas para finalizar o seu texto.

f. conhecimento metacomunicativo: o autor procura garantir a aceitação do seu texto pela professora, pois apesar de não desenvolver uma redação com base nas temáticas sugeridas pelo texto prévio, procura atender à solicitação feita ao fazer remissão ao texto lido, parafraseando-o na linha 20 "É o século XXI, é a nova era, um novo momento, novos modos de ver as coisas."

Pode-se afirmar que os conhecimentos elencados são também conhecimentos interacionais na medida em que se referem a formas de interação estabelecidas pela linguagem: percebemos os objetivos e propósitos do autor em face do que lhe é proposto e de posse dos conhecimentos que dispõe para tal.

Com o propósito de produzir sentido ao seu ato comunicativo, o aluno mobiliza todos os conhecimentos apontados. Esta mobilização realiza-se por meio de estratégias de diversos tipos:

a. **cognitiva**- esta estratégia refere-se aos diversos conhecimentos ativados no ato da produção do texto. Estes conhecimentos são alusivos a vivências pessoais e eventos espácio-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos.

Observa-se no texto marcas dessa estratégia quando o aluno/autor recorre a elementos da memória social ao fazer determinadas *inferências*: Novela, Big Brother (TV) pagode, arrocha (música), índios, negros, ditadura, golpe militar (história); *focalização*: juventude que possui interesse avesso ao cultural (falta de meios, analfabetos por opção, pobres de cultura); *relevância*: desinteresse cultural x boa cultura.

O autor recorre, também, ao conhecimento episódico: a partir da leitura de um texto-prévio, faz remissão ao mesmo na sua redação, seja pela retomado de trechos (paráfrase) e/ou pela reiteração de itens lexicais: 'tecnologicamente', 'século XXI', 'novos'. Assim, ele mobiliza a sua capacidade transformativa, sendo capaz de reformular, parafraseando ou reiterando o texto-chave, bem como revela a sua competência qualificativa ao selecionar um tipo particular de gênero para materializar sua proposta argumentativa.¹¹

¹¹ Charolles (1989), citado por Koch & Travaglia, 1989, p. 42-43, pontua que todo falante possui três capacidades textuais básicas: formativa, transformativa, qualificativa.

b. **sociointeracionais**: estas estratégias visam manter e levar a bom termo uma interação verbal. No texto em análise o aluno/autor adota uma superestrutura textual específica e seleciona itens lexicais, a fim de garantir o seu propósito comunicativo com clareza, promovendo uma interação verbal sem ruídos, cortes ou digressões. Com a finalidade de manter esta interação, ele utiliza o conhecimento que é, de certa forma, partilhado entre os seus interlocutores.

Num ato preparatório, preservando as faces, lança mão de uma sequência semântico-lexical para iniciar os seus argumentos em torno da temática aludida - falta de cultura: linha (1) Novela, Big Brother, pagode, arrocha. O grau de polidez está socialmente determinado com base nos papéis sociais deste produtor: aluno, pai de jovens, mas que em vários momentos no texto resguarda a sua face e a do parceiro ao utilizar termos indefinidos ou genéricos: (4) *Ninguém* lê, *ninguém* pesquisa (13) *Alguns* não têm cultura, (16) *Ninguém* se interessa em saber quem foram os negros; e por expressões nominais definidas em: *A juventude* (5) esqueceu quem ela é.

Ainda neste processo interativo há uma negociação estabelecida entre o produtor e o leitor do texto o qual acentua as possíveis digressões ou os possíveis ruídos nas informações postas. Por exemplo, nas linhas (13) e (14) "Alguns não tem cultura pela *falta de meios* da mesma chegar até eles"; a falta de cultura é atribuída à falta de meios de acesso. Já na linha (24) "analfabetos *por opção*, burros *por escolha*"; a falta de cultura é uma opção, escolha, decisão. A nãocontradição é instaurada na medida em que entendemos que a produção do texto é realizada por tópicos temáticos que se articulam como veremos no item seguinte: estratégias textuais.

c. **textuais**- as estratégias textuais não deixam de ser também cognitivas e interacionais, dizem respeito às escolhas textuais feitas pelo produtor do texto. Com esta estratégia são mobilizados diversos conhecimentos, entre eles, o linguístico e o metatextual. Percebe-se que o autor a partir de seu conhecimento linguístico (gramatical e lexical) seleciona, organiza e articula os elementos lexicais, efetuando remissões a fim de garantir a progressão textual e a continuidade temática e com base no seu conhecimento textual adota um gênero específico: dissertação escolar para concretizar o seu propósito.

Inicialmente, mostrar-se-á como se processou a **organização da informação**, ou seja, distribuição do material linguístico na superfície do texto que contribuiu consideravelmente para a produção do sentido na redação em análise.

- 1. **dado/novo:** a autor apresenta dados (novela, Big Brother) que constituem o lugar comum, no entanto ao processar os argumentos imprime nestes dados novas proposições o que deveria ser a TV (l. 6), a cultura da TV (8).
- 2. **tema/rema**: no texto é ativado claramente um tema 'falta de cultura' e a partir dele se constrói no interior do texto inúmeros remas: falta cultura em todas as formas, falta leitura, falta pesquisa, desinteresse da juventude em saber sua história e a história do seu povo, a TV não mostra cultura, a juventude é omissa, não há argumentos, etc. Esta ativação de remas não provoca nenhum tipo de ruído ou digressão, uma vez que a progressão é realizada pela retomada de tema constante.
- 3. **progressão**: no texto em análise a progressão e articulação entre os parágrafos e a continuidade temática não são feitas exclusivamente por intermédio de conjunções e conectores explícitos na superfície textual, mas se dá no plano ora implícito ora lexical, como ocorre com o item 'cultura' que promove um encadeamento semântico e uma progressão temática do texto. Vejam os elementos responsáveis pela progressão textual e continuidade temática na redação em análise:
- Ativação e reativação de itens lexicais: a remissão se fez por referentes textualmente expressos: 'juventude', 'TV', 'ninguém', 'cultura' e por referentes que estão na memória discursiva do autor e que, a partir de pistas ou âncoras encontradas na superfície textual, são (re) ativados via inferenciação. É o que ocorre em: 'Novela' e 'Big Brother' apresentados na primeira linha do texto e reativados pelo seu hiperônimo 'TV' na linha (6).

Pode-se dizer que o texto teve um início catafórico, a começar pelo seu título 'Falta de Cultura' que constitui fator estratégico de articulação, desempenhando função de âncora com os demais itens lexicais que serão reativados no decorrer do texto: (l. 1) 'Falta de cultura', (l. 7) 'mostrar cultura', (l.8) 'a cultura da TV', (l. 13) 'não tem cultura', (l. 24) 'pobres de cultura'.

Ao final do texto, na linha (25) ' E **isso** prova vários fatores políticos e etc', a remissão é do tipo anafórica uma vez que o pronome 'isso' é recapitulativo, retoma itens factuais anteriormente apresentados pelo texto, constitui um objeto-de-discurso que, apesar de funcionar como elemento coesivo, é um operador argumentativo no texto.

Além da referenciação por catáfora, como ocorre no início do texto e por anáfora direta com a expressão nominal 'a juventude'(l. 4 e 11), tem-se, também, a anáfora indireta ou associativa em que a reativação é realizada

por correlações semânticas ancoradas a partir dos fatores pragmáticodiscursivos, vejam esta ocorrência no próximo item.

- Correlação semântica de itens lexicais: 'Novela' e 'Big Brother' (TV); 'Pagode' e 'arrocha' (musicalmente); 'índios', 'negros', 'ditadura', 'golpe militar' (história geral). Os itens 'TV, musicalmente, história' encapsulam/ sumarizam de forma prospectiva os itens léxico-semânticos que os antecedem. Interessante o que ocorre com os itens 'musicalmente' e 'tecnologicamente' que se referem semanticamente aos itens 'pagode e arrocha' (musicalmente) e 'novela e Big Brother' (tecnologicamente)
- reiteração pronominal: A juventude esqueceu quem *ela* é ... / negros, os índios, a herança que *eles* nos deixaram;
- repetição enfática: 'todas as formas'; 'ninguém', 'juventude', 'cultura', 'TV';
- gradação de itens: o autor inicialmente lança mão do item definido 'a juventude' e depois estabelece uma gradação na linha (6) "quem foram pais, avós e ancestrais":
- silepse (concordância semântica): "A juventude esqueceu quem ela é e não querem saber quem foram seus pais..";
- encadeamento por conexão: no texto tal conexão não se dá meramente pelos usos dos conectores, mas por relações lógico-semânticas entre os enunciados. O encadeamento é realizado por justaposição semântico-pragmática. Realiza-se por causalidade: (l. 13) "Alguns não tem cultura pela falta de meios..."; temporalidade: (l. 19/20) "E o século vinte é a nova era, um novo momento"; comparação: (l. 11/12) "A juventude é omissa e hipócrita, assim como muitos adultos que querem ser jovens."; reparação discursivo-argumentativa: (l. 23) "Não há uma possível solução", (l. 27) "A solução é alugar o Brasil"; consequência: (l.25) "E isso provoca vários fatores políticos e etc."
- categorização metaenunciativa: o autor entende que ele está produzindo um texto de cunho argumentativo e manifesta metadiscursivamente: (1. 23) "Não há... um possível argumento".
- recategorização de referente: o autor produz uma construção metafórica (l. 8) "TV é uma moça mexendo a bunda, é o sexo e a violência", recategorizando o referente "TV", já ativado anteriormente, a fim de orientar o processo argumentativo.
- paráfrase: há uma retomada ao texto-disparador 'Os males da sociedade moderna' por meio da paráfrase: (l. 19/20) "E o século vinte e um é a nova era, um novo momento, novos modos de ver as coisas, novas maneiras de pensar, expressar, agir, ser e fazer". A paráfrase, utilizada pelo autor, tem um propósito específico, como mencionada anteriormente, constitui-se uma estratégia metacomunicacional e, portanto, interacional.

- intertexto: através do conhecimento prévio de outros textos, o autor acrescenta dois trechos da música 'Aluga-se' do cantor e poeta baiano Raul Seixas, (l. 27) "A solução é alugar o Brasil !!!", (l. 28) "É tudo *fre-e*!!!". Com este intertexto, o aluno/autor finaliza a sua redação apontando uma possível solução aos 'problemas' levantados em torno da questão maior 'falta de cultura'.

Pela análise do texto 'Falta de cultura' pode-se concluir que o(s) sentido(s) não está/estão no texto em si, nem na sua superfície linguística, mas depende(m) de fatores de diversas ordens: linguísticos, cognitivos, sócio-culturais e interacionais. A compreensão destes fatores constitui o primeiro passo para o analista de texto, sobretudo, o professor em face ao texto do aluno, produzido em situação escolar, mas motivado por elementos contextuais, sociais, cognitivos e linguísticos que estão sempre articulados neste processo de interação que é o texto.

A COMBINAÇÃO PROPOSTA É CONCRETAMENTE POSSÍVEL?

Por tudo apresentado, pode-se compreender que a adoção pelos postulados da Linguística Textual (perspectiva sociocognitivointeracionista) à análise da produção escrita escolar deve-se ao fato de que esta propõe um estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos. Seu tema além de abranger a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos e a coerência conceitual ao nível semântico e cognitivo, investiga o sistema de pressuposições e implicações de cunho pragmático da produção de sentido no plano das ações e intenções. Este conhecimento pode contribuir para o aprimoramento de uma das mais importantes formas de operações didáticas no ensino da língua portuguesa, a produção de texto. Além é claro de colaborar para que esta prática contribua ao desenvolvimento de escritores competentes no espaço escolar como propõe os PCNs:

Um escritor competente é, também, capaz de olhar para o próprio texto como um objeto e verificar se está confuso, ambíguo, redundante, obscuro ou incompleto. Ou seja: é capaz de revisá-lo e reescrevê-lo até considerá-lo satisfatório para o momento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BENTES, A. C. Linguística Textual. **In**: MUSSALIM & BENTES (org.). *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2003.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G.Vilaça. *Linguística Textual*: uma introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

KOCH, Ingedore G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

- Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002.
 A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1990.
 Introdução à linguística textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 Linguística Textual: um balanço e perspectivas. In: TRAVAGLIA, L. C. (org.) Encontro na linguagem: estudos linguísticos e literários. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- & TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Linguística do Texto*: o que é, como se faz. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

- ----. *Linguística de texto*: retrospectiva e prospectiva. Palestra proferida na FALE/UFMG. 28 out. 1998.
- MEC Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa: 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo linguístico. **In**: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística* - domínios e fronteiras. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

O TEXTO COMO DOCUMENTO SOCIAL E HISTÓRICO: POR UMA ANÁLISE FILOLÓGICA

Rosa Borges dos Santos (UNEB e UFBA) denise@provider.com.br

AS PRIMEIRAS PALAVRAS

A Filologia, através de sua principal atividade, a reconstituição de textos, tem buscado, na relação com outros campos do saber, evidenciar uma cultura que se revela por meio da materialidade dos textos que recupera. O resgate dos textos teatrais produzidos no período da ditadura militar na Bahia oferece aos interessados, de modo geral, certo conhecimento de nossa história, ao tempo em que se desenvolve uma reflexão sobre o teatro e a literatura dramática.

[...] A filologia é, portanto, expressão essencial do conhecer, pois só filologicamente, isto é, sobre os textos, na plenitude de seu significado sensível e representativo, se conhece um autor, um discurso ou um conceito. (Righi, 1967 *apud* Araújo, 1986, p. 195).

A edição requer segurança quanto à fidedignidade ao texto, obtida apenas através do exercício rigoroso do filólogo, que consiste em fixar, reconstruir, criticar, entre outras atividades, os textos transmitidos. Ademais, suas atividades não se encerram nos limites da prática editorial, mas, ao contrário, avançam na direção dos estudos de caráter interpretativo.

O trabalho realizado pelo Grupo de edição e estudo de textos da UNEB, no Projeto Edição e estudo de textos teatrais produzidos na Bahia no período da ditadura, sob minha coordenação, busca editar e estudar textos teatrais censurados. Tomamos, então, para tecer nossas considerações, o texto dramático como documento social, testemunho da história, para, nele, lermos as marcas de um período de repressão durante a ditadura militar, e, assim, reconstruir aspectos daquela sociedade, traduzidos pela análise filológica.

O TEXTO COMO DOCUMENTO SOCIAL E HISTÓRICO

Partindo-se da premissa de que o texto é uma construção social, um produto e, ao mesmo tempo, produtor de cultura, observa-

mos como o sujeito-escritor, inserido em certo contexto sóciohistórico, por meio de suas escolhas, das metáforas que emprega, da atribuição de sentidos, determina o seu lugar no processo de escritura, ao tempo em que faz de seus textos um documento social na medida em que os assuntos tratados e a forma de conduzi-los remetem para sinais definidores de uma dada sociedade. Chartier (2007, p. 12-13) diz que

[...] As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas, como o quer o 'novo historicismo'. Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre obra e suas inscrições.

É importante buscar analisar a obra, identificando a maneira pela qual ela é construída em cada momento histórico, ou seja, "nas e pelas próprias obras" (Chartier, 2007, p. 16).

Propomos, desse modo, tomar os textos teatrais censurados como instrumentos para desvendar a cultura da época, os fatos históricos, recuperados através da metáfora construída e de tantos outros recursos, para trazer à leitura, não a memória daquilo que viveram as pessoas daquela época, daquele período de repressão vivido pela sociedade brasileira, e, especificamente, baiana, no período da ditadura militar, mas o contexto sócio-histórico, reconstituído por meio da linguagem.

Assim, tudo aquilo que está fixado no documento escrito deve falar por si e dar os subsídios para sua interpretação. È nesse sentido que o filólogo atua, além de salvaguardar nosso patrimônio escrito, artístico e cultural, propõe novos sentidos para os documentos que guarda.

O texto teatral

Para desenvolvermos nossa reflexão, no âmbito deste trabalho, é preciso definir o texto teatral. Trata-se de uma produção coletiva, que se recria através da oralidade a cada *performance*, e que expressa comumente os fatos históricos, entre outros, que identificam uma determinada sociedade representada por vários sujeitos.

[...] Assim, com efeito, uma leitura minuciosa de um texto literário [...] localizará gradativamente o texto no seu tempo como parte de toda uma rede de relações, cujos contornos e influência desempenham um papel formador no texto. [...] o ato de ler é assim o ato de primeiro colocarse na posição do autor, para quem escrever é uma série de decisões e escolhas expressas em palavras. (Said, 2007, p. 85)

Tomando-se as palavras de Chartier (2002, p. 10-11):

[...] É nesse sentido que se podem entender as obras como produções coletivas e como resultado de "negociações" com o mundo social. Estas "negociações" não são somente a apropriação de linguagens, de praticas ou de rituais. Elas remetem, em primeiro lugar, as transações, sempre instáveis e renovadas, entre a obra e a pluralidade de seus estados.

Este trabalho que a Filologia textual exerce na recuperação do texto remete-nos para a consciência de que este texto tem valor documental e/ou testemunhal, conduzindo-nos, então, para uma análise nova e diversa em termos de interpretação do teor dos mesmos, a partir de seus componentes. Logo, toda obra pode e deve ser lida como o testemunho de uma sociedade, de uma época, de fatos particulares de nossa história, entre outros aspectos.

O texto teatral, aqui tomado como testemunho/documento (prova), monumento (memória), é o testemunho, materializado em determinado suporte, de uma produção cultural e literária de uma dada sociedade, época e lugar. Enquanto documento, é a prova de que temos dos fatos que marcaram dada sociedade, por exemplo, e, enquanto monumento, transmite a outros a memória.

Uma das formas de preservar a memória e, consequentemente, a história (social, política, cultural, literária), é através da ação de editar. Os estudos desenvolvidos sob a rubrica da Memória atualizam o passado, procurando reconstituir os fragmentos de nossas experiências para constituir um todo representativo de uma época.

Assim, editar o texto seria apenas o ponto de partida para outros estudos que seriam desenvolvidos no exercício da relação da Filologia com outras disciplinas científicas, como a Linguística, a Literatura, a História Cultural, e tantas sejam as relações necessárias à discussão do objeto TEXTO.

Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos A ANÁLISE FILOLÓGICA

Digamos, então, que a Filologia do século XXI, mesmo em um contexto de especialização de vários outros campos do saber que se ocupam de atividades outrora tidas como filológicas, é atual e coerente com a forma de pensar e construir saber na contemporaneidade, por meio de leituras que possibilitam, através do aspecto multifacetado e fragmentado do objeto de estudo, conjugar várias campos do conhecimento. Desse modo, defendemos o regresso à filologia, e um lugar próprio para ela, pois

Uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica acreditar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que posamos ter diante de nós. Nessa visão da linguagem, as palavras não são marcadores significantes passivos que representam despretensiosamente uma realidade mais elevada, mas antes uma parte formativa integrante da própria realidade. (Said, 2007, p. 82-83).

Ainda, segundo Said (2007, p. 101),

[...] É especialmente apropriado que o humanista contemporâneo cultive essa percepção de mundos múltiplos e tradições complexas que interagem umas com as outras [...]. A tarefa do humanista não é apenas ocupar uma posição ou um lugar, nem simplesmente pertencer a algum local, mas antes estar ao mesmo tempo por dentro e por fora das ideias e valores circulantes que estão em debate na nossa sociedade, na sociedade de alguma outra pessoa ou na sociedade do outro.

É, portanto, fazendo essa leitura filológica, que propomos, tomando-se os textos teatrais produzidos e/ou encenados na Bahia no período da ditadura militar e que revelam aspectos culturais da Bahia, sobretudo na década de setenta (1970), aclarar em que termos se definem essa análise filológica que busca conciliar campos teóricos distintos, como a Filologia Textual com a Análise de Discurso, de linha francesa, com foco para o interdiscurso e a memória, com a Lexicologia, estudando o vocabulário, com a História Cultural, explorando a memória, analisando-se os fatos linguísticos encontrados nas obras selecionadas, bem como a caracterização do contexto sóciohistórico.

Os referidos textos encontram-se em Acervos do Espaço Xisto Bahia, da Escola de Teatro da UFBA e do Teatro Vila Velha. Estes acervos guardam testemunhos de grande importância que permitem vislumbrar o cenário das produções artísticas baiana, e que tra-

zem informações sobre a sociedade de uma época, sua diversidade, seus conflitos, seu comportamento. Alguns dos trabalhos desenvolvidos ilustram bem o que dissemos acima.

Isabela Santos Almeida (2007) apresentou, ao Curso de Letras da UNEB, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Em tempo" no palco, de Chico Ribeiro Neto: edição e estudo do vocabulário político-social. Nele, buscou, a partir do texto editado, conforme aporte teórico-metodológico da Filologia Textual, resgatar o texto do autor mutilado pelos cortes da censura, para assim, estudar, no terreno da Lexicologia, o vocabulário de cunho político-social censurado durante o regime militar vigente no período de 1964-1985.

O vocabulário político-social censurado no texto "Em tempo" No palco refere-se ao veto à circulação de certos sentidos, sobretudo aqueles que faziam denúncia à conjuntura política e que eram considerados subversivos pela censura militar. Tomemos, como exemplo, uma passagem da referida peça:

[...] Quando se põe um falso lá dentro, quando se tira os melhores cientistas, as melhores cabeças do país, e eles são postos pra fora e se põe falsos professores, é claro que a Universidade toda fica deformada. Essa deformação de uma Universidade sem liberdade, proibida de lutar pelo país, de discutir sua própria sociedade, oprimida. Esta Universidade está deformada e a crise não é de crescimento, é crise de liberdade. (f. 20, 1.9-18).

O excerto remete à ação ostensiva do governo militar no que tange à ocupação das Universidades, aborda sobre a invasão à Universidade de Brasília, na qual **professores** foram humilhados, exonerados, exilados, desapareceram ou foram sumariamente substituídos por **falsos professores**, a maioria destes sem competência para aquela função.

O trabalho de Isabela Almeida procurou mostrar, no texto e nos cortes resultantes da ação da censura nos textos, como aquela sociedade se caracterizava do ponto de vista político e social, por meio da seleção das lexias que davam a ler a ditadura através da materialidade do texto e dos discursos que ali se produziram.

78

¹² Este fragmento do texto da peça foi todo cortado pelo censor.

No campo estrito da Filologia Textual, menciona-se o trabalho de edição dos textos *A Chegada de Lampião no Inferno*; *Antônio, meu Santo*; *Felismina Engole-Brasa* e *Quem Não Morre Num Vê Deus*, todos adaptados da literatura de cordel, de autoria de João Augusto Azevedo, para os quais foram preparadas edições, interpretativa e crítica, respectivamente, por Ludmila Antunes de Jesus (2008), na Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, intitulada *A Dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura* militar, defendida em fevereiro de 2008. Neste trabalho, buscou-se, nas observações sobre João Augusto e sua produção, explorar um pouco do contexto sócio-histórico no qual os textos editados se inscrevem.

Do trabalho realizado, o que se pode observar é que João Augusto Azevedo Filho utiliza de um recurso bastante importante como forma de resistência na luta contra a ditadura, a literatura popular, o cordel. Por meio das encenações de seus textos, o dramaturgo disseminava, em seu teatro popular, conteúdos ideológicos, sociológicos, aproximando o povo do teatro e fazendo-lhe refletir acerca de questões que envolviam a sociedade brasileira naquele período de repressão.

Eduardo Silva Dantas de Matos (2008) apresentou, ao Curso de Letras da UNEB, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *A Moral como Discurso Censório: uma análise da ação da censura no texto teatral À Flor da Pele*. Conciliam-se, neste estudo, lugares teóricos distintos, a Filologia e a Análise de Discurso, de linha francesa, para examinar a ação da censura na produção encenada na Bahia, levando-se em conta a manifestação do censor através dos cortes por ele realizados, ao defender as concepções ideológicas do regime militar, em favor da moral e dos bons costumes.

O veto, de cunho moral, caracteriza-se pela condenação de assuntos relativos à bigamia, ao adultério, ao incesto, à sexualidade, à nudez, às palavras de baixo calão, etc., e assim revela a sociedade baiana daquele período. Tomemos para ilustrar o que dissemos um fragmento do texto teatral, de Consuelo de Castro, À *Flor da Pele*:

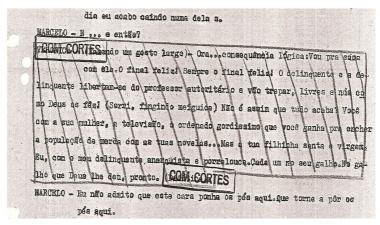


Figura 01: Excerto de À *Flor da pele* (f. 13), texto de Consuelo de Castro

Iza Dantas da Silva (2008), na monografia A Epopeia de um Povo ou As Aventuras do Criolo Doido: edição e caracterização do contexto sócio-histórico, apresentada Curso de Letras da UNEB, como Trabalho de Conclusão de Curso, buscou, resgatar e estudar a memória da ditadura, por meio do texto dramático A Epopeia de um Povo ou As Aventuras do Criolo Doido, do grupo teatral "Nós vai de jegue" e de Bráulio Tavares, na perspectiva da Filologia Textual, propondo a edição interpretativa, e da História Cultural, analisando a representação da ditadura, a partir dos aspectos sócio-históricos selecionados, a saber: o engajamento político social dos estudantes; a I-greja Católica e sua atuação e o autoritarismo político e seus efeitos na sociedade. Aborda, portanto, sobre literatura, história e memória.

Selecionamos alguns trechos para ilustrar esse estudo da representação da ditadura no texto teatral em questão. Fazendo-se alusão aos estudantes como desordeiros, mostra-se a posição do governo na voz dos políticos:

Pequeno grupo de políticos discute sobre os estudantes.

POLÍTICO I – Ah, esses moleques me pagam.

POLÍTICO II – Eles verão o que os aguarda.

POLÍTICO III – Bando de anarquistas, só querem bagunçar, esses vadios. (f. 3, l. 6-9).

80

Quanto à Igreja Católica, vê-se nitidamente configurar seu apoio ao regime militar, uma vez que possui papel decisivo na constituição do governo e na preservação censura. Vejamos:

PADRE – A Igreja sempre se manteve neutra nas questões governamentais restringindo-se à administração das ordens do clero. Mas entendam, se fizermos um acordo, minhas verbas diminuirão, o que trará uma série de problemas para a paróquia. Ficarei sem poder comprar batinas novas, vinhos, óstias (sic) e outras necessidades. O dinheiro de nossas campanhas irá para o bolso dos homens de olhos azuis. Por isso eu acho, (sic) o senhor tesoureiro sensato. (f. 8, 1. 22-29).

PADRE – Ah, ia me esquecendo. Em nome do clero quero pedir à Vossa Excelência a permissão para aumentar a taxa estipulada para o bônus de fim de ano pois terei maiores despesas na paróquia. (f. 9, 1. 29-31)

Em se tratando da maneira como o regime opressor atuava na sociedade, calando a voz dos cidadãos brasileiros, reprimindo-os, não permitindo a sua liberdade de expressão, etc., destacamos uma passagem do texto que deixa clara a questão do autoritarismo político e seus efeitos na sociedade. Observemos:

ATOR II – Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam, não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. [...] (f. 3, 1. 19-25).

ATOR V – (Entrando aos gritos no buteco) Diabo de tanto macaco na rua. Ninguém pode andar direito, que eles vem pedindo documento como se todo mundo fosse bagunceiro. Tropa de filho da puta. [...] (f. 19, 1.23-25).

Podemos, então, ler, nesses trabalhos, marcas distintas do que representou a ditadura militar na Bahia através dos textos teatrais editados, considerando-se, sobretudo, que tais textos, aqui recuperados pela prática filológica, são testemunhos/documentos de caráter artístico e cultural da sociedade que os produziu.

Essa representação da ditadura militar evidencia-se pelas escolhas que o sujeito-escritor realiza na tessitura do texto, e que apontam para a sua forma de ver, entender e analisar o mundo à sua volta, o sistema político vigente, como também através das marcas que o censor empreende no texto e que demonstram a ideologia da censura. Realizar esta leitura, a partir de uma análise filológica, é permitir atualizar aspectos culturais da sociedade baiana e brasileira durante o

regime militar, bem como caracterizar o contexto sócio-histórico representado nos textos.

AS PALAVRAS FINAIS

Com este trabalho, pretendemos mostrar que a Filologia exerce sua prática, avançando para além de sua atividade editorial, possibilitando, por meio da análise filológica, pelo viés da interpretação, firmar relações com outros campos teóricos, como expusemos acima. Um estudo que leva em conta o teor testemunhal de uma obra deve conduzir a uma nova interpretação de seus componentes, pois "toda obra de arte, em suma, pode e deve ser lida como um testemunho da barbárie". (Seligmann-Silva, 2003, p. 12).

Tomar o texto, objeto da filologia, como documento social e histórico, é analisá-lo como 'prova', aquilo que é mostrado, fixado materialmente e disposto de maneira que se possa utilizar para fins de estudo. A Filologia, além de resgatar o texto como fonte segura para compreensão da sociedade que o produziu, da ideologia que o motivou e do contexto em que se inscreve, assume outra atividade, a da interpretação, ocupando-se do texto em sua materialidade, em seu processo de transmissão e circulação, avivando a memória através das leituras resultantes das análises desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabela Santos. "*Em tempo" no palco, de Chico Ribeiro Neto: edição e estudo do vocabulário político-social.* 2007. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*: princípios da técnica de editoração. Prefácio de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.

CHARTIER, Roger. *Do palco a página*: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2002.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar*: cultura escrita e literatura (séculos XI- XVIII). Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

JESUS, Ludmila Antunes de. *A Dramaturgia de João Augusto*: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MATOS, Eduardo Silva Dantas de. *A Memória como discurso censório*: uma análise da ação da censura no texto teatral À *Flor da Pele*. 2008. 39 f. + Anexos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatu-ra*: O testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVA, Iza Dantas da. *A Epopeia de um povo ou As Aventuras do Criolo Doido*: edição e caracterização do contexto sócio-histórico. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

OS TEXTOS DA CULINÁRIA PORTUGUESA REVELANDO OS COSTUMES MEDIEVAIS

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB/UCSAL) celinabbade@gmail.com

APRESENTAÇÃO

A Filologia é uma ciência que, desde o século XIX, busca através de textos, estudar a língua de um povo, enveredando pela sua história, sua cultura, seus costumes, seus hábitos. Entendida por muitos como "a ciência que estuda a língua em toda a sua amplitude", a Filologia vem trilhando diversas perspectivas nos estudos filológicos. Mas, sejam quais forem esses estudos, eles estarão sempre pautados nos textos ou documentos escritos.

É a Filologia a ciência responsável pela decifração dos textos e pelo mergulho na língua desses textos para investigar a fidedignidade dos mesmos. Na busca dessa verdade textual, cabe ao filólogo ir desvendando a cultura e história do povo que aquele documento pertence. Um texto é uma obra preciosa e fundamental para o filólogo.

Assim como o texto é fundamental aos estudos filológicos, os caminhos para se estudar esses textos podem seguir diversas perspectivas. Apesar de alguns limitarem os estudos filológicos às edições críticas de textos, o filólogo faz muito mais do que isso com os textos que caem em suas mãos. Ainda que a tarefa mais autêntica da Filologia seja a de realizar a crítica textual, escolheu-se aqui, demonstrar uma outra vertente desses estudos filológicos: estudar um texto a partir das suas lexias.

A EDIÇÃO CRÍTICA DE TEXTOS

Conhecida como a forma mais autêntica da Filologia, a edição crítica de textos é a busca da autenticidade textual, a busca da verdade do texto, tomando como referência a intenção do autor desse texto. O filólogo compreende o autor como o dono do texto e a ele somente cabe a tarefa de modificar o mesmo. Podemos dizer que o filólogo é o guardião do texto escrito por alguém. Se houvessem mais

filólogos atuando e investigando textos, talvez a história da nossa civilização tivesse uma outra versão.

Sabemos que os interesses políticos, sociais, culturais, religiosos, econômicos etc., estão inseridos em uma sociedade de forma densa. Os textos que contam a história dessa sociedade não poderiam ser diferentes. E os interesses de um povo, fazem com que adulterem seus textos para que a história seja guardada de acordo com os interesses da época. Por exemplo, se quiséssemos saber como se deu a queda do Império Romano, poderíamos ler um texto escrito pelos romanos e teríamos uma versão que, com certeza não seria a mesma versão escrita, por exemplo, pelos povos germânicos quando invadiram o Império Romano. È óbvio que, a lexia *bárbaro* entre os romanos, tem um conceito bem diferente para os germânicos. Enfim, se a história é contada a partir de seus textos, os mesmos precisam ser muito bem analisados para sabermos se a história é real, é intencional, é tendenciosa...

Em uma crítica textual, o filólogo está preocupado em primeira instância com a verdade do autor. Ainda que esse autor tenha adulterado a história factual, o que vale para a Filologia, em primeira instância, é a verdade textual. É ao filólogo que compete a busca da verdade textual, a busca daquilo que o autor quis escrever realmente. Essa é a grande tarefa do filólogo: buscar essa verdade textual, para que outros estudiosos se aproveitem da mesma a fim de realizarem as suas pesquisas da forma mais fidedigna possível.

Não se pode esquecer que o objetivo de uma edição crítica é um só: estabelecer um texto que se torne o mais próximo possível de seu original. E, dentre as inúmeras tarefas de um filólogo, é a ele que compete a análise minuciosa do texto buscando sempre restaurar a sua autenticidade. Essa busca incansável do texto fidedigno faz do Filólogo não um dono absoluto da verdade, mas um investigador dos fatos linguísticos na busca de uma verdade autoral. Uma edição crítica pode nunca alcançar a verdade absoluta de um texto, mas com certeza, chegará mais próxima do que qualquer outra edição da verdade autoral desse texto.

O TEXTO E OS ESTUDOS LEXICAIS

Em seus "Ensaios sobre as origens das línguas", Rousseau nos diz que "não se sabe de onde é o homem, antes de ele ter falado" (Rousseau, 2003). A partir dessa frase, podemos concluir que o homem só existe histórico e socialmente quando há linguagem para expressar essa história social. A linguagem faz parte da sua história. Essa linguagem é expressa por diversas formas. Uma das maneiras de se utilizar a linguagem é a partir da língua, por palavras. Essas palavras irão constituir o sistema lexical de uma língua e, consequentemente, de um povo. Portanto, ao se estudar o léxico de uma língua, estaremos consequentemente, estudando também a história do povo que a fala.

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico.

Apesar de pouco estudado até então, o estudo lexical das línguas é deveras importante e necessário para desvendar os inúmeros segredos da nossa história social e linguística, segredos estes que podem ser desvendados pelo estudo e análise do léxico existente nessas línguas em momentos específicos da história de cada povo.

Língua, história e cultura caminham sempre de mãos dadas e para conhecermos cada um desses aspectos, faz-se necessário mergulharmos nos outros, pois nenhum deles caminha sozinho e independente. Portanto, o estudo da língua de um povo, é consequentemente, um mergulho na história e cultura deste povo.

Fazer um levantamento lexical de uma língua é tarefa quase que impossível, para não dizer, tarefa sempre inconclusa. No entanto, podemos estudar o léxico de qualquer língua a partir dos textos existentes. Assim, a Filologia utiliza-se das lexias para resgatar de seus textos as palavras que poderão contar a história da época e povo que as utilizou. É a Filologia a serviço do resgate do patrimônio histórico, cultural e social de um povo, a partir de suas palavras.

Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos OS TEXTOS DA CULINÁRIA PORTUGUESA

Ao longo dos últimos anos, as minhas pesquisas estiveram voltadas para o estudo do léxico da culinária portuguesa. No momento em que entrei em contato com a edição crítica (Manupella, 1986) e a edição *fac-similar* (Gomes Filho, 1994) do primeiro livro manuscrito de cozinha portuguesa conhecido até o momento, me encantei com as receitas existentes ali e iniciei um levantamento das lexias existentes nessas receitas. Consequentemente acabei enveredando pela cultura e hábitos alimentares dos que utilizavam essas receitas culinárias, assim como, mergulhei na época em que as mesmas foram publicadas. Digo publicadas porque, em se tratando de um livro de receitas culinárias, não se pode precisar em que época essas receitas foram utilizadas pela primeira vez. A única certeza de que temos é a de que, na época em que foram escritas, elas existiram.

Essas receitas fazem parte do Manuscrito I-E 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, erradamente designado por *Trattato di Cucina Spagnuolo*, conhecido como *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*, cuja edição crítica mais completa foi publicada em Coimbra, em 1967, aos cuidados de Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut. Um códice, que apesar dos problemas paleográficos e cronológicos que levanta, é deveras valioso, contribuindo não só para o vocabulário histórico da linguagem nacional, como também mostrando um lado importante da vida social que é a arte de cozinhar e bem comer, numa época da história nacional portuguesa onde muito pouco se conhece e cujo mais antigo documento impresso de receitas culinárias, não é anterior a 1680, que é *A Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues (Rodrigues, 1987).

O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal, é composto de sessenta e sete receitas, das quais sessenta e uma estão organizadas em quatro cadernos diferentes. O primeiro caderno é o Caderno dos Magares de Carne, com vinte e seis receitas (numeradas de IV à XXIX); o segundo, Caderno dos Mamgares de Ovoos, tem quatro receitas (numeradas de XXX à XXXIII); em seguida, encontra-se o Caderno dos Mamgares de Leyte com sete receitas (numeradas de XXXIV à XL); finalmente, o Caderno das Cousas de Comseruas, com vinte e quatro receitas (numeradas de XLI à LXIV).

87

Além dessas receitas, outras seis precedem ou sucedem esses cadernos. Essas receitas não são, a bem dizer, culinárias, mas de utilidades caseiras. São as receitas de número 1 à 3 (Este he o modo q se tem pera enguordar framguoos, Pera se fazer sesemta varas de veludo de pello miudo, vynho dacuquar q se bebe no brasyl q e muito são e pera o figado e marauylhoso) e as de número 65 à 67 (Receita de dom luis de moura pera os demtes, Reçeita pera squinecia, Reçeita pera ffogo ou escaldamento).

Os textos das receitas supracitadas nos revelam muito mais do que os ingredientes e modo de cozimento da época. As receitas nos revelam os costumes alimentares medievais, o poder aquisitivo da época e tantas outras coisas acerca dos hábitos medievais portugueses.

Por se tratar de um livro de receitas culinárias medievais, os textos pertenceram a uma mulher, que, diferente das mulheres da época, era letrada e culta: trata-se da infanta D. Maria de Portugal, filha de D. Duarte, duque de Guimarães, neta do rei D. Manuel e sobrinha de D. João III.

Os manuscritos foram escritos em Portugal e levado para a cidade de Parma, na Itália em 1565, por motivo do casamento da infanta D. Maria com Alexandre Farnésio, duque de Parma, Placêncio e Castro. Atualmente esses textos pertencem ao manuscrito I-E-33 da Biblioteca Nacional de Nápoles.

O manuscrito faz parte de um grupo de cinco tomos de origem farnesiana. Consta de setenta e três fólios dos quais quarenta e um foram aproveitados pelos copistas, ficando brancas as folhas sem identificação.

O ponto de partida para o estudo desses textos foi o levantamento lexical das sessenta e uma receitas culinárias existentes no manuscrito. Como exemplo de possibilidade de um estudo lexical, cita-se aqui a tese *Os Campos Lexicais do Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* (Abbade, 2003), que visa um estudo do vocabulário quinhentista relativo à cozinha a partir do levantamento de seiscentas e quarenta e sete lexias e estruturação das mesmas em campos lexicais, através da edição crítica mais completa do mesmo, publicada em 1967, com uma segunda edição em 1986: *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal* (Manuppella, 1986).

A tese traz uma análise das lexias existentes nessas receitas, observando seus conceitos à época, a etimologia das mesmas, assim como a utilização dessas lexias naquele período. Citando a própria tese, podemos observar acerca dos estudos lexicais:

Sendo o léxico o domínio menos estruturado de uma língua, estabelecer estruturas básicas, tal como se faz na Gramática, não é tarefa fácil, mas também não é impossível. É muito difícil fazer-se uma descrição coerente do conjunto do léxico, na medida em que se considera o mesmo como um sistema. Pode haver limites nos sistemas fonológicos ou gramaticais. Mas estabelecer um sistema lexical, devido ao seu caráter empírico é algo que pode parecer sempre impreciso e inconcluso. Mas, se não se pode estabelecer todo o léxico de uma língua, pode-se começar modestamente por estabelecer sistemas parciais que poderão ser organizados posteriormente em outros sistemas mais complexos. (Abbade, 2003, p. 34-35)

Uma proposta de análise estrutural do léxico tem como maior dificuldade o grande número de unidades léxicas comparadas aos números limitados de unidades tanto na Fonologia, quanto na Gramática, no entanto, essa enorme extensão do vocabulário não chega a ser um problema, mas uma dificuldade prática que, baseado em uma série de distinções, propõe e recomenda uma redução do material a ser analisado. Por isso, a tese em questão buscou uma estruturação do léxico da cozinha portuguesa quinhentista, não tentando abarcar todo o vocabulário da culinária quinhentista encontrado até então em inúmeros livros e documentos. Com o material reduzido, é totalmente possível se fazer um estudo desse tipo.

OS COSTUMES MEDIEVAIS

A partir desse levantamento lexical, muito se conheceu acerca dos hábitos alimentares portugueses. Comparando os hábitos alimentares medievais com os atuais, pudemos observar que a quantidade dos alimentos sempre prevaleceu sobre a qualidade. Quanto mais farta fosse uma mesa, maiores eram as condições econômicas daquelas pessoas que ali ofereciam os alimentos:

Na Idade Média, não restam dúvidas de que o prestígio social era medido pela alimentação. Assim, todos deveriam comer *juxta suam qualitatem* (conforme a sua qualidade). No entanto, esse fenômeno tinha caráter mais quantitativo do que qualitativo e "comer muito" também era sinal de prestígio e distinção social, de força e de nobreza. A equação

poder = alimento, pode ser lida inversamente com o mesmo reflexo nessa época da história. Refletindo nas sociedades posteriores e chegando à atualidade, uma frase medieval continua bem moderna: a cada um o que lhe pertence, e que cada um permaneça em seu lugar. (Abbade, 2003, p. 15)

Atualmente, podemos concluir que a Idade Média foi um período em que as pessoas tinham uma alimentação pobre em proteínas. Basicamente, além da carne, que era a base por excelência da alimentação, se consumia muito os cereais como o trigo, milho e centeio e bebiam-se vinho. Naquela época os portugueses faziam comumente duas refeições principais: o *jantar*, que era feito entre dez horas e onze horas (antes do século XVI, ocorria mais cedo, entre oito horas e nove horas), e a *ceia*, entre dezoito horas e dezenove horas. O jantar era a refeição principal e mais forte do dia. No jantar da nobreza, o número de pratos servidos era em média três, sem contar sopas, acompanhamentos ou sobremesas. Na hora da ceia, serviam-se em média dois pratos ou até mesmo um. Acredita-se que devido aos atrasos no jantar, sentiu-se a necessidade de uma outra refeição: o almoço, tomado logo após se levantar.

Na alimentação medieval, a caça, a pesca e a criação selvagem, eram grandes fontes de alimentação. A caça era uma atividade importante entre os nobres, servindo como diversão e símbolo de poder. Os peixes faziam parte da alimentação das classes inferiores. Já os alimentos vegetais (cereais, hortaliças e legumes), eram pouco apreciados entre a nobreza. O povo utilizava com frequência legumes frescos. As frutas desenvolveram papel de relevo em Portugal e, à época, conheciam-se praticamente todas as frutas que comemos hoje. Muitas eram autóctones e outras introduzidas pelos árabes. Elas eram comidas na forma natural, seca, em conserva e em forma de doces. A grande maioria dos condimentos utilizados no período medieval continua sendo utilizada atualmente. As viandas de leite, conhecidas hoje como laticínios, eram muito frequentes na alimentação quinhentista portuguesa: queijo, nata, manteiga, doces à base de leite e, é claro, o próprio leite que era mais utilizado para a confecção da manteiga e do queijo. O leite servia também como medicamento, mas parece ter sido pouco utilizado para matar a sede ou ser tomado como alimento. Os ovos eram consumidos com fartura e utilizados na maioria das receitas mais elaboradas. O sal não só era tempero básico, como também era exigido para a conservação de carnes, peixes ou qualquer outro alimento que necessitasse de armazenamento

ou transporte. Os doces nesse século não eram muito frequentes. Quase não se fabricavam bolos devido ao preço do açúcar. No século XV o *mel* era o único adoçante ao alcance de todas as bolsas. O *açúcar* muito caro, chegava a custar cinquenta vezes mais que o *mel* (Marques, 1987, p. 12).

Os alimentos eram comidos de forma diferente dos dias atuais: comiam-se carnes e peixes sobre grandes metades de pão, de forma arredondada, postos em frente de cada conviva. Para os alimentos líquidos, usavam-se escudelas de madeira ou prata. Se fosse de barro, denominavam-se tigelas. Mais tarde, essas escudelas vão ser utilizadas também para servirem os alimentos sólidos. Cada escudela servia para dois convivas, sentados lado a lado. Também não existiam garfos e as facas eram muito utilizadas, porém cada conviva levava consigo a faca que iria utilizar para cortar seus alimentos. Muito raramente elas eram distribuídas. Para beber, utilizavam-se os vasos, que eram uns 'copos mais largos e mais pesados que os de hoje', sendo necessário segurá-los com ambas as mãos. Vasos ainda maiores eram denominados grais e tagras. Podemos citar ainda: copas 'para servir líquidos quentes' (tapadas por sobrecopas), púcaras e pucarinhas de barro 'espécie de bacia, munidas de asas'.

O sabor dos alimentos no período medieval da alimentação portuguesa, apesar de importante, era menos relevante que a aparência dos mesmos. Por isso as "cores" utilizadas nos alimentos tinham papel importante. Ainda que o verde fosse obtido através de produtos locais, e o amarelo dos ovos servia tão bem quanto o açafrão para colorir de ouro os pratos, o vermelho ou o azul era conseguido com produtos específicos que não tinham um gosto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse mergulho nos hábitos alimentares portugueses só se tornou possível devido ao estudo do vocabulário de cozinha de um manuscrito medieval. Como não se pode separar a língua de um texto da história do povo que utilizou essa língua, o levantamento lexical realizado, nos remeteu ao estudo dos hábitos alimentares portugueses no período referente ao texto, levando-nos a conhecer um pouco da história de um povo a partir do estudo de documentos es-

critos deixados por esse povo. As palavras utilizadas em uma determinada época deixam sempre traços de uma história específica e única do povo que a utiliza. Dessa forma, a Filologia consegue revelar os costumes de uma época, a partir do estudo de seus textos.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Campos lexicais no Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Tese de Doutoramento. UFBA. Salvador, 2003.

GOMES FILHO, Antônio (Ed.). *Um tratado da cozinha portuguesa do século XV*. 2ª ed. Leitura diplomática e modernizada. Rio de Janeiro. MEC/INL, 1994.

LIVRO de Cozinha da Infanta D. Maria: códice português i. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Prólogo, leitura, notas ao texto, glossário e índices de Giacinto Manupella. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

MARQUES, Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*: aspectos da vida cotidiana. 5ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

RODRIGUES, Domingos. *Arte de cozinha*. Leitura, apresentação, notas e glossário por Maria das Graças Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad. de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1981.

PRODUÇÃO TEXTUAL: DE OTHON MOACYR GARCIA À ATUALIDADE

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ / UNISUAM) tania.maria@openlink.com.br

A importância e a atualidade da obra de Othon Moacyr Garcia justificam a justa homenagem que a ele faz este XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Sem dúvida, uma oportuna e merecida lembrança desse autor, cuja contribuição aos estudos linguísticos se mostra tão evidente e atual.

Sua Comunicação em Prosa Moderna, cuja primeira edição data de 1967, demonstra de maneira cabal o que anteriormente afirmamos. O adjetivo "moderna", que tanto pode referir-se à "comunicação" quanto à "prosa", explicita a modernidade na abordagem dos fatos linguísticos, o que faz da referida obra não só uma produção muito à frente do seu tempo, como também a precursora de caminhos e de procedimentos que passaram a ser trilhados somente tempos mais tarde, servindo de forte base a muitos estudos realizados na atualidade, instigando o desenvolvimento de novas pesquisas, ao mesmo tempo que aguça olhares críticos acerca dos cuidados e da complexidade inerentes à produção textual, bem como às orientações relativas a ela.

A respeito do autor, informa-nos o editor, em nota presente na 6ª edição (1977): "...vem-se dedicando há longos anos ao ensino da língua portuguesa e da literatura luso-brasileira..."e, adiante, "... considera-se acima de tudo, e sem modéstia, apenas professor de Português...". A aparente contradição da passagem, marcada pelo uso das expressões "sem modéstia" e "apenas", nada tem de verdadeiramente paradoxal. Ao contrário, destaca o alto valor que Othon atribuía à tarefa de ensinar a língua portuguesa, e, por isso mesmo, o declara "sem modéstia". Uma tarefa que, segundo o próprio autor, procura "... ensinar não apenas a escrever, mas principalmente a pensar...", como se pode verificar em "Explicação Necessária", datada de 10 de julho de 1967, quando da publicação da 1ª edição. Parafraseando o autor, sem modéstia, somente um PROFESSOR, um verdadeiro docente, categoria à qual me orgulho de pertencer, poderia revelar pre-

RIO DE JANEIRO: CIFEFIL, 2009 93

ocupação tão profunda em relação ao seu papel social e à sua prática docente.

No dizer do famoso escritor e tradutor Paulo Rónai, no artigo "Comunicação Planejada", publicado no Suplemento do Livro do Jornal do Brasil, de 20 de março de 1968, cujos fragmentos podem ser encontrados na contracapa da 6ª edição,

Comunicação em prosa moderna se caracteriza por uma abordagem revolucionária do problema da expressão Em vez de partir do material disponível que oferecem os textos, de classificá-lo, o autor toma como ponto de partida as ideias que reclamam comunicação...

Ou seja, evidencia-se o trabalho do autor em fazer do conhecimento da língua o meio da expressão adequado das ideias tencionadas. Tais considerações conduzem-nos ao que, tempos mais tarde, Travaglia (2000) discorre sobre a língua em uso: a competência comunicativa e suas formadoras: as competências linguística e textual.

Para que se perceba de maneira mais clara a "revolução" a que se refere Rónai, é interessante traçar-se um perfil diacrônico acerca do ensino da língua portuguesa no Brasil.

Mattos e Silva (2000), citando Leonor Buescu, afirma que:

Em cada momento, a história cultural e sociológica do homem coloca a sua 'Questão da Língua'. A profunda relação que existe entre a 'Questão da Língua' e todas as 'questões' que sacodem com maior ou menor força o edifício sociocultural é, certamente, a mesma e profunda relação que existe entre a língua em si própria e os outros elementos da estrutura social (p.20).

Assim, em relação à sociedade brasileira até o início dos anos 50, o acesso restrito à escola, frequentada, então, pela elite do país, emprestava ao ensino da língua portuguesa o caráter de ajuste e, em certo grau, de aprofundamento da experiência linguística desenvolvida e cultivada no ambiente familiar. O papel da escola era, pois, aprimorar a "arte do bem falar e do bem escrever", valorizados que eram os aspectos concernentes à velha retórica (em oposição à nova retórica de Perelmann) e suas construções extemporâneas. Essa era, portanto, a "questão da língua" que se apresentava: praticamente nada havia a ser ensinado ao aluno; apenas burilar-lhe a expressão que já lhe era fluente, satisfazendo a todos os princípios puristas.

No correr dos anos 50, porém, segundo Azeredo (2007),

...já se evidenciavam (...) as consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista moderna, como (...) a abertura de amplas perspectivas de mobilidade social vertical. As famílias da classe proletária encontram na escola secundária em expansão o caminho natural para a ascensão segundo esses novos padrões (p.110)

E, citando Boris Fausto, acrescenta que:

...O ginásio, gradualmente, vai perdendo a antiga condição de escola que atendia às necessidades de ilustração e encaminhamento escolar das camadas superiores e passa a representar, para as diferentes camadas sociais, o meio de conquista de novas e melhores posições na sociedade em transformação... (idem)

Era, pois, outra a "Questão da Língua" nesse momento. Na medida em que mudava a clientela que tinha acesso à escola, trazendo consigo padrões linguísticos distantes daquele socialmente prestigiado, os aspectos relativos ao ensino tinham de efetivamente mudar, no intuito de adequar-se ao novo quadro que se apresentava.

Observa-se, no entanto, que, se do ponto de vista do ensino da língua portuguesa, segundo o supracitado autor, algumas mudanças, ainda que tímidas, ocorreram, como revelam algumas as três obras didáticas mais adotadas nas escolas do Rio de Janeiro, destinadas ao antigo curso ginasial — Adriano da Gama Kury, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha -, igual procedimento não ocorreu no tocante à produção de textos, ou, como é comumente conhecida, à redação.

As narrações, as descrições, as dissertações continuavam cobradas do mesmo modo como nos tempos mais antigos. Eram solicitadas tanto como atividades isoladas quanto sugeridas a partir do conteúdo do texto que, em alguns casos, iniciava cada uma das unidades do livro didático. Normalmente não havia orientação específica sobre a produção textual e, quando ocorria, sempre se mostrava atrelada a aspectos relativos a conteúdo, e não à forma.

Certamente, o professor que desenvolvia essa atividade esperava do aluno uma transferência natural do conhecimento gramatical, desenvolvido por meio de abordagens estanques, para o texto que este viesse a produzir.

Se tal procedimento era possível de ocorrer em momentos histórico-sociais anteriores, em função da homogeneidade do grupo que frequentava a escola, as modificações de sociedade, já expostas,

impediam que o procedimento acima descrito produzisse resultados satisfatórios, dados os diferentes graus de domínio linguístico que passaram a ser verificados nos grupos sociais que frequentavam a escola.

É exatamente nesse ponto que se evidencia a modernidade da obra de Othon Moacyr Garcia: ensinar a escrever, ensinando a pensar e a utilizar os recursos da língua, em seus diferentes níveis, adequando-os a objetivos distintos. Voltando-se às palavras do editor, em nota presente na 3ª edição de *Comunicação em Prosa Moderna*,

...As duas primeiras edições esgotaram-se rapidamente demonstrando com isso a lacuna existente e a importância que assume dia a dia o estudo da nossa língua por abordagem diferente da habitual (...). A desmitificação que fez de assuntos que se apresentam tradicionalmente intrincados em gramáticas dá-nos uma ideia do que é a obra: moderna, prática, necessária... (p.VII)

Essa "necessidade" de a obra em questão existir encontra suporte nas palavras do próprio autor, a respeito do propósito de sua produção, qual seja ensinar o aluno a pensar com eficácia, com clareza, com objetividade, com coerência, com precisão de ideias, ênfase, características estas que, segundo ele, se mostram indispensáveis a fazer da linguagem, oral ou escrita, um veículo de comunicação, por acabarem trazendo em seu bojo a correção, a elegância, o vigor, a expressividade, entre outros atributos relacionados ao estilo.

Cabe aqui destacar a atualidade dos cuidados rotulados pelo autor como "indispensáveis", haja vista a frequência com que tais marcas são referidas nos recentes estudos relativos à produção do texto: "clareza", "eficácia", "coerência", linguagem oral, linguagem escrita, "correção", "expressividade", marcas essas que, desavisadamente, poderiam ser consideradas preocupações exclusivas do momento presente, quando, na verdade, não o são.

Chama também a atenção o fato de o autor reportar-se às questões relativas ao estilo, considerado a partir dos efeitos produzidos pelas escolhas realizadas por aquele que produz um texto, trazendo a Estilística numa perspectiva que muito se distancia da visão desgastada e sem atrativos que a esta permaneceu, por um tempo, agregada.

O enfoque apresentado destaca o papel indispensável do conhecimento gramatical como suporte da expressão, mais, ou menos expressiva conforme a intenção do produtor do texto. Ou seja, a gramática como meio, e não como fim, dado que o objetivo maior do ensino deve, efetivamente, apoiar-se na orientação de uma produção eficaz, cumprindo o propósito a que se destina: "...encontrar ideias, concatená-las e expressá-las.." de modo claro, coerente e enfático, considerando os padrões linguísticos concernentes ao momento da produção.

Othon, ao chamar a atenção do professor para a necessidade de "...zelarmos com mais assiduidade não só pelo polimento da frase, mas também, e principalmente, pela sua carga semântica" (1977, p.: IX), dá à ciência do significado um lugar de destaque, evidenciando a importância do elemento semântico-gramatical como responsável pela qualidade da expressão, considerado o esteio da funcionalidade, da expressividade, das intenções comunicativas; portanto, tudo quanto atualmente está presente nos estudos de diferentes autores contemporâneos consagrados, também preocupados com as questões relativas ao ensino da língua portuguesa, sem perder de vista, especificamente, a expressão oral e escrita do aluno, nas diferentes situações cotidianas.

Comunicação em Prosa Moderna permite que o aluno perceba de maneira clara a funcionalidade dos estudos gramaticais, pela maneira como é estudado o conteúdo que se apresenta ao longo das nove partes em que se divide a obra, cada uma delas subdividida em capítulos, que, por sua vez, aparecem divididos em tópicos, explorando conteúdos relativos à frase, em suas feições gramatical e estilística; às figuras; ao tempo e aspecto verbal; aos tipos de discurso; ao vocabulário e seus diferentes matizes; ao parágrafo como unidade de composição; aos modos de organização textual; à eficácia e às falácias da comunicação; à redação técnica.

Na medida em que fatos gramaticais e recursos semânticos são expostos por Othon como escolhas possíveis no universo de intenções comunicativas, evidencia-se a preocupação do referido autor com a **autoria** da produção, aspecto de extrema relevância na expressão falada e escrita. A orientação passada ao aluno visa a expor a este o material linguístico como matéria-prima do texto, seja este li-

terário, burocrático, acadêmico. É, pois, oportuno ressaltar a diversidade de domínios discursivos apresentados e suas respectivas marcas textuais, o que, mais uma vez, demonstra a visão precursora do autor em relação a uma abordagem que, atualmente, capitaneia todo trabalho desenvolvido em relação à produção falada ou escrita: os gêneros textuais e suas respectivas funcionalidades sociais.

Pensar em Othon Moacyr Garcia e em sua *Comunicação em Prosa Moderna* é, sem sombra de dúvida, reconhecer o trabalho sensível do mestre, preocupado em mostrar o estudo semânticogramatical da língua portuguesa ancorando o texto, entendido este como começo e fim do processo. Desse modo, qualquer semelhança com as abordagens teóricas da atualidade, bem como com as diretrizes traçadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais não terá sido mera coincidência.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. Língua e texto: o livro didático de português nos anos 1960 e 1970. **In**: —. *Ensino de português*: fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje. **In**: AZEREDO, José Carlos de (org.). *Língua portuguesa em debate:* conhecimento e ensino. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RELAÇÃO DO MARANHÃO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO CEARÁ: NECESSIDADE DE UMA EDIÇÃO CRÍTICA

Expedito Eloísio Ximenes eloisio22@hotmail.com

INTRODUÇÃO'

O documento intitulado *Relação do Maranhão* é de notável importância histórica para o Brasil, principalmente para o Ceará, pois pode ser considerado a certidão de nascimento desse Estado.¹

Conforme a datação, o documento foi escrito em 26 de março de 1608, pelo Pe. Jesuíta Luiz Figueira, quando esse veio em missão ao Maranhão, passando pelo Ceará. O intuito da empreitada, além da catequese dos indígenas, era também a aproximação dos nativos que viviam na Capitania do Maranhão, os quais eram denominados de tapuias, povos inimigos dos portugueses e aliados dos franceses.

Após os percalços enfrentados e a frustrada tentativa de alcançar o Maranhão, Figueira desiste do itinerário, deixando o companheiro de viagem, Pe. Francisco Pinto, que tivera morte violenta em confronto com os tapuias, sepultado na Serra da Ibiapaba, no norte do Ceará. Ao regressar a Pernambuco e depois à Bahia, o missionário relata a aventura da missão ao seu superior, Pe. Cláudio Aquaviva. É esse diário de viagem que se denomina *Relação do Maranhão*.

É de nosso conhecimento cinco cópias do documento, que apesar do grande valor histórico, é quase desconhecido nos meios acadêmicos. Não há estudos realizados nos âmbitos dos cursos de História e de Linguística para aprofundamento do seu conteúdo, como também, nunca houve interesse em se fazer uma edição crítica

história cearense". O período histórico propriamente dito começa com a Relação do Maranhão.

1

¹ Conforme Tomas Pompeu Sobrinho, o período até 1603 (data da expedição de Pero Coelho de Sousa), quando se inicia a contar a história do Ceará, é um período nebuloso, o qual denomina-se de pré-histórico; a partir dessa data há documentos provectos, podendo ser considerado proto-histórico. "Podemos considerar êsse período como o de nossa proto-história, reservando o que lhe precedeu, de que se não tem nenhuma documentação escrita, para a pré-

com bases científicas conforme as orientações da crítica textual, por especialistas da área. As cópias existentes não estabelecem o modelo de edição nem os critérios usados para a reprodução. Reunir e comparar todas estas testemunhas, escolher a que apresenta maior fidelidade, seguindo, assim, as etapas propostas e os critérios da edição crítica, é uma necessidade que se nos impõe, dadas às muitas vantagens dessa tarefa e a relevância para se esclarecer algumas deturpações possíveis, corrigir erros e, principalmente, reestabelecer uma fonte fidedigna para a história do Ceará.

AS TESTEMUNHAS EXISTENTES DO TEXTO

Em 1903, o renomado pesquisador cearense Barão de Studart tornou público pela primeira vez o documento *Relação do Maranhão*, por ocasião do tricentenário de colonização do Ceará. O texto original, conforme informações daquele estudioso, encontra-se nos Archivos da Ordem Maison d'Etudes, Exaten, Baaksen, Limburgo Hollandez (c.f. Studart, 1904). A edição publicada em 1903 é a reprodução de uma cópia fotográfica que o Barão recebeu do jesuíta Reverendo Pe. J. B. van Meurs por ordem do Superior Geral da Companhia de Jesus.

A partir dessa cópia surgiram outras reproduções que chegaram ao nosso conhecimento. Em 1904 o Barão publicou novamente o texto em sua coletânea intitulada *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*. Em 1911, o Pe. Jesuíta Rafael Maria Galanti, publicou o texto no livro *História do Brasil* e, em 1940, o Pe. Serafim Leite fez outra publicação em Portugal no Livro *Luiz Figueira: A sua Vida Heroica e a sua Obra Literária*. A última edição que temos conhecimento é de 1967 de Tomás Pompeu Sobrinho, enfeixada em um livro que reúne fontes históricas do Ceará intitulado *Três Documentos do Ceará Colonial*.

Em uma análise preliminar quando comparamos as duas testemunhas de responsabilidade do Barão de Studart (1903 e 1904), constatamos que são perfeitamente idênticas, o que não é verdade a afirmativa em relação à publicação de Pompeu Sobrinho (1967), em que visualizamos, a olho nu, muitas discrepâncias no tocante à várias supressões de palavras, de sintagmas e de frases; permuta de letras,

junção ou separação de vocábulos dentre alguns erros ortográficos. Na publicação de Galanti (1911) é visível logo no início a supressão de cinco parágrafos em relação à testemunha de 1903. A edição de Serafim Leite ainda não é de nosso conhecimento, contudo, Pompeu Sobrinho (1967) adianta que essa reimprensão apresenta ligeiras correções. Ainda não tivemos oportunidade de cotejarmos minuciosamente todas as testemunhas, cremos, contudo, que há muito o que se observar, pois à medida que cada cópia se distancia da fonte primeira aumenta as possibilidades de alterações.

Em nenhuma das publicações há notas esclarecedoras sobre os critérios adotados para edição. Somente o texto de 1904 estabelece a fonte originária. As demais não explicitam a fonte que serviu de modelo nem as normas de edição. Por isso é muito necessário o investimento em uma edição crítica para contemplar essas exigências e se explicitar as dúvidas reinantes.

A edição de 1903 encontra-se no Tomo XVII da Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará cujo título é *Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva* e ocupa as p. 97 a 140. O texto é reproduzido impresso em letras graúdas, mas não há comentário algum; a ortografia é predominantemente fonética e conservadora, marcada pela ausência de norma fixa para registro das palavras e apresenta uso abundante de abreviaturas.

A publicação de 1904, como dito anteriormente, encontra-se na coletânea do Barão de Studart *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*, v. I, p. 1 a 42 e segue o mesmo parâmetro da anterior. Galanti (1911) inseriu o texto no final do v. I de sua *História do Brasil* nas p. 436 a 463. Em uma nota de pé de página o autor esclarece que a primeira publicação foi realizada em 1903 pelo Barão de Studart.

A publicação de Pompeu Sobrinho (1967) intitulada *Relação* do Maranhão: Introdução, Notas e Comentários está disposta nas p. 9 à 157 do livro Três Documentos do Ceará Colonial. Pompeu Sobrinho divide o texto em quatro capítulos: o primeiro é a introdução em que faz as considerações gerais do documento com vários subtítulos, pondo em destaque a organização da expedição dos missionários, o contexto e o itinerário da viagem reproduzido em mapa, apre-

RIO DE JANEIRO: CIFEFIL, 2009 101

sentando, ainda, fotografias e dados biográficos dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira. No segundo capítulo aborda alguns problemas da expedição, entre outros, a identificação do roteiro seguido pelos religiosos. No terceiro, reproduz o Documento, mantendo os aspectos gráficos e as formas abreviadas semelhantes ao texto de 1903. Faz inserções de 62 valiosíssimas notas explicativas a respeito do vocabulário, dos aspectos topográficos, da fauna e da flora, de aspectos etimológicos e antropológicos. Estas notas estão dispostas ao longo de várias páginas constituindo o quarto capítulo da obra.

Pelo que sabemos até agora, fica claro que todas as edições posteriores à de 1903, tomam esta como parâmetro. É esta testemunha a mais conservadora que se aproxima do texto original e, com certeza, constituirá o modelo aceito para a reprodução de um texto crítico.

O CONTEÚDO DO DOCUMENTO

O Contexto do Texto

O texto do Pe. Luiz Figueira é uma espécie de diário de viagem em que o autor faz um relato dos fatos vividos desde o planejamento da incursão por seu superior até o desfecho final quando do retorno à Bahia.

O objetivo da jornada era conquistar os índios tocarijus, denominados tapuias, que habitavam as terras situadas a 15 ou 20 léguas da Serra da Ibiapaba. Esses eram índios de má fama e violentos aliados dos franceses que ocupavam o Maranhão, portanto, inimigos dos portugueses.

A expedição atendia a dois propósitos básicos que interessavam tanto à Coroa portuguesa, por tentar afastar o estrangeiro daquela região, quanto à Igreja que cumpria a missão apostólica em levar a mensagem evangélica e a fé cristã aos selvagens. Por isso a viagem foi acertada e planejada pelo 8°. Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho e o superior da Companhia de Jesus, Pe. Fernão Cardim, que escolheu o Pe. Francisco Pinto, homem já maduro, de espírito desprendido e profundo conhecedor da língua dos nativos e o Pe. Luiz Figueira mais jovem, não menos abnegado e que se tornaria, posteri-

ormente, especialista em língua tupi, tornando-se autor de uma gramática daquela língua.

Além dos dois padres mencionados, cerca de 60 índios já domesticados e amigos compunham a expedição. A partida de Pernambuco ocorreu no dia 20 do mês de janeiro de 1607, conforme o trecho abaixo.

PAX CHRISTI. No mez de jan. To de 607 p. ordem de fernao Cardim pr. al desta pr. a nos partimos pera a missão do Maranhão o p. e fr. co Pinto e eu co obra de sessenta Indios, co intenção de pregar o evangelho aaquella desemperada gentilidade, e fazermos co q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os fracezes corsairos q' lá residem pera q' indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem, e pera q' esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao p. e pr. al q' não levassemos conosco portugueses e assi nos partimos sós co aquelles sessenta Indios. (Figueira, 1903, p. 97).

Viajaram do Recife em um barco que vinha buscar sal no Rio Jaguaribe. A chegada ao Ceará ocorreu na foz daquele rio, no atual município de Aracati, no litoral leste do estado. Após a descida do barco, seguiram a pé pela costa cearense reunindo alguns índios dispersos que viviam com medo dos brancos e dos tapuias. Chegando ao local denominado de Pará, na foz do Rio Curu, onde se localiza a cidade de Paracuru, afastaram-se da costa e adentraram o interior enfrentando os perigos do território inóspito e as adversidades climáticas e geográficas. Com muito sofrimento transpuseram a Serra dos Corvos, denominada hoje, Serra da Uruburetama, como reclama o religioso.

[...] as difficuldades do caminho q' ao principio se mostrou facil e cõ isso nos emganou gastamos 12 ou 13 dias sem sabermos bem quãdo menham nem noite cõ os espessos e altissimos matos p. baixo dos quaes hiamos rompendo a força de braço e ferro sobindo e decendo mõtes e rochedos q' excedem toda a exageração saltãdo de pedra em pedra hora para as nuvens hora p. os abismos, nem conto aquy as quedas e cousas q' se quebrarão [...]

Nesta triste serra dos corvos parece q' se juntarão todas as pragas do brasil, innumeraveis cobras e aranhas a q' chamão caranguejeiras, peçonhetissimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham. te e ferem como lancetas fazendo logo saltar o sangue fora e assy parecião os indios leprosos das mordeduras [...] (Figueira, 1903, p. 102-103).

Era um ano de chuvas abundantes aquele no Ceará. Os viandantes tiveram que transpassar rios a nado, enfrentar lamas, trovoadas e muita fome até a conquista da Serra da Ibiapaba, onde encontraram a tribo dos tabajaras, índios amigos que os acolheram em suas pobres cabanas. Aí viveram por alguns meses desenvolvendo a missão religiosa por meio da administração dos sacramentos da igreja, da oração, dos sacrifícios e de jejuns. O intuito maior era atingir o Maranhão e conquistar os selvagens inimigos; para isso enviaram mensagens e presentes aos tapuias e esses matavam os mensageiros queimando-os vivos. A única resposta obtida daqueles selvagens foi um ataque frontal que teve como resultado a morte violenta do Pe. Francisco Pinto, no local chamado Abayara, onde se localiza a cidade de Ubajara, no alto da Serra da Ibiapaba.

Após esse episódio, Figueira desistiu da empreitada do Maranhão, desceu a montanha e dirigiu-se ao litoral norte do Ceará. Permaneceu alguns meses na tribo do Cobra Azul, índio de temperamento forte e ameaçador. O sacerdote cuidou de uma pequena lavoura que lhe forneceu alimentos para sua sobrevivência, recebeu alguns presentes dos índios que o ajudaram na sua manutenção.

Ao receber um recado do capitão mor o Rio Grande do Norte, Jerônimo de Albuquerque, regressou para o Rio Ceará, esse rio corta atualmente a cidade de Fortaleza. Daí partiu para a Capitania do Rio Grande e depois Pernambuco e Bahia. Em março de 1608, redigiu o texto descrevendo os aspectos da fauna, da flora, do clima, do convívio com os índios e os malogros da missão². O texto é muito rico de

⁻

No final do documento registra-se 26 de março de 1608, como data da conclusão do relato; tudo indica, porém, que tal data não seja exata, pois o Pe. Figueira afirma no texto, que na quaresma do ano seguinte ao da vinda ao Ceará, (1607), estava na aldeia do Cobra Azul, no litoral, tendo jejuado durante esse período quaresmal farinha que trouxera da Ibiapaba. Segundo suas palavras: "eu porem tive alguas castanhas de cajus e obra de hua quarta de farinha q' eu tinha trazido da Ybiapaba que fuy goardãdo p.ª a coresma co a qual ajejuey toda condutado como era rezão". Por alguns meses permaneceu ali e depois veio para o Rio Ceará quando em 19 de agosto de 1608, recebeu um comunicado de que um barco o viria buscar. A embarcação após vários dias encalhada por causa dos ventos, afinal conseguiu partir. O texto foi escrito depois da viagem, a data de março de 1608, como se encontra consignado no escrito, não faz sentido, portanto.

O grande historiador cearense que foi o Dr. Guilherme Studart (o Barão de Studart) e o notável sábio Thomaz Pompeu Sobrinho são de opinião unânime que a Relação do Maranhão tenha sido escrita em 1609.

informações para a história social do Ceará, em todos os aspectos, como também para o desenvolvimento de estudos relativos aos campos linguístico e filológico.

Aspectos linguísticos, filológicos e sócio-históricos do documento

O texto foi escrito em princípios o século XVII, quando já era usado por parte dos escribas o sistema ortográfico de caráter etimológico ou pseudo-etimológico que substituiu a escrita fonética, conforme classificação de Nunes (1989). Esse autor divide a história da ortografia portuguesa em dois períodos: o fonético e o pseudo-etimológico.

O período fonético começa nos primórdios da formação da língua e se estende até o século XVI, coincidindo com o seu período arcaico. Nesta etapa da ortografia, sobressaem-se os sons representados por meios de letras que elas realmente representam.

Caracteriza este período a representação, pelas letras, dos sons que ela realmente representam, consoante a evolução por eles sofrida, e a ausência, em geral, de caracteres não proferidos. Verdade seja que essa representação nem sempre acompanhou *pari passu* as alterações que se foram dando e por vezes conservou-se antiquada em relação ao desenvolvimento da língua. (Nunes, 1989, p. 193).

O período pseudo-etimológico estende-se do século XVII em diante. O autor considera apenas dois períodos não fazendo menção ao que se chamou posteriormente de período simplificado. Esse segundo vem a lume com o Renascimento e a volta da cultura clássica greco-latina que influenciou os espíritos a adotarem a grafia supostamente etimológica de cuja origem seria o étimo daquelas línguas.

Com o Renascimento, a admiração que já existia pelo latim, redobrou, subjugando os espíritos por forma tal, que a sua ortografia tornouse o modelo da nossa, que foi em grande parte posta de lado, em prejuízo da língua, da qual muitos sons deixaram de ser representados consoantes a sua pronúncia secular. (Nunes, 1989, p. 195-196).

O tipo da ortografia predominante no documento é a fonética, com uso frequente do sinal diacrítico til sobreposto às vogais nasais, sobretudo a, o e u como se observa a seguir: Frãcezes, semelhãtes, grãdesa, matãdo, grãde, lãção, tãbem, mãdamos, levãdo, brãcos, alcãçar, diãte, ãdava, descãsarmos, apparelhãdonos, levãtassemos,

RIO DE JANEIRO: CIFEFIL, 2009 105

declărado, bastăte, mõtes, cõfessado, cõtinua, rapõtar, bõ, cõtarei, respõdeo, cõfiança, cõtrarios, cõnosco, cõprimentos, aõd, cõ, algua, algus, nenhua, hua, hu, huas, hus. A representação do fonema /z/ pelo grafema s: mez, francezes, tizouras, emprezas, mezes, auzentei, puzessemos, quizemos; uso de consoantes geminadas: affirmo, effeito, difficultar, affastava, pella, aballarão, nella, pollas, collegios, commungar, immediatamente, permitte, settembro; variações gráficertão~sertão~certões. cas mesma palavra: nhã~menham~manhã~manham, salvages~salvajes~salvagens, brancos~brãcos~brãquos~branquos; emprego de uma letra por outra: cinquo, acerqua, igreginha, magestade, calidade, encantidade, pecenas, Jagoaribe, apazigoado, agoa, lingoa; uso do h intruso: dahi, dohia, sahia ou ausência dele quando deveria existir: aver, avia, aviamos, oje; uso abundante do y: assy, cheyos, my, yr, respõdy, Ybiapaba, ouvyo, yda, yndio, acertey, aguy, pay, mãdey dentre outras características. Destacam-se as ocorrências de abreviaturas, a ausência de acentos gráficos, a falta de pontuação adequada, o emprego de termos e expressões arcaicos e muitos outros elementos linguísticos que merecem um estudo mais aprofundado para se identificar o uso da língua naquele momento histórico.

Muitos dados da toponímia são apresentados como os nomes de rios, de serras, de aldeias. Os dados antropológicos das vivências e dos costumes indígenas, as crenças, as manifestações religiosas, as formas de exploração da terra para a sobrevivência, as doenças e as curas tudo são descritos numa linguagem simples e concisa.

CONCLUSÃO

A leitura de um texto, principalmente quando se trata de um texto antigo, suscita muitas interpretações e informações inerentes as relações humanas e sociais vivenciadas no momento de sua confecção. A divulgação do conteúdo registrado nos documentos antigos contribui enormemente para o saber das gerações modernas. Reproduzir as nossas fontes histórias tidas quase desconhecidas do grande público é uma necessidade urgente para se estabelecer as origens de um povo e entender seu presente.

Contudo, devemos ter cuidado no repassar os conteúdos de tais textos, sobretudo, averiguando a fidelidade das cópias existentes. Para isso devemos cotejá-las com cuidado e fazer o esforço para encontrarmos as fontes mais primitivas que expressam a última vontade o autor. Ou seja, o texto que representa maior fidelidade ao pensamento e à verdade manifestados por quem o produziu.

É muito importante a reprodução dos textos para a sua divulgação e a apropriação dos conteúdos por um público mais abrangente, mas devemos ter cuidados com os erros ou deturpações feitas à medida que os textos são divulgados.

Em relação ao documento específico abordado aqui, é necessário fazer uma longa investigação para se encontrar outras possíveis cópias e, assim, contribuirmos para a conservação do documento por meio de uma edição crítica de base científica, que venha assegurar a integridade do texto e os valores transmitidos para engrandecer a nossa história.

BIBLIOGRAFIA

FIGUEIRA, Pe. Luís, *apud* STUDART, Guilherme. A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. **In**: *Revista do Instituto do Ceará*. 1887, Tomo I, p. 97-138, site: http://www.institutodoceara.org.br/. Acesso: 20-03-2008.

———, apud STUDART, Guilherme. A Relação do Maranhão pelo Pe. Luiz Figueira. Dirigida ao Preposito Geral da Ordem de Jesus Cláudio Aquaviva. **In**: *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará 1608-1625*. Fortaleza: Typ. Studart, 1904. Colleção Studart, v. I, p. 1-41.

———, apud Thomaz Pompeu Sobrinho. A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. In: Três documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará. 1967.

———, *apud* GALLANTI, Rafael. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Duprat & Comp. 1911, tomo II e III.

GALLANTI, Rafael. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Duprat & Comp. 1911, tomo II e III.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 9ª. Lisboa: Clássica, 1989.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Relação do Maranhão: Introdução, Notas e Comentários de Th. Pompeu Sobrinho. **In**: *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967.

STUDART, Guilherme. *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará 1608-1625*. Fortaleza: Typ. Studart, 1904, Colleção Studart, v. I.

TRANFORMAÇÕES DA ECDÓTICA COM O ADVENTO DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Raquel de Castro (UFRJ, UFJF) raquelcdecastro@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Procuro explorar, nos próximos parágrafos, alguns programas distribuídos gratuitamente que servem de apoio à ecdótica. Desenvolvo essa exposição em três etapas: primeiramente, abordo os programas que auxiliam na pesquisa, isto é, dicionários e léxicos online, tradutores e bibliotecas digitais. Em segundo, abordo os programas que auxiliam na edição, onde é realizado o trabalho de normalização do texto através de suítes de escritório, como o openoffice, o scribus, gimp entre outros. Em terceiro, abordo os programas que geram o produto final, como um livro eletrônico, um mapa conceitual, um cdrom ou um sítio Internet.

PESQUISA

O filólogo ou editor de texto, hoje, tem seus estudos basicamente voltados hoje para textos, crítica textual e traduções, o que implica necessariamente uma pesquisa (como suporte a edição de um texto) a dicionários, outras fontes escritas e orais, novas terminologias, textos de épocas diferentes, estudos de áreas diversas para embasamento teórico etc.

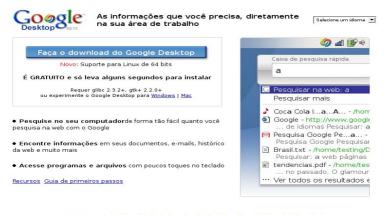
Logo, em seu trabalho o filólogo ou editor de texto precisa recorrer frequentemente a tesauros, textos clássicos e medievais, entre outros recursos. Hoje, com o auxílio do computador e da Internet, o filólogo e o editor de texto possuem a sua disposição uma vasta gama de ferramentas que podem ajudá-los a agilizar uma série de tarefas. A seguir, apresento alguns dos recursos gratuitos presentes na web.

RIO DE JANEIRO: CIFEFIL, 2009 109

Motores de Pesquisa

Atualmente, existem motores de pesquisa na Web que facilitam a busca de materiais, dentre eles, destaco o Google¹³, que oferece, além disso, uma variedade de serviços e ferramentas. Apresento brevemente algumas delas a seguir.

O Google Desktop (http://desktop.google.com/pt/BR/) é um aplicativo para pesquisa no próprio computador do usuário mais eficaz que o sistema de busca do windows. Oferece pesquisa de textos completos em e-mails, arquivos, músicas, fotos, páginas da web que o usuário já visitou e muito mais. Com o Google Desktop também vem o Google Gadgets que pode ser colocado em qualquer lugar da área de trabalho para mostrar novos e-mails, a previsão do tempo, notícias personalizadas entre outros itens.



© 2007 Google - <u>Página inicial do Google</u> - <u>Ajuda do Desktop</u> - <u>Política de Privacidade</u>

Google Books Search (Google Pesquisa de Livros – http://books.google.com/) funciona como a pesquisa na web, mas é

110

¹³ Nome da empresa que criou e mantém o maior site de busca da internet, o Google Search. O serviço foi criado a partir de um projeto de doutorado dos então estudantes Larry Page e Sergey Brin da Universidade de Stanford em 1996. Este projeto, chamado de Backrub, surgiu devido à frustração dos seus criadores com os sites de busca da época e teve por objetivo construir um site de busca mais avançado, rápido e com maior qualidade de ligações. Brin e Page conseguiram seu objetivo e, além disso, apresentaram um sistema com grande relevância às respostas e um ambiente extremamente simples. (Fonte: wikipedia)

centrada sobre livros cujo conteúdo corresponda aos termos da pesquisa. Os livros que aparecem na pesquisa não são em sua grande maioria, protegidos por direitos autorais, e, as vezes o google aponta também para livros que a editora concedeu permissão para digitalização e publicação ou visualização de apenas partes de um livro, apresentando longos trechos. Quando se tratam de obras de domínio público, aparece a opção ao usuário de baixar uma cópia em PDF.



Efectue pesquisas em livros inteiros e descubra novos livros.

Sobre a Pesquisa de livros do Google - Informações para editores - Página inicial do Google

@ 2008 Google

Google Scholar (Google Acadêmico - http://scholar.google.com.br/) possibilita pesquisa sobre trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos de periódicos diversos disponíveis na Internet.



Dicionários

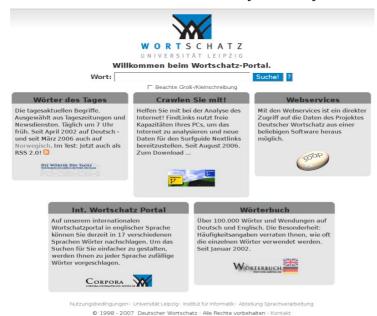
Em seu trabalho, o filólogo também se depara com problemas de ordem diversa relacionados a normalização do texto, tendo que lidar com abreviações, símbolos, palavras referenciais, citações, trans-

RIO DE JANEIRO: CIFEFIL, 2009 111

crições, notas, datação, traduções dentre muitos outros itens. Nesse sentido, a Internet já disponibiliza diversos sites que podem auxiliar neste trabalho. Vejamos alguns deles. Já existe uma infinidade de banco de textos clássicos traduzidos, tesauros, dicionários e léxicos na Internet. Procuro citar alguns mais abaixo. O dicionário de língua francesa online disponiblizado pela TV5.



O dicionário online de alemão da Universidade de Leipzig.



O dicionário on-line de inglês da Merriam-Webster.



Os textos e traduções medievais da University of Cambridge, Faculty of Classic.



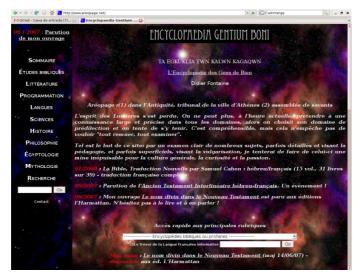
The Faculty Admissions Current Students Library Museum Contact Quick-Links O Members of the Faculty O Seminars & Conferences The Faculty of Classics and O Visiting Scholars and Students the Museum of Classical Archaeology O Faculty Handbook O Library Opening Times O Electronic Resources O Museum Services for Schools Events O Make a Donation Dinner with Socrates? Ancient Philosophy O Health and Safety Information The TLS debate. 24/04/2008 Epicurus, Kyriai Doxai Part 1A supplementary reas from October 2008 Classics Speaker Series 2007-8 Click title for full details. 01/05/2008 Michael Reeve Tripos 2009: Amended subjects and books
Click title for full description Ancient Philosophy Seminar University Lecturer in Classics Education
Job vacancy in the Faculty of Education. It is anticipated that the successful candidate will take up appointment on 1 September 2008. Click the heading for more details. 01/05/2008 Epicurus, Kyriai Doxai Ancient Philosophy Seminar 08/05/2008 Epicurus, Kyriai Doxai

Admissions Open Day 09/05/2008
The main open day for
Classics is an annual event
which alternates between
Cambridge and Oxford.

Book Prize Caroline Vout's Antinous: the Face of the Antique has been announced as the winner of the inaugural Art Book Award.



O Abrégé du Dictionnaire Grec-Français d'Anatole Bailly por Didier Fontaine.



O Thesaurus Linguae Graecae (TLG®) do centro de pesquisa da University of California.

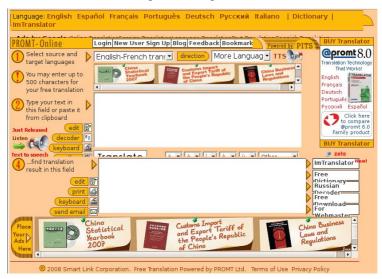


Além disso também é possível baixar gratuitamente – em sites como o mencionado Thesaurus Linguae Graecae (TLG®), entre outros – fontes para digitar e ler grego, hebraico, aramaico, chinês, entre outras línguas, no computador. Pois, essas línguas, para serem lidas ou escritas em um computador em editores de texto e na Web, requesitam fontes politônicas com consoantes, vogais, sinais diacríticos e pontuações características.

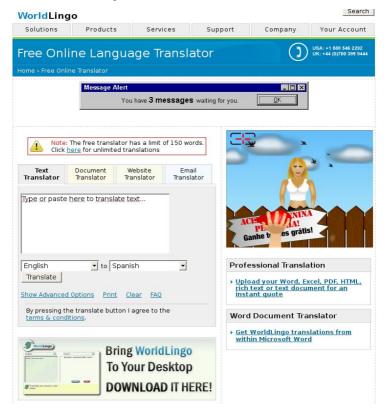
Tradutores

Encontram-se diversos tradutores disponíveis na Internet, dentre eles: o Babelfish da Altavista.

O Free Translation promovido pela PROMT Ltd.



O WorldLingo Translations LLC.



E o Google Translate.



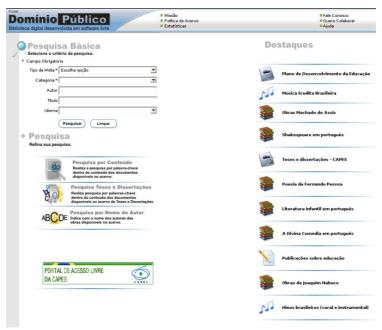
É claro que os tradutores automáticos ainda estão muito longe de conseguir fazer uma tradução fiel. E quanto maior o texto, mais subordinadas, mais metáforas, mais expressões coloquiais, mais bagunçado é o resultado da tradução. Portanto, a utilização dos tradutores, na realidade, se restringe ao auxílio na tradução de trechos curtos e de redação simples e objetiva.

Bibliotecas digitais

Destaco a seguir algumas bibliotecas digitais. Dentre as brasileiras: temos o projeto da biblioteca digital e do banco de dados de história literária do núcleo de pesquisa em informática, literatura e linguística da universidade federal de Santa Catarina que já conta com muitas obras literárias do Brasil e de Portugal, a partir das melhores edições, disponíveis para baixar na íntegra.



Temos o "Portal Domínio Público" que também já conta com um acervo de quinhentas obras para baixar gratuitamente.



E o banco de teses de doutorado e dissertações de mestrado da CAPES.



Dentre as portuguesas: existe a Biblioteca Nacional Digital, um projeto lançado pela Biblioteca Nacional de Portugal, que já conta com um vasto acervo de documentos de diversa natureza: livros, manuscritos, mapas, gravuras, etc.



Existe a Biblioteca Digital do Centro de Estudos Galegos da Universidade Nova de Lisboa que dispõe livros, vídeos, músicas, cobrindo diversas áreas.



E a Biblioteca Digital da Fundação Mário Soares, voltada para História Contemporânea, Ciência Política e Relações Internacionais.



Dentre as internacionais de língua estrangeira, destacam-se: a Librarian of Congress com um gigantesco acervo de monografias, músicas, jornais etc.



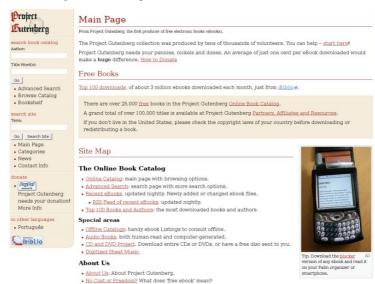
The New York Public Library.



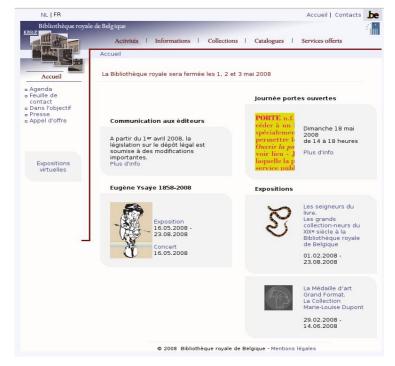
Bibliothèque Nationale de France.



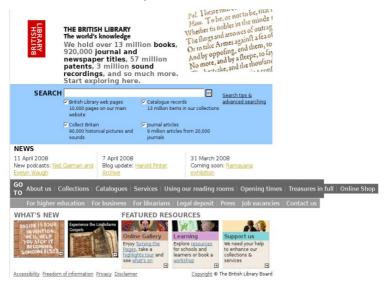
Projeto Gutenberg



Bibliothèque Royale de Belgique.



The British Library.



EDIÇÃO

O filólogo e o editor de texto tem uma preocupação muito grande em preparar os originais sob determinados critérios, de forma a imprimir unidade coerente ao texto (Araújo, 1986). Nesta atividade, os profissionais que se dedicam a essa função, nos dias de hoje, graças as novas tecnologias, já podem contar com diversas ferramentas.

• Comecemos pelo Scanner e OCR

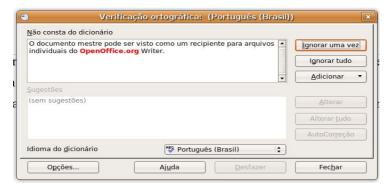
Com um scanner é possível passar um texto impresso em uma folha de papel para o computador, e, o OCR (acrônimo de Optical Character Recognition) possibilita o reconhecimento dos caracteres, transformando o texto impresso em um arquivo de texto editável. Existem já alguns programas livres para OCR, sendo o Tesseract o mais recomendado.

raquelcd	lecastro@gmail.com <u>Settings What's new?</u> Help My Account Sig
Google tesseract-ocr An OCR Engine that was developed at HP Labs between 1985 and 1995 and now at Google	Search Projects Search the
Project Home Downloads Wiki Issues Source	
Background	License: Apathe License 2.0
The Tesseract OCR engine was one of the top 3 engines in the 1995 UNLV Accuracy test. Between 1995 and 2006 it ha	d little work done Labels: <u>DCR</u> , <u>Utility</u> , <u>CPlusPlus</u> , <u>Google</u>
on it, but it is probably one of the most accurate open source OCR engines available. The source code will read a binary image and output text. A tiff reader is built in that will read uncompressed TIFF images, or libtiff can be added to read c images.	
Important Change!	Links: Tesseract Forum OCRopus
The data files are now separate from the code! See <u>ReadMe</u> or <u>ReleaseNotes</u> wikis for more information.	Design Documents
Supported Platforms	Project owners: Join 20
The developers are regularly testing on the following platforms:	theraysmith tmbdev
Ubuntu 6.06 (x86/32, x86)64) Ubuntu 6.10 (x66/32, x86)64) Windows (x86/32)	Project members: mezhirov, Scanitelp
Additionally, we believe that the code should be running on these other platforms, but we don't have the resources to tregularly:	test on them
recent Linux distributions (x86/32, x86/64) Mac OS X (x86, PPC)	
flyou're interested in supporting in supporting other platforms or languages, please get in touch with Ray Smith.	
Roadmap	
Version 2.00 is now available and contains the following new features:	
Support for English, Prench, Ralian, German, Spanish, Dutch Scripts to test accuracy against the original 1995 tests run by UNIXV (see TestingTesseract) Ability to train in other languages and scripts (see TainingTesseract)	
Please check out the <u>ReleaseNotes</u> before going to <u>Downloads</u> as you need more than one file now.	
We are considering the following features for upcoming releases:	
 ground truth data release integration with <u>DCRopus</u>, to support layout analysis integration with <u>Lectonics</u>, to support layout analysis and more image formats support for even more languages 	
high-resolution character shape modeling for improved recognition rates a GLU frontend (again, probably shared with DCRopus)	

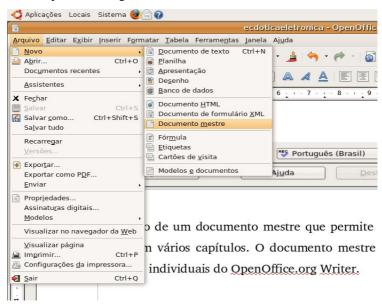
Suítes de Escritório

O OpenOffice é uma suite de escritório completa, distribuída gratuitamente, possuindo um editor de texto (Writer), planilha eletrônica (Calc) e uma ferramenta de edição de apresentações (Impress), bem como editores de equações (Math) e desenhos (Draw). E, conta também com instrumentos para acesso a banco de dados e a edição de páginas HTML, para criação rápida de sítios na Internet.

O editor de texto da OpenOffice, que seria a ferramenta de maior importância para o filólogo, oferece diversos recursos. Como: o verificador ortográfico, em diversos idiomas, que procura palavras com erros de grafia e dá a opção de adicionar uma palavra desconhecida a um dicionário personalizado que pode ser montado pelo próprio usuário.



A criação de um documento mestre que permite gerenciar documentos grandes, como um livro com vários capítulos. O documento mestre pode ser visto como um recipiente para arquivos individuais do OpenOffice.org Writer.

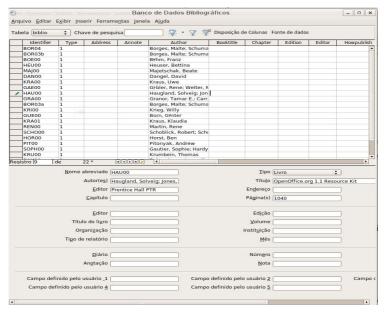


As referências cruzadas que permitem ao usuário ir até passagens de texto e objetos específicos em um único documento. Uma referência cruzada consiste em um destino e uma referência que são

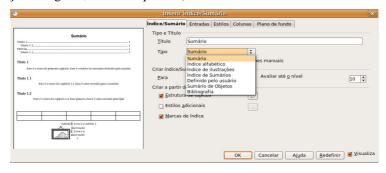
inseridos como campos no documento. Objetos com legendas e marcadores podem ser utilizados como destinos. E, é possível inserir uma referência cruzada como hyperlink em um documento, utilizando o Navegador. Também é possível fazer referências cruzadas a itens de outros documentos, quando clicado o hyperlink, enquanto o documento estiver aberto, o usuário é levado ao item da referência cruzada.



O banco de dados bibliográficos que possibilita armazenar referências bibliográficas, ou seja, o usuário pode montar uma lista de trabalhos aos quais faz referência regularmente, e toda vez que precisar apontar suas referências, não precisa digitá-las uma por uma, basta simplesmente acessar seu banco de dados bibliográficos.



A criação de diversos tipos de índice: temáticos (indexação por temas); onomástico (indexação por nomes); ilustrações (indexação de figuras, tabelas e quadros).



Iconografia

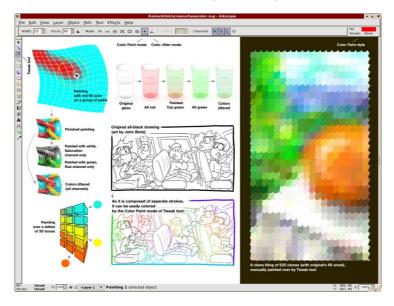
Hoje em dia, com o auxílio de recursos da informática, o próprio autor ou editor de texto pode ser o iconógrafo de sua obra. Após

a seleção de ilustrações mais adequadas ao texto, é preciso trabalhar sobre a qualidade técnica de confecção das gravuras, fotos, mapas e gráficos selecionados. Aponto a seguir dois programas livres que podem auxiliar nessa etapa do trabalho.

O GIMP é um excelente aplicativo gratuito para editar imagens, com diversos recursos, como: a aplicação de efeitos de gelo, fogo, neon e dezenas de outros possibilitam dar vida ao texto em uma imagem; efeitos para texturas coloridas, em relevo, ou combinadas para imagens e fundos; possibilita tratar ou retocar imagens danificadas, fotomontagens, criação digital, assim como certos efeitos que reproduzem técnicas de pintura, máscaras.

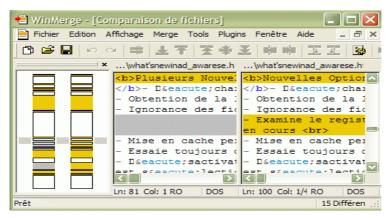


O InkScape é um editor gratuito de imagens vetoriais, permitindo a criação eficiente de trabalhos sofisticados de arte vetorial para praticamente qualquer meio. O inkspace também possibilita preparar conteúdo interativo, para impressão, Web, bem como designs para dispositivos móveis e de movimento.



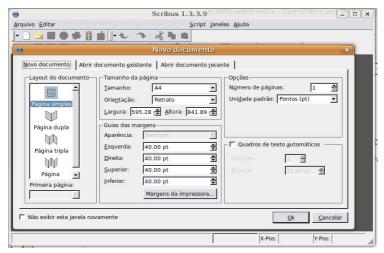
Recensão (classificação e colação)

O winmerge é um excelente programa gratuito que auxilia na elaboração de um estema, isto é, a verificação de diferenças entre manuscritos.



Diagranação

O Scribus é um programa gratuito que ajuda no projeto gráfico e no projeto visual do livro, facilitando essa etapa do trabalho, conferindo harmonia entre forma e conteúdo no modo como se organizam os diferentes elementos da página.



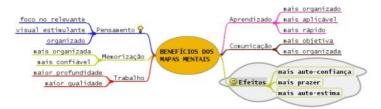
PRODUTO FINAL

Depois de normalizado e corrigido o original, a obra estará pronta para se tornar um livro eletrônico, ou um mapa conceitual, ou um website ou um cdrom. Existem vários programas livres que auxiliam nesse acabamento da obra. Vejamos algumas.

Mapa Conceitual

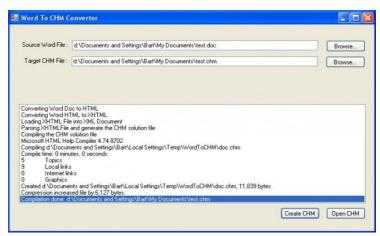
Joseph Novak define mapa conceitual como uma ferramenta para organizar e representar o conhecimento. Existem dois programas livres para construção de mapas conceituais: o FreeMind (http://freemind.sourceforge.net/wiki/index.php/Main Page) e o CmapTools (http://cmap.ihmc.us/). Ambos possibilitam não só uma representação gráfica em duas dimensões de um conjunto de concei-

tos construídos de tal forma que as relações entre eles fique evidente, mas também, cada conceito se tornar um link para uma página onde é explicado.



EBook

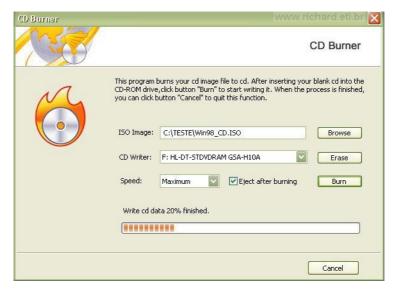
EBook CHM Convertor é uma ferramenta para criação de livros eletrônicos rápida e com interface bem amigável. Possibilita importar vários documentos de texto e transformá-los em um livro eletrônico bem atraente e de fácil manuseio. O usuário só precisa se certificar de que formatou o documento corretamente, com os títulos e subtítulos bem demarcados, para na hora da transferência, o programa conseguir dividir o documento em capítulos, na forma de um livro.



CD

O NVU ou Kompozer é um editor HTML WYSIWYG (what you see is what you get = "O que você vê é o que você tem") gratuito. Essa ferramenta é equivalente ao Microsoft FrontPage e ao Dreamweaver. O programa permite que um documento, enquanto manipulado na tela, tenha a mesma aparência de sua utilização. Isto significa que o usuário não precisa ter conhecimentos de html, java, css etc., para construir uma página. Após elaboradas as páginas de seu cdrom, o usuários pode gravar o conteúdo com o programa gratuito cdburner.





Sítio Internet

Atualmente, existem diversos Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo - SGC, (em inglês Content Management Systems – CMS) gratuitos, que possibilitam expor seu trabalho na Internet.

As ferramentas listadas mais abaixo ajudam a criar, gerenciar (editar e inserir) conteúdo em tempo real, sem a necessidade de programação de código (php, html etc), facilitando deveras a criação, administração, distribuição, publicação e disponibilidade da informação na Internet para qualquer um, e o melhor, sem a necessidade de assistência de terceiros ou empresas especializadas para manutenções de rotina.

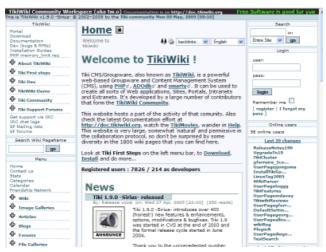
Xoops - http://xoops.org



PhpNuke - http://phpnuke.org



$TikiWiki - \underline{http://t}ikiwiki.org$



Joomla – http://www.joomlaresource.com/



Drupal - http://drupal.org



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero ter demonstrado, embora muito brevemente, as principais ferramentas gratuitas e livres que podem apoiar o trabalho de edição de um texto. Abaixo uma listagem resumida de alguns dos softwares disponíveis e mencionados nesse trabalho.

ATIVIDADE	EDIÇÃO
OCR	Tesseract
Suítes de ecritório	OpenOffice
Iconografia	Gimp e Inkspace
Recensão	Winmerge e KDiff3
Diagramação	Scribus
ATIVIDADE	PRODUTO FINAL
Mapa conceitual	FreeMind
Livro eletrônico	CHML Converter
Criação de cdrom	CDROM

	Xoops
adores de conteúdo para s e revistas on-line.	PhPNuke TikiWiki
	Drupal
	SEER

Como se pode ver, com a assistência de um computador e todos os softwares listados, aumenta a velocidade e rapidez com que as tarefas de editor de texto podem ser cumpridas. Apresento a seguir alguns exemplos dessa mudança proporcionada por esta novas tecnologias.

Um primeiro exemplo seria a possibilidades de se digitalizar textos com um computador, um scanner e um processador de textos. A digitalização dos textos além de agilizar o trabalho que antes era datilografado, permite um processo veloz de transferência mútua de documentos implicados no trabalho de um editor de texto, e também soluciona outra questão importante: a ortografia e a caligrafia dos documentos. Antes circulavam documentos escritos entre autor e editor de texto cujas caligrafias e ortografias apresentavam um entrave. Hoje em dia, com o computador e um processador de textos, todos os textos digitalizados passam por uma verificação ortográfica automática, o que permite a leitura e o entendimento fluidos.

Um segundo exemplo seria que em uma publicação, seja impressa, digital (sítio na Internet) ou eletrônica (cdrom), uma das atividades que consome mais tempo é a colação, isto é, o confronto de cópias do original com suas edições, para verificar a correspondência entre os respectivos textos, que se expressa num estema, e assim analisar a melhor versão, para a escolha da edição exata e as características físicas da edição (tomação, paginação, ilustração, formato, etc.). Esta operação, hoje em dia, pode ser efetuada rapidamente e com grande precisão – pelo computador, ou via web pelo sítio-Internet que oferece o histórico das páginas – sobre as versões de um texto em formato digital (Bernard, 1999).

Um terceiro exemplo seria o tempo economizado em buscas no dicionário (seja o Houaiss ou o Aurélio eletrônico ou tesauros supracitados) pelo significado ou pela etimologia de determinadas pa-

lavras para simples verificação ou constituição de um glossário em torno de um texto (Bernard, 1999).

Como quarto exemplo, ressaltaria a diferença na pesquisa e análise de um corpus literário assistida por um computador. Antes, com a literatura impressa, uma pesquisa que fizesse sobre a obra de um autor, como Macunaíma de Mario de Andrade, e os estudos existentes sobre esta obra, ficaria reduzida a minha capacidade de leitura e assimilação. Hoje em dia, com o computador e os textos em formato digital é possível pesquisar um vasto conjunto de documentos, dados e informações sobre determinada obra, pois só preciso ler aquilo que a análise computadorizada mostrar diante do que julgar pertinente investigar (Bernard, 1999), ou seja, é uma leitura extremamente pontual.

Agregando ainda a esta atividade o montante de leituras pontuais efetuadas por outros integrantes do grupo, torna-se possível abarcar grande parte da literatura de análise de uma obra. Uma amostra disso seria a busca de palavras-chaves ao longo do texto. Caso desejasse saber se em Macunaíma, Mario de Andrade falou sobre Boi-Bumbá, não precisaria me engajar em uma leitura minuciosa da obra para descobrir, bastaria realizar uma pesquisa no computador pelo texto digitalizado (Bernard, 1999). Esta possibilidade apresenta uma série de modificações na análise de discurso textualmente orientada (Fairclough, 2001), como afirma M. Bernard:

A ferramenta informática permite a emergência de novas categorias em matéria de análise de textos. Podemos afirmar, por exemplo, e com grande segurança, que um termo é ausente de um corpus. Um tratamento manual não poderia chegar a tal certeza. É possível assim caracterizar uma obra não somente pelo que ela diz, mas também pelo que ela evita, pelo que ela esconde, pelo que ela dissimula (Bernard, 1999, p. 15).

Lamentavelmente, face às limitações de tempo, espaço e à riqueza do tema em questão, não foi possível explorar tanto quanto gostaria essas considerações acerca das transformações que essas novas tecnologias – ao serem incorporadas – proporcionaram ao trabalho do filólogo e editor de texto.

Tenho consciência das falhas que decorrem de tão amplo empreendimento, pincelado em poucas páginas, ser levado a cabo por uma só pessoa. Esse trabalho, na realidade, poderia e deveria compor uma obra coletiva, onde cada especialista contribuiria em sua área de

trabalho e de domínio dos respectivos programas de computador especializados. Nesse sentido, sugestões serão bem-vindas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BERNARD, Michel. Introduction aux Études Littéraires Assistées par Ordinateur. Paris: PUF, 1999.

CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. São Paulo: UNESP, 2002.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Dircurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

Manual do Gimp - www.gimp.org/tutorials/

Manual do Google – <u>www.googleguide.com/</u>

 $Manual\ do\ Inkscape - \underline{www.inkscape.org/doc/advanced/tutorial-} \\ advanced.html$

Manual do OpenOffice.org – www.tutorialsforopenoffice.org/

Manual do Scribus – http://wiki.scribus.net/index.php/Main_Page